UNEF

UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Período 2019 - 2023

FEIRA DE SANTANA / BAHIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6
1. PERFIL INSTITUCIONAL 8
1.1. IDENTIFICAÇÃO 8
1.1.1. Mantenedora 8
1.1.2. Mantida 8
1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO 8
1.3. ANÁLISE SUCINTA E CRÍTICA DO PDI ANTERIOR 12
1.4. MISSÃO E VALORES 14
1.5. OBJETIVOS E METAS 15
1.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 27
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 29
2.1. INSERÇÃO REGIONAL 29
2.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS DAS PRÁTICAS ACADÊMICAS 33
2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 36
2.3.1. Perfil do Egresso 36
2.3.2. Seleção de Conteúdos, Elaboração das Matrizes Curriculares e Formas de Atualização Curricular 39
2.3.3. Métodos e Técnicas Didático-Pedagógicas 42
2.3.4. Metodologias e Recursos para Atendimento Educacional Especializado 44
2.3.5. Atividades de Avaliação 47
2.3.6. Incorporação de Avanços Tecnológicos 47
2.3.7. Atividades de Prática Profissional, Estágios e Complementares 49
2.3.8. Inovações Consideradas Significativas, especialmente quanto à Flexibilidade dos Componentes Curriculares e às Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos 50
2.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS 52
2.4.1. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação *Lato Sensu* 52
2.4.2. Políticas Institucionais para a Modalidade EaD e Estudo para Implantação dos Polos EaD 57
2.4.3. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas de Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural 61
2.4.4. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas de Extensão 64
2.4.5. Política de Internacionalização 66
2.4.6. Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial 66
2.4.7. Políticas Institucionais Voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social 70
2.4.8. Política de Inclusão Social 72
2.4.9. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente 73

2.4.10. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos (Graduação e Pós-Graduação) 74
2.4.11. Política de Acompanhamento dos Egressos 75
2.4.12. Política de Comunicação Institucional (Comunidade Externa e Interna) . 76
3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS 80
3.1. CURSOS EM FUNCIONAMENTO 80
3.2. CURSOS DE FUTURA ABERTURA 80
3.3. ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO 84
4. PERFIL DO CORPO DOCENTE, TUTORES E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 86
4.1. CORPO DOCENTE 86
4.1.1. Composição 86
4.1.2. Plano de Carreira do Corpo Docente 86
4.1.3. Critérios de Seleção e Contratação 89
4.1.4. Regime de Trabalho 89
4.1.5. Procedimentos para Substituição (Definitiva e Eventual) dos Professores da Carreira Docente 90
4.1.6. Políticas de Capacitação e Formação Continuada do Corpo Docente 90
4.1.7. Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente 91
4.1.8. Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Docente para o Período de Vigência do PDI 92
4.2. CORPO DE TUTORES 93
4.2.1. Composição 93
4.2.2. Políticas de Capacitação e Formação Continuada do Corpo de Tutores 93
4.2.3. Cronograma e Plano de Expansão do Corpo de Tutores para o Período de Vigência do PDI 94
4.3. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 94
4.3.1. Composição 94
4.3.2. Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo 95
4.3.3. Critérios de Seleção e Contratação 96
4.3.4. Regime de Trabalho 97
4.3.5. Políticas de Capacitação e Formação Continuada do Corpo Técnico-Administrativo 97
4.3.6. Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo para o Período de Vigência do PDI 98
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 99
5.1. POLÍTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL 99
5.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO 101
5.3. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO 110
5.4. ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO 111
5.5. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DOS ASSUNTOS ACADÊMICOS 117
5.6. ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS 118
5.7. AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO EM RELAÇÃO À MANTENEDORA 122

5.8. RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS 123
6. POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES 125
6.1. FORMAS DE ACESSO 125
6.2. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DO DISCENTE 126
6.3. PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE 128
6.4. PROGRAMA DE MONITORIA 131
6.5. PROGRAMA DE NIVELAMENTO 131
6.6. PROGRAMA DE INTERMEDIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS 132
6.7. PROGRAMA DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE 132
6.8. AÇÕES INOVADORAS 134
7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS 135
7.1. ESPAÇO FÍSICO 135
7.1.1. Instalações Administrativas 135
7.1.2. Salas de Aula 136
7.1.3. Auditório 136
7.1.4. Espaço de Trabalho para Professores 137
7.1.4.1. Sala Coletiva de Professores e Tutores 137
7.1.4.2. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral 137
7.1.5. Espaço de Trabalho para Coordenadores de Curso 138
7.1.6. Espaços para Atendimento aos Discentes 138
7.1.7. Espaços de Convivência e de Alimentação 138
7.1.8. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas 139
7.1.9. Salas de Apoio de Informática 139
7.1.10. Biblioteca 140
7.1.11. Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA 140
7.1.12. Instalações Sanitárias 141
7.1.13. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial 141
7.2. EQUIPAMENTOS 141
7.2.1. Equipamentos de Informática 142
7.2.2. Rede de Comunicação Científica (Internet) 142
7.2.3. Recursos Audiovisuais e Multimídia 142
7.2.4. Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos 142
7.3. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 144
7.4. ACERVO BIBLIOGRÁFICO 145
7.4.1. Bibliografia 145
7.4.2. Plano de Atualização do Acervo 146
7.4.3. Plano de Contingência para a Garantia de Acesso e do Serviço 154
7.5. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA 159
7.6. INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE 161
7.7. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM 163
7.8. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 168
7.9. ESTRUTURA DE POLOS EAD 172

7.10. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 173
7.11. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 174
8. PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 177
8.1. PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 177
8.2. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E DA SOCIEDADE CIVIL 180
8.3. PREVISÃO DE ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 181
8.4. INTEGRAÇÃO COM AVALIAÇÕES EXTERNAS 181
8.5. INCORPORAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO NAS AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS 182
9. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 183
9.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 183
9.2. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 183
9.2.1. Relação com o Desenvolvimento Institucional 183
9.2.2. Participação da Comunidade Interna 185
9.3. PLANOS DE INVESTIMENTOS 185
9.4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (05 ANOS) 186
ANEXO 188

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

APRESENTAÇÃO

O presente documento registra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), atualizado e ajustado após definição das metas correspondentes ao período previsto para 2019-2023, conforme planejado com a comunidade acadêmica da FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (FAESF/UNEF).

Recredenciada pela Portaria nº 1023 de 23/08/2017, publicada no DOU de 24/08/2017, a FAESF/UNEF encontra-se localizada na Av. Deputado Luiz Eduardo Magalhães, SN, Bairro Subaé no acesso principal da BR 324 via Salvador, em Feira de Santana, Estado da Bahia.

A FAESF/UNEF é mantida pela UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA, tendo como dirigente, até junho de 2010, o Professor Newton Oliveira, sucedido, por aquisição do bem educacional, pelo Professor Jodilton Oliveira Souza.

O atual mantenedor da FAESF/UNEF assume posição de vanguarda nos rumos administrativos da FAESF/UNEF, buscando agregar novos valores, novas perspectivas de crescimento e desenvolvimento, impulsionando dimensões inovadoras e provocadoras de interferências nos documentos vigentes, a fim de contemplar os rumos institucionais.

O projeto para definição do PDI 2019-2023 foi iniciado em fevereiro de 2018 a partir de uma comissão constituída pelos coordenadores dos cursos vigentes, integrantes das comissões de estudo para implantação de novos cursos de graduação, coordenadores dos cursos propostos, além dos professores que compõem o corpo docente da Instituição, e representantes do corpo técnico-administrativo, contando com a presença da direção da FAESF/UNEF.

A partir da avaliação das ações desenvolvidas e buscando ampliar a atuação da FAESF/UNEF, foi elaborado novo PDI, atualizando as metas, definindo novas

estratégias e contemplando as novas demandas apresentadas para o período 2019 até 2023.

A equipe se amplia em atendimento aos novos desafios e o PDI é atualizado com a ampliação do grupo acadêmico anterior, envolvendo os novos integrantes da comunidade acadêmica, visando também atender a demanda da modalidade de EaD com a implantação de cursos de graduação e pós-graduação.

Reafirma-se neste PDI o propósito de nortear as ações entendidas como necessárias para o desenvolvimento da Instituição, através da continuidade do processo de planejamento participativo, culturalmente incorporado em seu cotidiano, de maneira que possa articular e desenvolver sua qualificação técnico-acadêmico-científica, reafirmando, assim, os valores pelos quais se empenha, como entidade representativa do ensino superior, na produção, difusão e avanço das fronteiras do conhecimento universal. Ao mesmo tempo, compromete-se com o desenvolvimento e as transformações da realidade local e regional, no contexto em que está inserida, buscando, assim, contribuir para as melhorias econômico e sociais da população.

Busca-se, também, estabelecer as novas fronteiras institucionais pela crescente demanda das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, na modalidade presencial e a distância, pela expansão das ações extensionistas, pela qualidade acadêmica e interesses no campo da pesquisa científica.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

1.1.1. Mantenedora

DADOS DA MANTENEDORA	
NOME	UNEF UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA.
CNPJ	03.401.083/0001-19
NATUREZA JURÍDICA	Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos
MUNICÍPIO	Feira de Santana
ESTADO	Bahia
CÓDIGO DA MANTENEDORA	1667

1.1.2. Mantida

DADOS DA MANTIDA	
NOME	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA – FAESF/UNEF
ENDEREÇO	Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, S/N
CEP	44079-002
MUNICÍPIO	Feira de Santana
ESTADO	Bahia
ATOS REGULATÓRIOS	Credenciamento – Portaria nº 1.263 de 25/04/2002, publicada no DOU de 26/04/2002. Credenciamento EaD - Portaria nº 890 de 25/07/2017, publicada no DOU de 26/07/2017. Recredenciamento – Portaria nº 1023 de 23/08/2017, publicada no DOU de 24/08/2017.
CÓDIGO DA IES	2560

1.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (FAESF/UNEF), com sede na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, é uma Instituição de Ensino Superior (IES) mantida pela UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA. (UNEF).

A UNEF configura-se como sociedade civil de direito privado, de fins educacionais e econômicos, criada em 03/09/1999, com sede e foro na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, inscrita no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Feira de Santana, com o Registro sob nº 6.841, Ordem de nº 2.320, Livro A7, cuja denominação passou a ser UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA em 27/05/2002, conforme registro na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) sob nº. 75405, livro A9, tendo como objetivo a promoção e o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura através de atividades no âmbito do ensino superior.

Em 1999, Feira de Santana contava, apenas, com 03 (três) instituições de ensino superior: uma pública e duas particulares.

Em abril de 2002, a FAESF/UNEF foi credenciada pelo Ministério da Educação, conforme Portaria nº 1.263 de 25/04/2002, publicada no DOU de 26/04/2002.

Em 2002, obteve autorização para funcionamento dos seguintes cursos de graduação: ADMINISTRAÇÃO (Portaria nº 1.264 de 25/04/2002); COMUNICAÇÃO SOCIAL (Portaria nº 1.266 de 25/04/2002) e COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Portaria nº 1.266 de 25/04/2002).

Em 2004, a FAESF/UNEF instala a Comissão Própria de Avaliação (CPA) por meio da Portaria nº 002/2004 de 11 de junho de 2004, de acordo com a Lei nº 10.861 de 24 de abril de 2004, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade do ensino com base nos princípios e indicadores que integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A partir de então, a IES passa a desenvolver a cultura permanente de autoavaliação, promovendo, a partir da CPA, melhorias contínuas no âmbito institucional.

Em julho de 2010, a FAESF/UNEF foi adquirida por outro grupo educacional, e passa a ter como proprietário e dirigente o Professor Jodilton Oliveira Souza, definindo-se, a partir de então, como um empreendimento de Educação Superior com perspectivas administrativas e acadêmicas, conforme credibilidade pública e potencial reconhecido na área educacional e empresarial do novo mantenedor e

gestor da Instituição.

No ano de 2010 a FAESF/UNEF passou por um período de avaliação de todos os seus processos seguido de um replanejamento e, portanto, mudanças estruturais e organizacionais em todos os níveis, tornando-se, assim, necessário rever e atualizar o seu PDI para que o documento reflita as novas políticas de possibilidades de crescimento e desenvolvimento institucional.

Atendendo ao Ministério da Educação (MEC) e as demandas dos cursos de graduação da IES, em 2011, a FAESF/UNEF implantou o Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgão consultivo responsável pela concepção, avaliação, atualização e consolidação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Instituição. Nesta mesma ocasião foram ampliadas as políticas administrativas e acadêmicas, implantando a dedicação parcial e integral, a fim de consolidar os projetos institucionais.

No segundo semestre de 2011, a IES implantou o Núcleo de Orientação Monográfica (NOM), ampliando a equipe de orientadores e a estrutura de atendimento aos orientandos. Neste mesmo semestre, o Grupo de Pesquisa Filosofia (in), Formação, Epistemologia e Práxis da/em Comunicação ampliou suas linha pesquisa e passa a se chamar, Formação, Experiência e Linguagens - FEL, ainda a FAESF/UNEF instituiu, conforme estabelece seu Regimento Geral, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Em 2012, a FAESF/UNEF lançou sua primeira Revista Científica, Formação, Experiência e Linguagem - FEL, através do Grupo de Pesquisa Formação, Experiência e Linguagens, fruto de um trabalho integrado entre os cursos de graduação, o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão (NEPEX), parceiros e comunidade. Mas, é no segundo semestre que a IES viveu seu marco histórico, após 09 (nove) anos de funcionamento nas dependências do Colégio Santo Antônio, a FAESF/UNEF mudou para uma sede própria.

Em 2013, a FAESF/UNEF inaugurou sua sede própria, uma das mais modernas estruturas em centro acadêmico-científico-tecnológica da região, localizada na Avenida Luís Eduardo Magalhães, s/n, Bairro Subaé, com salas amplas, arejadas e devidamente equipadas, com novos laboratórios de

informática, biblioteca ampla, acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, sala de professores, gabinetes de professores com dedicação parcial e integral, sala da CPA, Empresa Jr. e Escola de Ideias, salas de Coordenação, praça de alimentação, dedicado à convivência da comunidade acadêmica, além de outros espaços.

Em 2014, a FAESF/UNEF iniciou o seu processo de expansão, com a autorização dos seguintes cursos de graduação: FARMÁCIA (Portaria nº 671 de 11/11/201); ARQUITETURA E URBANISMO (Portaria nº 690 de 12/11/2014) e ENGENHARIA CIVIL (Portaria nº 719 de 27/11/2014).

Em 2015 foram autorizados mais 10 cursos de graduação, a saber: GESTÃO HOSPITALAR (Portaria nº 398 de 29/05/2015); LOGÍSTICA (Portaria nº 398 de 29/05/2015); GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Portaria nº 399 de 29/05/2015); DESIGN DE INTERIORES (Portaria nº 400 de 29/05/2015); ENGENHARIA ELÉTRICA (Portaria nº 488 de 26/06/2015); FISIOTERAPIA (Portaria nº 489 de 26/06/2015); ENGENHARIA QUÍMICA (Portaria nº 490 de 26/06/2015); BIOMEDICINA (Portaria nº 539 de 21/07/2015); ENGENHARIA MECÂNICA (Portaria nº 877 de 13/11/2015) e NUTRIÇÃO (Portaria nº 1040 de 23/12/2015).

No ano de 2016 foram autorizados os cursos de graduação em ENFERMAGEM (Portaria nº 106 de 05/04/2016) e ODONTOLOGIA (Portaria nº 106 de 05/04/2016).

Em 2017 foram autorizados os cursos de graduação em ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Portaria nº 482 de 29/05/2017) e ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Portaria nº 482 de 29/05/2017).

Ainda em 2017, a FAESF/UNEF obteve o credenciamento EaD, conforme Portaria nº 890 de 25/07/2017, publicada no DOU de 26/07/2017. E foram autorizados os cursos de graduação em GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Portaria nº 882 de 11/08/2017); PEDAGOGIA (Portaria nº 883 de 11/08/2017); SERVIÇO SOCIAL (Portaria nº 884 de 11/08/2017) e ADMINISTRAÇÃO (Portaria nº 885 de 11/08/2017), todos na modalidade a distância.

Nesse mesmo ano, a FAESF/UNEF foi recredenciada pela Portaria nº 1023

de 23/08/2017, publicada no DOU de 24/08/2017.

Em 2018 foi autorizado o curso de graduação em Direito, conforme Portaria nº 254 de 12/04/2018.

No ano de 2019 foram autorizados os seguintes cursos de graduação: LOGÍSTICA (Portaria nº 239 de 22/05/2019); PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Portaria nº 239 de 22/05/2019); ESTÉTICA E COSMÉTICA (Portaria nº 239 de 22/05/2019); ENGENHARIA CIVIL (Portaria nº 344 de 12/07/2019); GESTÃO AMBIENTAL (Portaria nº 344 de 12/07/2019) e ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Portaria nº 353 de 18/07/2019), todos na modalidade a distância.

Em 2020, 2021 e 2022 foram autorizados novos cursos de graduação, todos na modalidade a distância: BIOMEDICINA (Portaria nº 457 de 19/11/2020); FISIOTERAPIA (Portaria nº 607 de 16/12/2020); CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Portaria nº 561 de 08/06/2021); GESTÃO FINANCEIRA (Portaria nº 915 de 25/08/2021); EDUCAÇÃO FÍSICA (Portaria nº 954 de 02/09/2021); FARMÁCIA (Portaria nº 692 de 20/06/2022); GESTÃO COMERCIAL (Portaria nº 784 de 22/07/2022); PROCESSOS GERENCIAIS (Portaria nº 932 de 18/10/2022).

No campo da pós-graduação, a FAESF/UNEF oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de conhecimento de sua atuação na graduação.

O compromisso da Mantenedora é desenvolver um projeto de educação superior de qualidade na região de inserção de sua mantida, que atenda aos sujeitos e à sociedade, buscando contribuir com a formação de profissionais com capacidade científica, técnica, autonomia intelectual, senso de justiça e humanidade, a partir da construção do conhecimento por meio do ensino, iniciação científica e extensão.

1.3. ANÁLISE SUCINTA E CRÍTICA DO PDI ANTERIOR

Ao longo de sua existência, a FAESF/UNEF promoveu a expansão da oferta dos cursos de na sua região de inserção, garantindo novas oportunidades de acesso à educação superior.

Nesse processo de expansão, primou pela qualidade dos serviços oferecidos, promovendo a ampliação de sua infraestrutura física e acadêmica, assim como a contratação de corpo docente, tutores e corpo técnico-administrativo qualificados para o exercício das atividades pertinentes.

O planejamento e a gestão da FAESF/UNEF, baseados na autonomia didático-científica e nas relações com a Mantenedora, constituem ambiente favorável para a implementação de políticas e a viabilização dos objetivos, metas e princípios institucionais que asseguram flexibilidade para planejar, avaliar e estabelecer padrões de qualidade para a gestão acadêmica e gerencial.

A gestão do PDI tem a supervisão da direção, com a responsabilidade de implantar mudanças, utilizando, os resultados da avaliação, dos sucessos e desafios verificados pelo conjunto da comunidade acadêmica.

As linhas gerais de avaliação do PDI, como instrumento de gestão, atentam para o atendimento das decisões estratégicas da FAESF/UNEF e para a reafirmação de seu diferencial competitivo. Consideram, ainda, o atendimento às demandas sociais, educacionais e tecnológicas apresentadas pela comunidade e pelo mercado de trabalho, como balizadores para a expansão e seu desenvolvimento.

Anualmente, o PDI é redimensionado como resultado de um processo de avaliação, da construção de ideias, de novas políticas e de ações estratégicas decorrentes de indicadores da avaliação institucional e de tendências do cenário da educação superior do país.

No processo de atualização do PDI, a missão institucional é considerada como um eixo referencial para o acolhimento das recomendações da comunidade acadêmica e das exigências da sociedade, de forma a reafirmar a pertinência e a autenticidade institucionais e sociais.

A integração entre o PDI e o processo de autoavaliação institucional busca, portanto, qualificar o grau de cumprimento da missão institucional na contribuição da FAESF/UNEF para o sistema de ensino superior de sua região de inserção, de modo a se distinguir das demais IES em sua área de atuação e no

sistema federal de ensino superior, sendo efetiva na contribuição ao desenvolvimento sustentável da sociedade.

A metodologia de planejamento adotada pela FAESF/UNEF é aprimorada anualmente, inicia-se com a análise, pela administração superior, dos objetivos e metas do PDI, o que gera a definição de prioridades para o ano. Esses objetivos e metas orientam o alinhamento das ações com a missão, as políticas e os princípios institucionais.

Ao final de cada ano é realizado um autoestudo avaliativo do desempenho institucional, tomando como base o PDI, utilizado pelos dirigentes como reflexão das atividades desenvolvidas e como base para a adoção de mudanças e dos ajustes necessários ao aprimoramento institucional permanente.

Periodicamente, a FAESF/UNEF define novas ações, partindo da análise do ambiente interno e externo e dos resultados do processo de avaliação que, integrados, apoiam o seu desenvolvimento institucional.

1.4. MISSÃO E VALORES

A FAESF/UNEF tem por missão produzir, sistematizar e socializar o saber científico e tecnológico, através do ensino presencial e a distância, da pesquisa e da extensão, ampliando e aprimorando a formação de pessoas com reflexão crítica, postura ética e solidária, para o exercício profissional competente, com vista a contribuir para as inovações, evolução científica e tecnológica, o desenvolvimento local, regional, estadual e nacional e a construção de uma sociedade autossustentável.

A Instituição tem como visão ser referência em educação superior na cidade de Feira de Santana e região, reconhecida pela sua excelência acadêmica, dinamismo, empreendedorismo, inovação e compromisso com a formação de profissionais éticos e cidadãos, conscientes do seu papel no exercício da profissão escolhida, contribuindo na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Sendo assim, os valores que norteiam as ações da FAESF/UNEF estão estabelecidos a partir de uma visão humanista e ética que prevê:

- Atuação com responsabilidade social;
- Comportamento ético e cidadão;
- Compromisso com o ensino de excelência;
- Respeito à pluralidade de ideias e de crenças religiosas;
- Estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional;
- Cultivo da credibilidade institucional;
- Respeito às diversidades sociais;
- Efetividade no cumprimento do Projeto Pedagógico Institucional e de cada curso.

1.5. OBJETIVOS E METAS

De acordo com o seu Regimento Geral, a FAESF/UNEF, como instituição educacional, destina-se a promover o ensino, a iniciação científica e a extensão em nível superior, tendo como finalidades:

- Estimular a criação cultural e desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, na modalidade presencial e a distância, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a socialização de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, disseminando o saber através do ensino presencial e a distância, de publicações ou de outras formas de comunicação, contemplando diversas mídias interativas e Ambientes Virtuais;

- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos em uma estrutura intelectual sistêmica do conhecimento de cada região;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição, como também, interagindo com a comunidade na produção de saberes, desenvolvimento de tecnologias sociais e ações de responsabilidade social, envolvendo/retroalimentando o ensino presencial e a distância.

Tendo como referência a sua missão e suas finalidades institucionais expressos em seu Regimento Geral, a FAESF/UNEF estabeleceu como objetivos para o período 2019 - 2023:

- Ministrar cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* presenciais e a distância, que atendam às demandas sociais e às necessidades do mercado de trabalho regional e nacional, face aos desafios contemporâneos, integrando-os à iniciação científica e à extensão;
- Desenvolver as políticas institucionais, em consonância com a sua missão;
- Empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania, empreendedorismo e inovação e sua formação profissional;
- Garantir a participação dos membros da comunidade acadêmica nas decisões colegiadas;
- Desenvolver a iniciação científica e extensão, visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta o conhecimento produzido e captando novas demandas e necessidades da sociedade, de forma a orientar a produção eo desenvolvimento de novos conhecimentos na FAESF/UNEF;
- Manter corpo docente, corpo de tutores e corpo técnico-administrativo

qualificados, atualizados, motivados e, sobretudo, comprometidos com a missão institucional;

- Garantir estímulos ou incentivos profissionais para a qualificação acadêmica dos docentes, tutores e técnico-administrativos;
- Oferecer apoio ao corpo discente, incluindo ações nos âmbitos social, acadêmico, financeiro e cultural;
- Proporcionar uma formação profissional que privilegie a educação ambiental, os direitos humanos, as relações étnico raciais, as relações socioambientais e econômicas como horizonte de qualidade de vida e equilíbrio ambiental e a sustentabilidade;
- Desenvolver as políticas afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial;
- Empregar a avaliação institucional como estratégia de conhecimento da própriarealidade institucional;
- Consolidar as dimensões do SINAES no âmbito da Instituição;
- Disponibilizar infraestrutura física, tecnológica e acadêmica;
- Garantir a auto sustentabilidade financeira.

Para a consecução dos seus objetivos, são metas de desenvolvimento institucional, correlacionados com o plano de ação e cronograma ao longo da vigência do PDI:

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
PROMOVER E CONSOLIDAR O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.	Promover a avaliação contínua e permanente das atividades desenvolvidas pela IES no âmbito do Processo de Autoavaliação Institucional.	Permanente
	Desenvolver programas permanentes de melhoria institucional, com base nas avaliações do Ministério da Educação e nos resultados da autoavaliação.	
	Consolidar as atividades acadêmico-administrativas decorrentes da autoavaliação, associadas à avaliação externa, ressaltando a importância do trabalho da CPA e os outros processos avaliativos.	
	Manter a articulação entre as ações originadas da avaliação interna e as de avaliação externa e a execução do PDI e a sua atualização ou reformulação.	
CONTRIBUIR COM AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.	Aumentar a oferta de vagas no ensino superior para estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes na região e no Estado, contribuindo para elevação da taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino.	Permanente
	Contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior.	
	Diversificar, regionalmente, o sistema superior de ensino, introduzindo cursos de grande relevância para a formação profissional.	
CONSOLIDAR O ATENDIMENTO ÀS DIMENSÕES DA LEI DOS SINAES.	Consolidar as políticas institucionais no âmbito dos cursos ministrados.	2019 - 2023
	Consolidar a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação interna e externa.	
	Utilizar os resultados da autoavaliação e das avaliações externas como subsídios para a revisão permanente do PDI, desenvolvendo ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos.	
	Fortalecer a responsabilidade social, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da região onde está inserida.	
	Manter os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionando adequadamente, e acessíveis às comunidades interna e externa, possibilitando a divulgação das ações institucionais.	
	Desenvolver estratégias de marketing, divulgando programas, produtos e serviços através de jornais,	

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
	rádio, televisão, *outdoors*, folder, cartazes, mídias sociais etc.	
	Fortalecer a ouvidoria, funcionando segundo padrões de qualidade estabelecidos, com pessoal e infraestrutura necessários ao atendimento, com os seus registros e observações efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas nas decisões a serem adotadas.	
	Cumprir o estabelecido no Plano de Carreira Docente e no Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo.	
	Manter a organização da gestão, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.	
	Manter a infraestrutura física da IES, especialmente a de ensino e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação, em quantidade e qualidade adequada, e coerente com a especificada no PDI.	
	Manter adequados e coerentes com o especificado no PDI o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	
	Garantir a coerência da sustentabilidade financeira com o estabelecido em documentos oficiais, aplicando adequadamente recursos para programas de ensino, iniciação científica e extensão.	
	Manter a coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	
	Articular a política institucional com o PDI, contemplando o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes.	
GARANTIR A IMPLANTAÇÃO DE UMA GESTÃO INSTITUCIONAL MODERNA, EQUILIBRADA E	Promover a qualificação da gestão institucional, incluindo a adoção de instrumentos de monitoramento de desempenho.	Permanente
	Estabelecer critérios de acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e das ações desenvolvidas na Instituição.	

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
INOVADORA EM CONSONÂNCIA COM A MISSÃO INSTITUCIONAL.	Implantar ações continuadas de modernização e padronização de processos e procedimentos administrativos.	
	Gerir os recursos para o atendimento às necessidades de infraestrutura física e acadêmica, visando à máxima qualidade dos serviços prestados, com eficácia e eficiência.	
	Treinar e capacitar os técnico-administrativos para a qualidade no atendimento ao público, em programas de curta duração e programas de formação profissional.	
	Capacitar os docentes e tutores para as atividades acadêmicas da Instituição.	
	Implantar rotinas e desenvolver de programas computacionais integrados para o atendimento às demandas da Instituição.	
	Garantir a autonomia e a representatividade nos órgãos de gestão colegiados.	
	Garantir a participação de professores, técnicos-administrativos, estudantes e sociedade civil organizada nos órgãos colegiados.	
	Implementar os critérios de indicação e recondução dos membros do colegiados, de acordo com o Regimento Geral da Instituição.	
	Promover as reuniões colegiadas conforme o Regimento Geral da Instituição, garantindo o registro destas reuniões em atas.	
	Promover o crescimento sustentado da Instituição, considerando os recursos disponíveis, as metas a serem atingidas mediante a gestão acadêmico-administrativa.	
DAR CONTINUIDADE À OFERTA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E A PERMANENTE ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS (PPCS), ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.	Desenvolver ações de conscientização e esclarecimento que permitam que o planejamento institucional estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional seja implementado e consolidado.	2019 - 2023
	Discutir as diretrizes curriculares nacionais (DCN) de cada curso, o mercado de trabalho e os avanços tecnológicos como forma de atualização e aprimoramento dos PPCs.	
	Promover oficinas envolvendo o NUEAD, as Coordenações de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDEs) dos cursos, contemplando os docentes e discentes do curso, visando à valorização	

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
	das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de aprendizagem e dos PPCs.	
	Promover com as Coordenações de Curso e NDEs e com os gestores acadêmicos, reuniões de trabalho visando ao aprimoramento e cumprimento dos PPCs.	
	Rever os PPCs para adequá-los às exigências da legislação educacional em vigor.	
	Aprimorar as metodologias de aprendizagem no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.	
	Valorizar a educação das relações étnico raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes nas atividades curriculares dos cursos.	
	Integrar a educação ambiental às unidades curriculares dos cursos de graduação de modo transversal, contínuo e permanente.	
	Implantar as políticas institucionais de ensino, de extensão e de iniciação científica, constantes no PDI no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.	
	Buscar nos eventos de avaliação, promovidos pela Instituição, elementos para o aprimoramento dos PPCs.	
	Garantir a oferta da unidade curricular de Libras para os alunos da Instituição e promover atividades de relacionadas à Língua Brasileira de SINAIS.	
	Promover ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, garantindo uma formação ética, cidadã e humanizada aos alunos da Instituição.	
IMPLANTAR NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU.*	Protocolizar no e-MEC os processos de autorização dos cursos de graduação previstos neste PDI	2019 - 2023
	Nomear o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos novos cursos, para o acompanhamento e qualificação do projeto pedagógico.	
GARANTIR A COMUNICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE.	Manter os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa da Instituição, funcionando adequadamente, e acessíveis às comunidades interna e externa, possibilitando a divulgação das ações institucionais.	Permanente
	Desenvolver ações que permitam garantir o acesso da comunidade externa às informações sobre os resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e iniciação científica, e sobre	Permanente

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
	existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.	
DIVULGAR E DISCUTIR AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI COM A COMUNIDADE ACADÊMICA.	Desenvolver ações que permitam a implantação das políticas institucionais em consonância com a missão institucional.	2019 - 2023
DESENVOLVER ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DOS CURSOS.	Assegurar a implantação gradual de atividades referentes a projetos e programas de extensão nos currículos dos cursos de graduação, com vistas a atingir a meta de 10% do currículo prevista no PNE, integrando a curricularização ao PDI, PPI e PPCs	2019 - 2023
	Incentivar a elaboração de projetos de iniciação científica integrados, envolvendo cursos de diferentes áreas do conhecimento.	
	Incluir alunos matriculados em projetos de iniciação científica.	
	Incentivar a publicação dos resultados da iniciação científica em eventos e/ou revistas.	
	Incentivar a elaboração de projetos de extensão integrados envolvendo cursos de diferentes áreas do conhecimento.	
	Incentivar a participação de professores e alunos em programas e projetos de extensão.	
	Consolidar o programa de bolsas de extensão.	
	Ofertar cursos de extensão.	
	Estabelecer, para cada ano, percentual da receita da Instituição para investimento em extensão.	
PROMOVER AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL.	Propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes.	Permanente
	Promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de curso de nivelamento, voltados para a superação das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso na Instituição.	
	Consolidar a política de atendimento ao aluno e acompanhamento estudantil.	
	Promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais.	
	Consolidar a política de inclusão digital, como estratégia específica de inclusão social.	
PROMOVER AS POLÍTICAS DE	Garantir a qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados.	Permanente

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
RESPONSABILIDADE SOCIAL	Desenvolver ações que permitam promover os valores éticos na formação dos futuros profissionais.	
	Realizar programas de incentivos à comunidade acadêmica.	
	Estabelecer parcerias com instituições públicas.	
PROMOVER AÇÕES INSTITUCIONAIS NO QUE SE REFERE À DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA REGIÃO ONDE A IES ESTÁ INSERIDA.	Organizar seminários temáticos sobre diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural regional.	Permanente
	Incluir, nos componentes curriculares dos cursos oferecidos, conteúdos e atividades que abordem temáticas como diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural regional.	
	Desenvolver projetos institucionais que privilegiem o incentivo ao desenvolvimento econômico e social da região.	
PROMOVER AÇÕES INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO ONDE A IES ESTÁ INSERIDA.	Estabelecer parcerias que possam incentivar o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES está inserida.	Permanente
	Desenvolver projetos institucionais que privilegiem o incentivo ao desenvolvimento econômico e social da região.	
DESENVOLVER AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL.	Incluir nos componentes curriculares dos cursos oferecidos conteúdos e atividades que abordem a defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	Permanente
MANTER CORPO DOCENTE ADEQUADO AO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA INSTITUIÇÃO.	Dar continuidade ao Plano de Carreira Docente.	2019 - 2023
	Contratar e manter professores com titulação de mestrado e doutorado.	
	Contratar e manter preferencialmente corpo docente com experiência em EaD.	
MANTER CORPO DE TUTORES ADEQUADO AO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA INSTITUIÇÃO	Contratar preferencialmente corpo de tutores com titulação de doutorado, mestrado ou especialização.	2019 - 2023
	Contratar e manter preferencialmente corpo de tutores com experiência em EaD.	

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
MANTER CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ADEQUADO AO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA INSTITUIÇÃO.	Dar continuidade ao Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo.	2019 - 2023
	Contratar funcionários para atender as necessidades de apoio técnico, administrativo e operacional da Instituição.	
	Adequar, sempre que necessário, o perfil do corpo técnico- administrativo aos padrões estabelecidos para cada área, por meio de estímulos à sua capacitação.	
DESENVOLVER PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE, DO CORPO DE TUTORES E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.	Divulgar a política de capacitação do corpo docente, dos tutores e do corpo técnico-administrativo.	2019 - 2023
	Desenvolver o treinamento do corpo docente e do corpo de tutores para a educação a distância.	
	Garantir capacitações sobre tratamento prioritário (diferenciado e imediato) a ser dispensado à pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, acessibilidade pedagógica e acessibilidade atitudinal.	
	Orientar as ações de capacitação visando reprimir qualquer tipo de discriminação ou preconceito no âmbito da Instituição.	
PROMOVER AS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NA INSTITUIÇÃO.	Divulgar incentivos à participação do corpo discente em eventos.	2019 - 2023
	Organizar a agenda de eventos promovidos pela Instituição e pela comunidade em geral.	
	Oferecer programas de nivelamento aos alunos, conforme as deficiências observadas e prioridades estabelecidas para cada curso oferecido.	
	Oferecer ao corpo discente apoio psicopedagógico de maneira preventiva e terapêutica, identificando as dificuldades apresentadas no processo ensino-aprendizagem, ou no relacionamento interpessoal entre os seus pares e os professores.	
	Divulgar anualmente o Manual do Aluno com todas as informações acadêmicas previstas na legislação educacional.	
	Fomentar o Programa de Monitoria.	
	Consolidar as ações do Núcleo de Acessibilidade Estudantil.	
	Fortalecer o Programa de Acolhimento ao Ingressante e Permanência.	
	Manter a Adesão ao FIES e ao ProUni.	
PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS	Desenvolver o Programa de Acompanhamento dos Egressos.	2019 - 2023
	Manter o Portal do Egresso na página da Instituição.	

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
EGRESSOS E INCENTIVAR A SUA PARTICIPAÇÃO NA VIDA ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO.	Alimentar e atualizar, continuamente, a base de dados dos egressos.	
	Incentivar a formação profissional contínua e implementar programa de incentivo à fixação de egressos.	
	Incentivar o envolvimento dos egressos em atividades de iniciação científica e de extensão desenvolvidas na IES.	
PROMOVER A ARTICULAÇÃO DA IES COM A SOCIEDADE.	Estabelecer parcerias, acordos de cooperação e convênios.	Permanente
	Implementar projetos/programas institucionais que incentivem a integração da Instituição com a sociedade.	
	Ampliar os programas e projetos de extensão comunitária, permitindo ao discente a atuação na comunidade.	
GARANTIR A CONFIABILIDADE, AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E DURABILIDADE DE TODAS AS INFORMAÇÕES DOS PROCESSOS E DOCUMENTOS ORIGINAIS DA IES.	Providenciar a digitalização de toda a documentação acadêmica e administrativa institucional, nos termos da legislação vigente.	Até 2022
	Constituir comitê gestor para elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico.	
	Garantir o controle dos documentos digitalizados por um sistema especializado de gerenciamento de documentos eletrônicos, que possua, ao menos, as seguintes características: capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital; capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital; método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação.	
	Organizar e digitalizar o acervo acadêmico, nos termos da legislação vigente.	
	Manter o acervo acadêmico organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta.	2022 - 2023
PROPORCIONAR, À COMUNIDADE ACADÊMICA, INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA ADEQUADA ÀS FINALIDADES DOS CURSOS OFERECIDOS	Disponibilizar salas de acordo com a estrutura organizacional da Instituição.	2019 - 2023
	Disponibilizar instalações para o NUEAD.	
	Zelar pelas condições de segurança e limpeza em todas as instalações utilizadas para o desenvolvimento de cursos da Instituição.	
	Promover serviços (diretamente ou terceirizados) de manutenção e conservação da infraestrutura física e	

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
PELA INSTITUIÇÃO, ATENDENDO AOS PADRÕES DE QUALIDADE FIXADOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	tecnológica, assegurando à comunidade acadêmica o ambiente adequado ao estudo e à convivência comunitária.	
	Disponibilizar os laboratórios específicos dos cursos superiores previstos neste PDI.	
	Garantir oportunidades de acesso e trânsito às pessoas com deficiência.	
ASSEGURAR QUE A INSTITUIÇÃO DISPONHA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E DE RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA, NECESSÁRIOS AO SEU BOM FUNCIONAMENTO.	Utilizar, de maneira sistemática e ao longo dos cursos ofertados, recursos de tecnologia da informação	2019 - 2023
	Desenvolver autonomia e domínio no uso da tecnologia para atividades de educação e apoio técnico remoto.	
	Disponibilizar microcomputadores e impressoras, além de recursos audiovisuais e multimídia, em número suficiente para o atendimento das necessidades apresentadas.	
PROMOVER A AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO ATENDENDO À DEMANDA DOS CURSOS.	Adquirir bibliografia básica e complementar de acordo com o projeto pedagógico dos cursos ofertados ou previstos.	Permanente
	Expandir a atualizar o acervo (a partir das sugestões apresentadas pelas Coordenações de Curso, NDE, corpo docente e corpo discente).	
FORTALECER O NUEAD	Disponibilizar a infraestrutura física e de pessoal do NUEAD.	Permanente
	Gerar, por meio de cursos de extensão e de outras atividades a discentes, docentes, tutores e técnico-administrativos, condições para o uso eficiente da tecnologia em programas de educação permanente.	
	Estruturar unidades curriculares e atividades em EaD a partir das propostas descritas nos projetos pedagógicos dos cursos que serão ofertados.	
	Colaborar na adequação dos projetos pedagógicos de curso ofertados na modalidade presencial para a utilização da EaD como alternativa de modalidade de ensino.	
GARANTIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DA	Implantar um Plano de Contingência preventivo, preditivo e reativo, com uma estrutura estratégica e operativa para ajudar a controlar uma situação de	Permanente

CRONOGRAMA DE METAS		
METAS	**AÇÕES**	**PRAZOS**
INSTITUIÇÃO MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA.	emergência e minimizar as suas consequências negativas.	
	Propor procedimentos alternativos ao funcionamento normal da IES, sempre que alguma de suas funções usuais se vê prejudicada por uma contingência interna ou externa.	
	Garantir a continuidade do funcionamento da organização face a quaisquer eventualidades, sejam estas materiais ou pessoais.	
PROMOVER A AVALIAÇÃO CONTÍNUA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA IES.	Desenvolver programas permanentes de melhoria institucional, com base nas avaliações do Ministério da Educação e nos resultados da autoavaliação.	2019 - 2023
	Divulgar e socializar os Relatórios de Autoavaliação Institucional.	
	Utilizar os resultados da autoavaliação para o planejamento Institucional.	
	Incentivar a participação dos discentes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e/ou na avaliação específica.	
	Promover a avaliação contínua e permanente das atividades desenvolvidas pela Instituição no âmbito do Projeto de Autoavaliação Institucional.	
MANTER O EQUILÍBRIO DO FLUXO FINANCEIRO, PERMITINDO A EXPANSÃO E O CRESCIMENTO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE.	Comprovar a capacidade econômico-financeira da Mantenedora e da mantida (por meio da saúde financeira atual e da capacidade econômico-financeira para a oferta dos cursos).	2019 - 2023
	Elaborar proposta orçamentária para cada exercício.	
	Aprovar, anualmente, proposta orçamentária, submetendo-a a apreciação da Mantenedora.	

1.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A FAESF/UNEF, como instituição educacional, destina-se a promover o ensino, a iniciação científica e a extensão em nível superior.

De acordo com o seu Regimento Geral, a FAESF/UNEF pode oferecer os seguintes cursos, nas modalidades presencial e a distância:

I - cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação pertinente à matéria;

II - graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendem as exigências estabelecidas pelos órgãos competentes da FAESF/UNEF;

IV - extensão abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelos órgãos competentes da FAESF/UNEF.

A área de atuação acadêmica da FAESF/UNEF abrange as áreas de ARTES E HUMANIDADES; EDUCAÇÃO; ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO; NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO; SAÚDE E BEM-ESTAR e SERVIÇOS, mediante oferta de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu.

Paralelamente ao ensino, a FAESF/UNEF desenvolve projetos de iniciação científica e de extensão na área de conhecimento relacionada aos cursos oferecidos.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. INSERÇÃO REGIONAL

A FAESF/UNEF possui sua sede no município de Feira de Santana/BA.

O Estado da Bahia vem se destacando no cenário econômico nacional pela valorização de sua diversidade cultural, pelos índices de desenvolvimento em diferentes áreas e pelas múltiplas vocações econômicas que se juntam aos benefícios advindos das diferentes paisagens geográficas, colocando-se de forma privilegiada na fronteira com a maioria das regiões do país, no que tange o seu potencial econômico; exceto o sul, que tem, nas políticas públicas estaduais, o foco na geração progressiva de ganhos de participação e expansão econômica. Essa realidade também é resultante da interação dos elementos externos da economia somados aos internos, e esta vem favorecendo a elevação do potencial de consumo dos segmentos menos favorecidos da população, atraindo setores produtores de bens para esse Estado, em especial, para o município de Feira de Santana.

Com a crescente diversificação da indústria local, a Bahia vem vencendo etapas no processo de industrialização, com reflexos no conjunto da sua economia. Esse fato tem criado favorável abertura de espaço para as pequenas e microempresas, muitas delas já articuladas em rede. Ao lado desses, outros fatores como os incentivos fiscais e financeiros, têm possibilitado a realização de investimentos em infraestrutura específica para o atendimento à comunidade e aos principais empreendimentos. Assim, a existência de um ambiente institucional favorável ao investimento privado, à dotação de infraestrutura em geral, à parceria com diversos municípios para a concessão de incentivos adicionais, aos acordos e incentivos, tem possibilitado a ampliação de investimentos na Educação Superior. Esse conjunto favorável tem sido pautado por ações políticas estruturadas, não somente para a atração de capital, como também para criação de condições propícias e necessárias para um ambiente de geração de negócios privados na Bahia, gerando o necessário e consequente benefício social, fim último das medidas empreendidas.

O Estado da Bahia possui uma população estimada em 14.985.284 de habitantes (Estimativa IBGE/2021), apresentando uma área de 564.692,669 km^2, distribuída em 417 municípios, entre eles, Feira de Santana.

Feira de Santana se encontra a 109 km de distância da capital Salvador e possui uma população de 624.107 habitantes (Estimativa IBGE/2021), sendo a segunda cidade mais populosa do Estado, mantendo atendimento a um contingente de quase 2.000.000 de habitantes que integram sua Microrregião. Historicamente, o município ocupa uma posição estratégica na região Nordeste, constituindo-se no maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste brasileiro, com cruzamento das BR 101,116 e 324, que funciona como ponto de passagem para o tráfego que vem do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e se dirige para Salvador e outras cidades nordestinas, o que possibilita um crescimento notório do mercado intrarregional processado para o interior do Estado, ficando evidente a sua função central na dinâmica regional. Tem como pontos fortes de sua economia, o comércio, a indústria e a pecuária.

A posição privilegiada e a distância relativamente curta de Salvador evidenciam sua função central na dinâmica regional, exercendo um papel importante na prestação de serviços, na realização de negócios, na oferta de oportunidades, atendendo, assim, a uma população muito superior à residente no município.

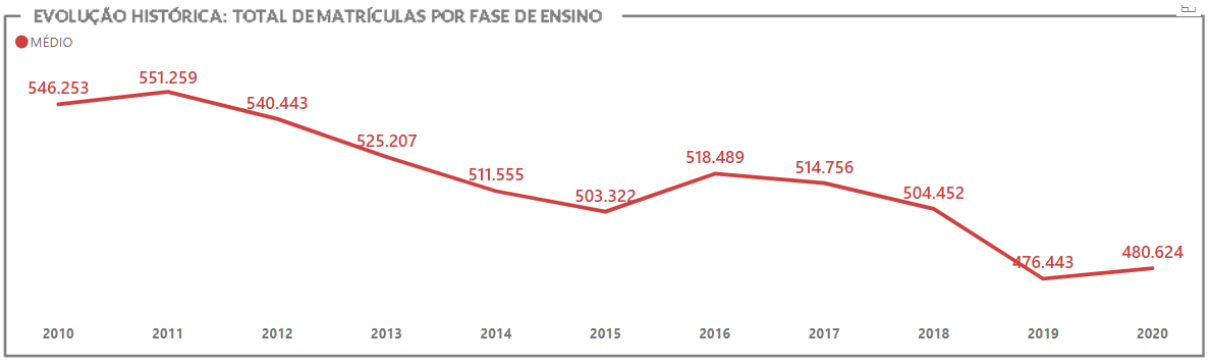
Por ter esta localização privilegiada no cenário geográfico nacional, o município funciona como centro regional de passagem de pessoas e produtos, exercendo papel de entroncamento de vias de transporte, na fronteira da capital Salvador com o sertão, do recôncavo aos tabuleiros do semiárido da Bahia, impulsionando o desenvolvimento do comércio local e regional. Feira de Santana se constitui como um município em constante desenvolvimento socioeconômico, atraindo continuamente investidores nacionais e internacionais e respondendo pela segunda economia do Estado, ostentando ainda, segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), a posição de centro distribuidor da produção regional e polo de negócios e atividades dinâmicas.

É mister também afirmar a sua importância como centro atrativo no setor educacional, uma vez que gradativamente tem atraído e estimulado o

desenvolvimento de oferta de cursos de graduação e de pós graduação, em diversas instituições de ensino superior.

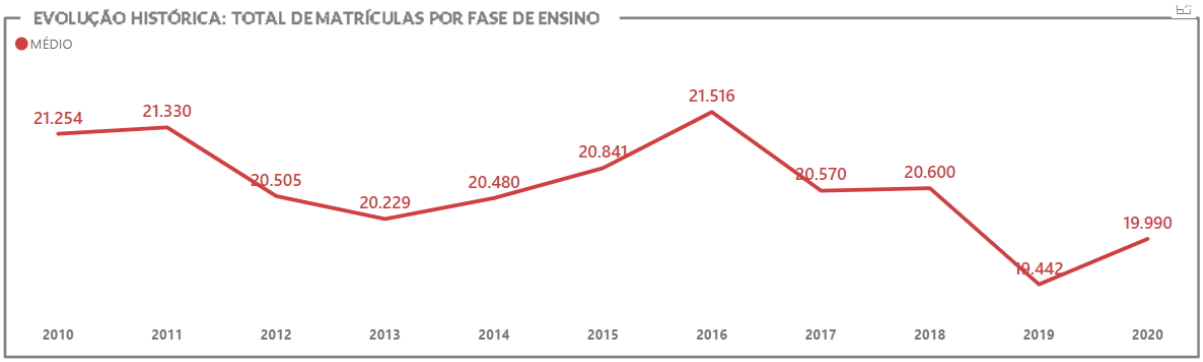
O número de jovens (Figuras 1 e 2) que concluem anualmente seus estudos apresenta uma crescente de 2019 para 2020, com isso a FAESF/UNEF procura desenvolver alternativas e modelos direcionados para estimular a formação acadêmica de nível superior, como ferramenta geradora de uma transformação social, econômica e tecnológica direcionada ao desenvolvimento local, regional e nacional.

Figura 1 - Quantidade de alunos concluintes Ensino Médio – Bahia (Público e Privado)



Fonte: http://www. https://educametrics.com.br/.

Figura 2 - Quantidade de alunos concluintes Ensino Médio – Feira de Santana (Público e Privado)



Fonte: http://www. https://educametrics.com.br/.

Esta quantidade de alunos concluintes do Ensino Médio, a cada ano no estado da Bahia e na cidade de Feira de Santana (Figuras 1 e 2), somados a outros de anos anteriores (estoque de capital humano), além da crescente demanda de qualificação dos profissionais da área da saúde, que já se encontra inserida no mercado de trabalho, compõem, a cada ano, a principal fonte de possíveis novos alunos para um novo ciclo de formação.

Com os dados apresentados, fica explícito o contexto educacional que endossa o posicionamento de mercado da FAESF/UNEF assim como sua missão, visão e comprometimento com/para uma educação de qualidade, com propósitos diferenciados em sua execução.

A FAESF/UNEF atua como instrumento das mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais de sua micro e mesorregião, alcançando seu impacto ainda, em nível internacional (a partir da política de bolsas de estudos internacionais), desenvolvendo atividades que buscam a melhoria da qualidade de vida das comunidades representativas de seus egressos e englobam diversas linhas de ação, que vão desde o incentivo às inovações, ao estímulo à integração da Instituição com a realidade das organizações que com ela se relacionam, ao envolvimento da comunidade com o processo educacional, à capacitação pedagógica, à preservação e mantenabilidade do meio ambiente e ações de/para a sustentabilidade, ao trabalho e ações sociais.

No Plano Nacional de Educação (PNE), a meta é de elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, identificando os indicadores muito baixos.

Assim, a política institucional da FAESF/UNEF está alinhada com os objetivos e as metas do PNE, no que se refere em aumentar a oferta de vagas no ensino superior no município de sua sede.

Há comprovada necessidade social de ampliar a oferta de cursos de graduação em várias áreas para atender a demanda de qualificação de quadros para a atuação em diversos campos profissionais.

Assim a FAESF/UNEF, por sua localização no município de Feira de Santana, no portal do semiárido baiano, prepara quadros compatíveis com as demandas do

crescimento, desenvolve projetos e ações que deem conta dos contingentes sociais que demarcam esse território.

2.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS DAS PRÁTICAS ACADÊMICAS

Os princípios filosóficos de uma proposta pedagógica remetem à dimensão política e ideológica do projeto. Expressam a concepção de mundo, de ser humano e de educação da instituição.

A FAESF/UNEF compreende a sociedade – ou as sociedades –, como um complexo de relações dinâmicas entre sujeitos coletivos, indivíduos sociais, instituições e tecnologias possibilitado pelas diversas linguagens.

Ao longo do tempo e do espaço, as sociedades vêm produzindo conhecimentos e saberes, nos mais diversos domínios. No caso das sociedades ocidentais, foi conferida às instituições de educação formal a tarefa de proporcionar à população o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos, formar cidadãos e profissionais.

A especialização e fragmentação do conhecimento, que remontam ao surgimento da ciência moderna, estão muito presentes na sociedade contemporânea e foram as bases para a organização do modelo disciplinar de educação. Embora não se possa negar os avanços obtidos com a perspectiva da especialização, a ausência de diálogo entre as diversas áreas acarreta prejuízos à compreensão do mundo e ao próprio conhecimento.

Contemporaneamente, a teoria da complexidade, de Edgar Morin, valoriza e defende a interligação entre os conhecimentos, combate ao reducionismo instalado em nossa sociedade, critica o ensino fragmentado e defende a incorporação dos problemas cotidianos ao currículo. Apoiando-se nas ideias do pensador francês, a proposta pedagógica da FAESF/UNEF está voltada para uma formação centrada na integração entre teoria e prática, fundamentada no diálogo entre diversas áreas de conhecimento.

Para a FAESF/UNEF, é papel da educação superior proporcionar a formação de sujeitos que assumam postura crítica, ativa e propositiva no cotidiano,

articulando diversas referências para a compreensão e atuação nos mundos da vida e do trabalho na sociedade contemporânea. Sabe-se que em um curso de graduação ou pós-graduação não é possível, nem se deseja, ensinar tudo e que a incompletude faz parte da condição humana. Por isso, lançando mão das ideias de John Dewey, a FAESF/UNEF ambiciona proporcionar aos estudantes um espaço de formação no qual o desejo de continuar a aprender seja fomentado e a curiosidade qualificada.

Além da legislação específica, na concepção dos cursos busca-se privilegiar as seguintes dimensões: flexibilização curricular, interdisciplinaridade, avaliação e articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

a) Flexibilidade

O princípio da flexibilidade consiste em buscar trazer, ao projeto pedagógico, esquemas capazes de propiciar o diálogo entre as unidades curriculares. Não se trata apenas de uma possibilidade, mas condição necessária à efetivação de um projeto de ensino de qualidade. Neste sentido, percebe-se que a flexibilidade surge como fator imprescindível para que se desarticule uma ação que entenda o conhecimento sob uma perspectiva fragmentada, rígida, prescritiva e acrítica. Portanto, impõe-se à educação a tarefa de refletir sobre a realidade na qual se insere. De promover a integração de experiências vivenciadas e tomá-las como quadro de referência capaz de estabelecer um comportamento investigativo e assim, contribuir para disseminar uma cultura que vincule, estritamente, os processos de pesquisa e extensão ao ensino. Nesta perspectiva, as Atividades Complementares, os projetos de ensino e aprendizagem, os estágios não obrigatórios, os aproveitamentos de estudo, as atividades de extensão e de pesquisa, bem como as atividades práticas, além de proporcionarem a relação entre teoria e prática, conferem ao currículo proposto a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso.

b) Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade se propõe a construir, mediante processo formacional, identidades que interagem com o conhecimento. Desenvolver competências e valores que se traduzam em fio condutor para o exercício da cidadania e para inserção eclética do acadêmico no mundo do trabalho. Neste

sentido, os componentes curriculares devem estar didaticamente solidários de modo a estimular competências comuns e favorecer uma aprendizagem na qual o conhecimento venha manter uma relação dialógica e permanente com outras áreas do saber. Isto requer que cada componente curricular contribua para construir uma atitude de questionamento, de confirmação, de negação e de esclarecimento dos aspectos não elucidados. Mais ainda, que ultrapasse o ensino descritivo propiciando aos acadêmicos, condições para fazer fluir o senso analítico-crítico para analisar, explicar, prever e intervir.

Todas essas dimensões se colocam como mutuamente solidárias. Portanto, não há de se conceber uma visão dissociada e sim, de interdependência. É neste contexto que se incorpora a avaliação, como prática permanente de julgamento de uma situação, de uma ideia, de um objeto, de um resultado que estrutura as relações sociais.

c) Avaliação

A avaliação é compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento e percebida como um processo contínuo, dinâmico e democrático, deve ser sistematizado a partir do estabelecimento de critérios a serem adotados e dos objetivos que o referenciam.

Assim, cabe a educação, como instrumento de emancipação humana, ver na avaliação um caminho que permita o resgate de competências. Isto é, as dificultadas apresentadas pelos discentes, ao invés de se constituírem em elementos de aferição, de caráter punitivo, devem ser utilizadas como indicadores para que o professor, como agente facilitador do processo de ensino e aprendizagem, atue, pontualmente, para a superação de dificuldades/desvios observados/aprendizagem insuficiente do aluno. Como propõe Pedro Demo, a avaliação deve ser um contínuo, que recupere competências enquanto houver tempo, durante todo o percurso do ensino e aprendizagem.

d) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

O ensino, a pesquisa e a extensão representam categorias centrais na formação diversificada do profissional. Em perspectiva articulada, o ensino, a pesquisa e extensão, favorecem uma ação interdisciplinar, na medida em que consolida os conhecimentos acadêmicos e fortalece o processo dialético entre

teoria e prática. Tem por objetivo despertar nos estudantes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas nas organizações públicas e privadas.

Além do mais, a pesquisa e a extensão promovem um processo educativo, cultural e científico, capaz de se articular com o ensino de maneira a viabilizar as condições propicias para uma relação transformadora entre a instituição e a sociedade. Nesse sentido os cursos da FAESF/UNEF incentivam o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares e extra classe, sob o entendimento que este processo deve permear todas as atividades acadêmicas previstas no desenvolvimento da graduação.

As atividades de incentivo à pesquisa permeiam a maioria das unidades curriculares, uma vez que em sua concepção, o curso busca privilegiar metodologias de ensino que instiguem a curiosidade pela pesquisa da sua respectiva área de formação.

2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.3.1. Perfil do Egresso

O perfil dos egressos dos cursos oferecidos pela FAESF/UNEF está norteado pela sua missão, visão e valores, o que proporciona a formação de sujeitos críticos, reflexivos, criativos, aptos para a inserção nos setores profissionais e com participação no desenvolvimento da sociedade.

As práticas de organização e administração do trabalho, tanto na área pública como na iniciativa privada, associadas a outros fatores de ordem socioeconômicos e políticos, têm contribuído, sobremaneira, para a construção de uma sociedade mais igualitária. Esse, talvez, seja um fator inquestionável da relevante importância dos cursos de graduação na medida em que formem agentes de mudança, que se façam elementos centrais de promoção do desenvolvimento.

No momento em que a sociedade vivencia profundas mudanças provocadas pelas constantes instabilidades dos ambientes, inserido nos diversos segmentos

organizacionais precisa ter uma atuação dinâmica e flexível, alicerçada na criatividade e no espírito crítico com capacidade de prospectar novos conhecimentos que confiram a suas ações, consistência e resultados eficientes e eficazes. Neste entendimento, exige-se que a ação educativa seja orientada pelo inter-relacionamento de natureza sistemática, para que ultrapasse os limites da elementar formação profissional e contribua para uma formação sólida que se sustente também na responsabilidade e na ética do (con)viver para estar no mundo com o compromisso de construir a realidade que nos circunda.

Os projetos pedagógicos buscam viabilizar a formação do egresso possibilitando os seguintes propósitos:

- Preparar o egresso para sua inserção profissional nas diversas tipologias organizacionais (governamentais, não governamentais e privadas), visando o equilíbrio social, econômico e ambiental;
- Assegurar que, tanto a estrutura curricular, bem como a sua abordagem, tenham aderência com o contexto contemporâneo;
- Fortalecer a consciência de cidadania e responsabilidade social visando a sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Criar mecanismo de adequabilidade do curso para com a realidade e vocação local e regional;
- Buscar estabelecer, aprofundar e estreitar relações de cooperação e de parceria com as organizações e com a comunidade;
- Promover a formação do cidadão ético, crítico e reflexivo;
- Explorar didáticas de ensino mais interativas, motivantes e envolventes visando promover a autoaprendizagem;
- Propiciar a formação integral dos sujeitos;
- Fortalecer a consciência acerca da política inclusiva.

A FAESF/UNEF implementa as ações a partir das dimensões formacionais para o perfil do egresso, quais sejam:

- Formação humanística e visão global que o habilitem a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e independente;
- Formação técnica e científica para atuar na área de formação, além de

desenvolver atividades específicas da prática profissional;

- Internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- Competência para empreender ações, analisando criticamente as interferências e promovendo suas transformações;
- Compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança;
- Atuação de forma interdisciplinar.

Para formar o perfil desejado, a estrutura curricular dos cursos conta um conjunto de atividades envolvendo conhecimentos, práticas e vivências nas unidades curriculares cuja articulação possibilita a interação entre a teoria e a prática em sala de aula, pesquisa de campo, projetos interdisciplinares, propostas didáticas complementares especialmente as de formação profissional, oportunizando aos estudantes uma maior aproximação do campo de atuação.

A FAESF/UNEF assume a articulação de conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar como princípio para a organização dos currículos dos cursos. Currículo, aqui, é concebido como substrato que torna o indivíduo capaz de construir seus esquemas de referência para a leitura de mundo e sua práxis como elemento produtivo da sociedade, na medida em que gradualmente exerce a prática da cidadania enquanto se insere na história da humanidade e no mundo do trabalho (FRÓES BURNHAM, 1989).

Pautado na busca de uma aprendizagem problematizadora e integradora, o desafio que se impõe, a partir daí, é de um currículo concebido como uma política cultural que forma identidades pessoais e profissionais, comprometido com a emergência de uma sociedade em que todos os cidadãos possam produzir e usufruir da cultura de forma digna. Desta forma, o percurso curricular expressa visões de mundo, de projeto social, de conhecimentos válidos, por isso, “corporifica nexos entre saber, poder e identidade.” (SILVA, 2003, p. 10).

2.3.2. Seleção de Conteúdos, Elaboração das Matrizes Curriculares e Formas de Atualização Curricular

Os cursos estruturam-se em torno dos princípios metodológicos da interdisciplinaridade, indicada como forma de admitir a ótica pluralista das concepções de ensino, integrando os diferentes campos do conhecimento e possibilitando uma visão global da realidade.

Como forma de superar o pensar simplificado e fragmentado da realidade e integrar conhecimentos, busca-se, na concepção curricular, uma unidade do saber com vistas à superação dos currículos centrados em conteúdos. Fomenta-se, assim, a diversificação dos cenários de aprendizagem, o que implica na participação de docentes, discentes e profissionais nos vários campos do exercício profissional. A realidade concreta e os reais problemas da sociedade são substratos essenciais para o processo ensino-aprendizagem com vistas à articulação da investigação científica com o ensino e com a extensão, viabilizando a troca de experiências e a construção/reconstrução/significação de conhecimentos.

Os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso. Conta com adequado dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento, complementados por atividades extraclasse, definidas e articuladas com o processo global de formação.

O ementário explicita as linhas mestras dos conteúdos que serão desenvolvidos, seguidos de bibliografia básica e complementar, que são frutos das recomendações da comunidade acadêmica.

Na estruturação da matriz curricular, busca-se o equilíbrio e a integração entre os vários componentes curriculares, evitando a sobreposição de conteúdos, harmonizando o teor dos componentes teóricos de formação que desenvolvam o senso crítico dos alunos, um ensino interdisciplinar voltado à realidade social, vinculando à prática.

A flexibilidade curricular envolve uma abertura para a construção de propostas que incorporem experiências educativas e formas de aprendizagem diversas, capazes de potencializar as dimensões pessoais, sociais, políticas e

profissionais presentes no processo de formação. As unidades curriculares são dispostas de forma coerente com a proposta do curso, não havendo pré-requisitos estabelecidos, o que permite maior flexibilidade. Os componentes curriculares traduzem os conteúdos que o integram por meio de projetos, experiências, atividades acadêmicas de pesquisa e extensão, assim como ações e movimentos necessários ao ensino e à aprendizagem.

Para organizar os componentes curriculares, busca definir uma seleção de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, valores, metodologias e situações de aprendizagem consideradas importantes para a formação, assim como tomar por referência o contexto, os sujeitos e a sua realidade cotidiana de futuro profissional, além dos aspectos da cultura e da ciência em suas diferentes dimensões. A proposição de uma organização curricular plural e diversificada tem se constituído, ante as necessidades contemporâneas, em imperativo o qual não podemos nos furtar em traduzi-la no projeto, haja vista, também, as exigências estabelecidas para a formação do profissional.

Para além de uma relação de unidades curriculares, em sua acepção mais ampla, o currículo representa uma intencionalidade. Ao definir o programa de formação, o currículo traz as trilhas que orientam o fazer pedagógico, com coerência didática e distribuição do tempo, de forma sequencial, com situações e atividades ordenadas, conforme preconiza Berticelli (1999).

Um currículo deve ser flexível de modo a viabilizar as condições para que o discente possa, ao longo do curso, realizar as correções de percurso e estabelecer conexões entre campos de saber, de forma natural para evitar possíveis traumas.

Assim, são considerados os Eixos de Formação nas propostas curriculares: Eixo de Formação Básica; Eixo de Formação Profissional; Eixo de Formação Complementar, organizados de acordo com área de formação.

A matriz curricular de cada curso de graduação, obedecidas às diretrizes curriculares editadas pelo Poder Público, é constituída por uma sequência ordenada de unidades curriculares e outras atividades acadêmicas, cuja integralização pelo aluno confere o direito à obtenção do grau acadêmico e correspondente diploma.

O sequenciamento das unidades curriculares previstas na matriz curricular é flexível e tem o seu ordenamento proposto pela FAESF/UNEF, considerando as especificidades dos alunos e dos processos operacionais.

Entende-se por unidade curricular o conjunto de conteúdos teóricos ou práticos, definidos em programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária pré-fixada, e desenvolvido em um período letivo.

O programa de cada unidade curricular, sob a forma de plano de ensino, é elaborado pelo respectivo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso.

É obrigatório o cumprimento integral dos conteúdos aprovados nos planos de ensino de cada unidade curricular e das cargas horárias estabelecidas na matriz curricular de cada curso.

O plano de ensino deve ser apresentado aos alunos no início do período letivo e deverá estar disponível durante todo o período letivo.

Na elaboração da matriz curricular de cada curso de graduação são observadas as diretrizes curriculares editadas pelo Poder Público e os seguintes princípios:

> I - incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
>
> II - estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
>
> III - encorajar o reconhecimento de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem à experiência profissional;
>
> IV - fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a iniciação científica individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
>
> V - estabelecer mecanismos de avaliações periódicas que sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;

VI - estabelecer integralização curricular, evitando prolongamentos desnecessários da duração do curso.

Além disso, na elaboração da matriz curricular de cada curso de graduação da FAESF/UNEF são incorporados conteúdos de modo a observar o disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e na Resolução CP/CNE nº 02/2012, que estabelecem as políticas de educação ambiental; o disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e o disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A sistemática de atualização curricular dos cursos observa as seguintes diretrizes:

- Cabe ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a formulação do Projeto Pedagógico do Curso (incluindo a elaboração da matriz curricular e a atualização curricular), sua implementação e consolidação;
- Compete ao Colegiado de Curso deliberar sobre a matriz curricular do curso e suas alterações com a indicação das unidades curriculares e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, e conforme sugestão do Núcleo Docente Estruturante, encaminhando a sua consolidação via Projeto Pedagógico do Curso ao Conselho Superior, analisar e aprovar os projetos pedagógicos, planos e programas dos cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão.

2.3.3. Métodos e Técnicas Didático-Pedagógicas

A FAESF/UNEF concebe o processo ensino-aprendizagem como um movimento dialógico que visa a autonomia intelectual do aluno. Assim, o ensinar e o aprender acontecem na interação entre os sujeitos envolvidos no processo, as diversas tecnologias, os conhecimentos e suas linguagens. Aprender, para a FAESF/UNEF, é um movimento singular de construção de conhecimento que

acontece em um espaço coletivo. A simples atividade não é experiência. Uma atividade só se constitui como experiência quando o fluxo e o refluxo – do que faz e do que se sofre em são repassados de significação (DEWEY, 1959). Aprender é criar redes de sentido. Neste movimento, a responsabilidade e compromisso de cada envolvido são fundamentais. Conceber o ensino e a aprendizagem como processos humanos e participativos implicam em ver os professores e alunos como atores sociais, políticos e culturais responsáveis. Implica também em priorizar práticas democráticas.

O estudante aqui é visto como sujeito ativo e responsável pela sua formação, com o aporte dos conhecimentos veiculados pelo currículo e com as orientações dos professores em seu percurso formativo.

Com base nesta perspectiva, os docentes e discentes assumem uma postura de sujeitos capazes de modificar, propor e intervir nos processos e na sociedade. As competências a serem desenvolvidas, em termos gerais, estão associadas aos pilares da Educação: Ser, Conhecer, Conviver e Fazer.

O principal objetivo é criar homens capazes de fazer novas coisas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram – homens criativos, inventivos e descobridores. O segundo objetivo da educação é formar mentes que possam ser críticas, possam verificar e não aceitar o que lhes é oferecido. Tem-se que estar aptos a resistir individualmente, a criticar, a distinguir, entre o que está povoado e o que não está (FREIRE, 1996).

Nesse contexto, no qual o currículo é um território de formação plural e dinâmica, assume expressiva relevância a seleção de conteúdos, a partir dos princípios e propostas dos projetos pedagógicos dos cursos, dos campos de conhecimento que fundamentam à formação qualificada, no campo específico de atuação profissional paralelo a formação cidadão pautada na busca da autonomia intelectual para compreensão e enfrentamento dos desafios da sociedade, na condição de cidadão.

Toda a estrutura pedagógica da FAESF/UNEF fundamenta-se no princípio de que os saberes docentes se fazem e ampliam em um processo dialógico, catalisando experiências que congreguem o conhecimento de forma contextualizada, além das práticas centradas em estratégias comumente

utilizadas no campo didático- pedagógico, como: projetos integrados, unidades curriculares integradas, palestras e debates, atividades de cunho social, entre outros.

Enfim, a FAESF/UNEF proporciona a sua comunidade acadêmica espaço para o processo de ensino-aprendizagem que une teoria e vivência prática, provocando a reflexão e posterior construção de novos saberes. Nesta proposta formativa acrescente-se, ainda, o caráter indispensável do aprendizado em serviço, nos espaços apropriados, sejam internos e/ou externos, que propiciam maior interatividade nas relações interpessoais, culturais e políticas da sociedade em que o sujeito está inserido.

2.3.4. Metodologias e Recursos para Atendimento Educacional Especializado

O Núcleo de Acessibilidade Estudantil trabalha com as bases legais de referenciais de acessibilidade na educação superior vigente. Busca-se, portando, coordenar, apoiar e executar a política institucional de acessibilidade para a inclusão de PCDs na comunidade acadêmica, em respeito aos Direitos Humanos.

São categorias de necessidades de educação especial:

- Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Exemplos: usuários de cadeira de rodas, amputados ou com ausência de membro, com paralisia cerebral, com nanismo.
- Mobilidade reduzida: dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- Deficiência auditiva: redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons, em diferentes graus de intensidade. Perda bilateral, parcial ou total;
- Surdez: diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural. A pessoa com surdez pode ser ou não usuária de alguma língua de sinais.
- Deficiência visual: abrange cegueira e baixa visão. Cegueira - a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 (5%) no melhor olho, com a melhor correção óptica

(óculos); Baixa visão - acuidade visual entre 0,3 (30%) e 0,05 (5%) no melhor olho, com a melhor correção óptica (óculos).

- Surdo cegueira: perda da audição e da visão concomitantemente em diferentes graus.
- Deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.
- Transtornos do Espectro Autista: em grau variado de acordo com a pessoa, possui ausência de reciprocidade social; dificuldades em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.
- Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: transtorno neurobiológico, de causas genéticas. Caracteriza-se por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.
- Dislexia: distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração.
- Síndrome de Down: alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais, que causa implicações no desenvolvimento global e na linguagem.

A acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior é uma realidade que começou a se delinear a partir das políticas de educação inclusiva que se firmam mais fortemente no Brasil a partir 1994, com a Declaração de Salamanca, documento que surge das discussões realizadas na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien na Espanha (1990). Desde então, vários diplomas legais são editados com o objetivo de garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no mesmo espaço educacional frequentado por quem não possui deficiência.

Muitas barreiras ainda precisam ser eliminadas, uma vez que em pleno século XXI, no imaginário social permanece a crença de que quem possui uma deficiência é um ser limitado. Acreditando que o espaço educacional é o lugar propicio para a quebra de paradigmas, a medida que acolhe em um mesmo espaço pessoas com diferenças diversas, a FAESF/UNEF criou o Núcleo de Acessibilidade Estudantil não só para atender a legislação existente no que se refere a garantia de ingresso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais num ambiente educacional comum, em particular na educação superior, mas por acreditar no potencial dessas pessoas. Assim, com a criação deste espaço de atendimento educacional especializado a FAESF/UNEF assume o compromisso institucional de reconhecimento da diversidade e direitos humanos.

A equipe de trabalho é constituída dos seguintes profissionais: Psicopedagogo; Psicólogo; Intérprete de Libras; Estagiários dos cursos correlatos.

Ações a serem desenvolvidas:

- Atuar como órgão de referência da FAESF/UNEF, nas questões de acessibilidade, com o propósito de minimizar as barreiras existentes;
- Implementar política institucional de acessibilidade no interior da FAESF/UNEF, por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão;
- Investir na preparação da comunidade universitária para sensibilização e reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível para TODOS;
- Sistematizar informações para implementação de políticas e ações facilitadoras da acessibilidade física, arquitetônica, pedagógica e de material e equipamentos para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

O Núcleo de Acessibilidade Estudantil identifica as demandas da comunidade acadêmica que possui algum tipo de necessidade educacional especial, a partir da inscrição no processo seletivo e, posteriormente, com a confirmação da matrícula inicial. O cadastro é oficializado na Secretaria Acadêmica e encaminhado ao Núcleo de Acessibilidade Estudantil, para categorizar o tipo de necessidade especial requerida.

O estudante é identificado a partir da inscrição no processo seletivo, quando informará na Ficha de Inscrição o tipo de necessidade educacional especial para

realização da avaliação, a fim de que receba o atendimento adequado no momento do processo avaliativo (prova adaptada, fiscal especial, tempo adicional para realização da prova). Obtendo aprovação e efetuada a matrícula, o aluno recebe o apoio pertinente a acessibilidade.

2.3.5. Atividades de Avaliação

O processo da avaliação ocupa espaço relevante no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem. A avaliação da aprendizagem é um dos instrumentos que possibilita a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino, informando as ações em desenvolvimento e a necessidade de regulações constantes. O processo de avaliação da aprendizagem é definido em resolução específica que busca valorizar a capacidade individual e o trabalho em equipe, orientando os professores quanto aos procedimentos e critérios a serem adotados na avaliação do desempenho escolar. Assim, a avaliação tem caráter formativo que permite constatar o processo de aprendizagem, ou seja, se os alunos estão, efetivamente, atingindo ou não os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre os objetivos e os resultados alcançados. A avaliação é uma ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as experiências vividas, a formular e reformular hipóteses, direcionando para um saber enriquecido (Hoffman, 1993). Em outras palavras, é também um meio pelo qual o estudante passa a se auto avaliar, conhecer seus limites, erros e acertos, proporcionando-lhe maior estímulo e autonomia na realização de seus estudos.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem está disciplinada no Regimento Geral da FAESF/UNEF, envolvendo normas sobre a avaliação do desempenho acadêmico.

2.3.6. Incorporação de Avanços Tecnológicos

A FAESF/UNEF dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica.

Os equipamentos estão localizados praticamente em todas as instalações: instalações administrativas, salas de aula, auditório, espaços de trabalho para professores e Coordenadores de Curso, espaços para atendimento aos discentes,

laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, salas de apoio de informática, biblioteca e sala da CPA.

Além disso, a FAESF/UNEF incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas.

A FAESF/UNEF incentiva o corpo docente e tutores a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As TICs implantadas no processo de ensino-aprendizagem incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores/tutores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

Os docentes/tutores utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação a exemplo de aulas com slides/datashow com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, vídeos, música/som, podcasts, games, laboratórios virtuais, impressoras 3D, IA, possibilitando a integração de dados; a universalização e o rápido acesso à informação. A comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem. A Instituição disponibiliza também laboratórios de informática com softwares específicos compatíveis com as ações acadêmicas e de suporte, ligados a internet banda larga, permitindo superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes.

Os alunos utilizam para pesquisa bibliográfica as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, EBSCO, Google, Google Acadêmico, demais bancos de dados, consultas a jurisprudências no âmbito dos tribunais de justiça, livrarias jurídicas, etc.) para elaborar e apresentar o seu produto estruturado a partir dos materiais encontrados.

A comunicação e interatividade por meio do AVA permite aos alunos professores e tutores troca de informações sobre trabalhos, produções textuais, arquivos e diversos outros meios.

São também utilizados pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados. Esses pacotes de ferramentas são utilizados pelos docentes, na FAESF/UNEF, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, numa extensão da sala de aula, nos Polos de Apoio Presencial.

A biblioteca digital complementa o suporte para os cursos como ferramenta poderosa no processo ensino-aprendizagem.

2.3.7. Atividades de Prática Profissional, Estágios e Complementares

a) Atividades de Prática Profissional e Estágios

Na FAESF/UNEF um dos seus elementos singulares na formação acadêmica do seu aluno é o investimento em laboratórios e locais exclusivos para estágios.

Nesse sentido, há uma preocupação de preparar o seu aluno de modo mais completo e maduro para os problemas inerentes da profissão.

O desenvolvimento de atividades práticas profissionais como componente curricular na FAESF/UNEF ocorre de forma processual ao longo do curso, ajustando-se à progressividade do currículo.

A FAESF/UNEF elegeu, alguns indicadores para a importância e incentivo dos estágios e práticas: fortalecimento da teoria-prática; acelerar a formação profissional; engajar as relações interpessoais; estimular a criatividade; acentuar a relação da FAESF/UNEF com a comunidade.

b) Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do egresso, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades da matriz curricular, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdo diverso que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso de graduação.

2.3.8. Inovações Consideradas Significativas, especialmente quanto à Flexibilidade dos Componentes Curriculares e às Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

A FAESF/UNEF busca a flexibilidade dos componentes curriculares como ferramenta que permite tornar o aprendizado mais significativo frente à diversidade e aos requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento regional.

A flexibilidade curricular é uma ferramenta a mais para formação do acadêmico, trazendo uma formação mais completa e singular a cada um. Nesse sentido, a oferta de unidades curriculares eletivas, trilhas específicas, atividades complementares, intercâmbio, intensa e extensa atividades de iniciação científica e extensão, levam a uma construção de uma trajetória acadêmica mais sólida e completa.

Constituem mecanismos de flexibilidade curricular:

a) Unidades curriculares eletivas/optativas – consiste na possibilidade de o discente optar pela unidade curricular dentro da sua matriz curricular e singularizar a sua formação no que lhe acha mais producente na perspectiva da sua formação;

b) Atividades Complementares – são realizadas por todo o curso, criando espaço para a formação mais humana, criativa e prática das suas formações;

c) intercâmbio internacional – possibilidade de o aluno estudar unidades curriculares fora do país em outras universidades conveniadas com a FAESF/UNEF, aproveitando e eliminando-a, além da experiência cultural para sua formação como cidadão do mundo;

d) Extensão – a FAESF/UNEF reconhece que as atividades extensionistas enriquecem a formação do seu acadêmico desde a prestação de serviços a ações

comunitárias;

e) Iniciação científica – oportunidade em que o acadêmico tem a possibilidade de aprofundar o que foi pautado em sala de aula e enriquecer assim a sua percepção do conteúdo dado, além de singularizar o seu currículo;

f) Estágios extracurriculares – podem ser realizados em instituições conveniadas com a FAESF/UNEF.

No intuito de cumprir o seu papel enquanto instituição de ensino superior, a FAESF/UNEF contempla várias ações internas e externas com a estrutura pedagógica fundamentada no princípio de que os saberes docentes se fazem e ampliam num processo dialógico, catalisando experiências que congregue o conhecimento de forma contextualizada, além das práticas centradas em estratégias comumente utilizadas no campo didático-pedagógico, como os projetos integrados, que são desenvolvidos em conjunto com os cursos de graduação e abertos à comunidade acadêmica, assim como a comunidade como um todo. Destaca-se, a seguir, os mais importantes realizados de forma sistemática:

a) FINC (antes - Feiras de Ideias e Negócios);

b) Semanas acadêmicas;

c) Workshops associado aos blocos temáticos dos cursos;

d) Colóquio de iniciação científica;

e) Semana de Integração;

f) Programa de nivelamento e inclusão digital para os alunos ingressantes.

As palestras e os debates são ações diversas desenvolvidas por iniciativa de professores e/ou alunos que discutem temas transversais, de interesse geral e que integram os cursos e a comunidade em geral: temas contemporâneos nas áreas dos cursos e afins;professor visitante; fóruns dos cursos.

Também são promovidas atividades de cunho social, que consistem em ações envolvendo a comunidade local e diretamente relacionadas aos problemas sociais, desenvolvidas pelos professores e alunos de forma interdisciplinar nos cursos: Dia da Responsabilidade Social; Dia da Empregabilidade; atividades de extensão; entre outros.

Por outro lado, a flexibilidade curricular garante oportunidades

diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória autônoma.

2.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

2.4.1. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação *Lato Sensu*

a) Ensino de Graduação

Toda política pedagógica do ensino da FAESF/UNEF está embasada nas teorias filosóficas deste PDI e voltadas para a realidade do perfil dos egressos oriundos das mais diversas instituições públicas e particulares e de diferentes faixas econômicas e sociais.

Diante deste cenário, a FAESF/UNEF entende que se faz necessário o desenvolvimento de políticas que visem a garantia da igualdade na diferença, na qual os pontos de partida são distintos, mas os pontos de chegada são semelhantes. Saviani (1982, p. 63) explica que: "só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada."

Ainda, as políticas de ensino da FAESF/UNEF estão pautadas na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos. A fim de garantir uma formação generalista de caráter continuado, busca incentivar a produção do conhecimento, relacionado com o contexto local e regional, centrada nas questões éticas e humanizadoras.

O processo de ensino da FAESF/UNEF se configura a partir de inovações metodológicas, avaliação continuada, relações teoria-prática e inter e multidisciplinaridade contemplando, também, as atividades complementares.

Nos cursos de graduação, o estabelecimento das políticas prioriza a contínua atualização dos Projetos Pedagógicos, buscando alcançar a excelência na oferta do ensino, realizando a reformulação constante dos currículos a fim de acompanhar as mudanças provocadas pelo avanço tecnológico e pela globalização.

O processo de atualização dos conteúdos programáticos visa acompanhar as demandas da sociedade e do mercado, levando-se em consideração o processo contínuo da avaliação institucional de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e seus instrumentos mais atualizados.

Dentro desta visão, os cursos de graduação buscam ofertar uma formação centrada na valorização do espírito científico, do pensamento reflexivo e da criatividade aos diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, tendo como meta permanente o aperfeiçoamento continuado, profissional e cultural, integrando os conhecimentos acadêmicos às vivências cotidianas.

O compromisso da FAESF/UNEF com o ensino se estabelece a partir das seguintes políticas gerais:

- Ampliar o universo de atividades de ensino presencial e a distância nas diversas áreas;
- Incentivar e desenvolver métodos inovadores de participação na aprendizagem;
- Priorizar ações acadêmicas relacionadas direta ou indiretamente aos problemas sociais básicos;
- Incentivar o trabalho inter e multidisciplinar;
- Desenvolver estudos voltados à integração dos diferentes níveis educacionais;
- Desenvolver estudos transdisciplinares que favoreçam a criação e a inovação no ambiente acadêmico;
- Estimular o desenvolvimento de ações relativas à educação inclusiva.
- Estimular a prática profissional dos estudantes
- Oferecer atividades acadêmicas complementares.

Como instituição de ensino, a FAESF/UNEF assume seu compromisso com a responsabilidade social promovendo ações de estímulo ao desenvolvimento do ser humano, investindo em capacitação permanente e oferta de bolsa de estudos integral e/ou parcial tanto na graduação como na pós-graduação, para professores e funcionários, além dos vestibulares com foco social e convênios com a iniciativa privada e pública.

Assumindo o papel de agente transformador da realidade local e regional através da inserção de profissionais com formação pautada nos princípios éticos

e na responsabilidade social, a FAESF/UNEF define as políticas de ensino da graduação para os cursos de licenciaturas, bacharelados e tecnológicos:

- Promover a integração acadêmica, articulando o desenvolvimento da graduação com as atividades da pós-graduação, pesquisa e extensão;
- Consolidar o processo de avaliação interna dos cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância e promover sua avaliação externa, a fim de contribuir para a elevação dos níveis de sua qualidade;
- Prover revisão geral dos currículos, considerando sua contínua atualização, adequação e redimensionamento;
- Estimular a implementação de práticas pedagógicas inovadoras;
- Promover a realização de atividades acadêmicas complementares que propiciem maior articulação entre os cursos e a inter e multidisciplinariedade;
- Realizar estudos orientados para criação de novos cursos de graduação, inclusive superiores tecnológicos e de educação a distância direcionados ao desenvolvimento técnico-científico e social do estado;
- Ampliar e fortalecer os programas de iniciação científica e tecnológica, bem como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento da graduação;
- estimular a disseminação da cultura empreendedora no âmbito dos cursos de graduação;
- Expandir os espaços destinados à realização de estágios e prática profissional no ambiente urbano;
- Realizar estudos permanentes com a finalidade de promover ações afirmativas no processo seletivo que garantam o acesso à instituição;
- Avançar, consideravelmente, no processo de melhoria das condições das instalações físicas, dos laboratórios e dos serviços especializados existentes e prover o material de apoio necessário;
- Promover articulação com as questões étnicos raciais, com a formação do cidadão ético, crítico e reflexivo;
- Estimular o exercício da cidadania, ações voltadas para a responsabilidade social e para as questões ambientais;

- Oferecer condições ao corpo técnico-administrativo de acesso ao ensino superior através da oferta de bolsa de estudos, visando melhor qualificação do seu quadro de colaboradores.

b) Ensino de Pós-Graduação *Lato Sensu*

A FAESF/UNEF desenvolve atividades de ensino de pós-graduação *lato sensu,* com base programas organizados e aprovados pelo Conselho Superior.

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na FAESF/UNEF é concebida a partir da demanda local e regional e visa ampliar o potencial criativo e competitivo dos graduados, promover a qualificação de seu corpo docente com a finalidade de melhorar a qualidade das atividades de ensino, extensão e pesquisa, constituindo-se num sistema especial de cursos presenciais e a distância que se propõem a atender as exigências mercadológicas, de investigação científica e de capacitação do corpo docente e técnico-administrativo.

Os pilares das políticas de ensino da pós-graduação são as seguintes:

- Estimular a obtenção dos títulos de especialista, mestre e doutor tendo em vista a formação de Grupos de Pesquisa (GP), base fundamental para ampliar o nível de qualificação dos docentes;
- Preparar profissionais de alto nível para o desempenho de atividades de elevada complexidade no mercado de trabalho;
- Oportunizar aos egressos a ampliação do conhecimento e da atuação profissional através dos cursos de pós-graduação lato sensu, articulada com atividades de extensão e da pesquisa;
- Melhorar as condições de infraestrutura e apoio necessários ao desenvolvimento da pós-graduação;
- Contribuir para a formação de pesquisadores, atendendo principalmente às necessidades setoriais e regionais da sociedade, particularmente comprometidos com o desenvolvimento social e a preservação ambiental;
- Criar grupos de produção científica e tecnológica a partir dos cursos de especialização;
- Promover cursos de especialização vinculados às linhas de pesquisa da Instituição e aos cursos de graduação oferecidos;

- Promover a pós-graduação na modalidade de ensino a distância;
- Compor corpo docente interno e permanente dos cursos de especialização, que atue, também, na graduação;
- Estimular a produção e publicação da produção científica de estudantes e professores dos cursos de especialização em revista da instituição;
- Formar pesquisadores e profissionais para ingressarem no magistério superior;
- Ampliar o acervo e toda a infraestrutura de ensino da pós-graduação;
- Promover a integração entre a pós-graduação e a graduação por meio de projetos interdisciplinares.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, denominados cursos de especialização, são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

Para cada curso de especialização é elaborado um Projeto Pedagógico de Curso (PPC), constituído, dentre outros, pelos seguintes componentes:

> I - matriz curricular, com a carga mínima de 360 horas, contendo unidades curriculares ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, com o respectivo plano de curso, que contenha objetivos, programa, metodologias de ensino-aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;
>
> II - composição do corpo docente, devidamente qualificado;
>
> III - processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes.

A FAESF/UNEF vem desenvolvendo cursos de especialização direcionados aos interesses dos concluintes da graduação, visando, prioritariamente, a continuidade de sua formação acadêmico-profissional, bem como atender à demanda da comunidade externa, cujas necessidades são permanentemente

consideradas na FAESF/UNEF.

2.4.2. Políticas Institucionais para a Modalidade EaD e Estudo para Implantação dos Polos EaD

a) Políticas Institucionais para a Modalidade EaD

A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos) e considerando as condições reais da localidade de oferta.

Sintonizada com os desenvolvimentos tecnológicos e com as rápidas mudanças nos métodos e processos educacionais, e consciente de que a educação a distância tem se constituído, nos últimos anos, em uma das mais importantes ferramentas de difusão do conhecimento e de democratização da informação, a IES oferece essa modalidade de ensino, uma vez que ela representa um instrumento potencializador da atividade educacional, no cumprimento de sua missão institucional.

A oferta da educação a distância na IES vem ao encontro das necessidades impostas pela globalização e pela disseminação do processo de aprendizagem através de uma expansão acadêmica de qualidade, sendo estabelecida em consonância com a sua missão institucional.

A oferta de educação superior, na modalidade de educação a distância, constitui-se em importante estratégia para ampliar as oportunidades de acesso à educação e assegurar o direito a estudar sem fronteiras. A IES reconhece a relevância da contribuição sócio-político-econômica que esta modalidade de oferta de ensino confere à concretização de maiores oportunidades de acesso à educação, minimizando os efeitos da exclusão social.

As possibilidades surgidas pela introdução e utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação, fizeram com que a educação a distância despontasse como oportunidade para incrementar o atendimento às demandas educacionais da população e da sociedade, bem como se constituísse numa alternativa às exigências de natureza social e pedagógica atuais.

A IES elegeu a modalidade da educação a distância para oferecer condições de atendimento às novas demandas por ensino superior de modo ágil, célere e qualitativamente superior, tendo por base a compreensão de que a educação a distância constitui uma modalidade não-convencional de educação, capaz de atender com grande perspectiva de eficiência, eficácia e qualidade aos anseios de universalização do ensino e, também, como meio apropriado à permanente atualização dos conhecimentos gerados de forma cada vez mais intensa pela ciência e cultura humana.

Esta modalidade de ensino promove grandes benefícios sociais, porque não se limita a uma mudança quantitativa, mas também qualitativa, por meio de programas e pessoal preparados técnica e pedagogicamente para a utilização das novas tecnologias educacionais: interação dos alunos coordenados por "tutores educacionais" e um corpo docente titulado formado por especialistas na área.

A educação a distância é um recurso de incalculável importância como modo apropriado para atender a grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida.

Com o objetivo de ampliar e diversificar as atividades de ensino de graduação e pós- graduação, assim como ampliar o acesso ao ensino superior, a IES implanta cursos na modalidade EaD. O setor responsável por apoiar todas as ações relacionadas ao planejamento e efetivação dessa modalidade na IES é a Núcleo de Educação a Distância (NUEAD).

A equipe multidisciplinar do NUEAD é composta por profissionais especializados em diversas áreas, entre eles, profissionais das diferentes tecnologias da informação e da comunicação, parceiros nos projetos pedagógicos para a oferta de unidades curriculares e/ou cursos à distância.

Com relação a esta modalidade de educação, a IES reforça seu compromisso ético com o desenvolvimento do país, aderindo à política de inclusão socioeducacional com um olhar no futuro da educação mediada por tecnologias inovadoras e outro olhar nas experiências bem sucedidas nessa modalidade educacional.

Cabe destacar que o uso inovador da tecnologia aplicado à educação, e mais especificamente, à educação a distância está apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporciona aos alunos a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento.

As atividades de tutoria previstas contemplam o atendimento às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, considerando a mediação pedagógica junto aos discentes, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, com planejamento de avaliação periódica por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

As atividades de tutoria são definidas como aquelas desenvolvidas no âmbito da educação a distância e que envolvem a mediação e o acompanhamento pedagógico dos alunos inscritos nos cursos oferecidos na modalidade educação a distância; a orientação para o estudo; a resolução de dúvidas; e o estímulo à aprendizagem.

O corpo discente tem acesso ao tutor, que acompanha diretamente seu percurso ao longo do curso. Cada tutor é responsável por um grupo de alunos. Assim, é possível garantir o atendimento a todos.

A qualidade de curso a distância depende, em grande parte, da qualidade da tutoria. Assim, a seleção, a capacitação, o acompanhamento e a avaliação dos tutores são consideradas atividades estratégicas. Na prática, essa qualidade deve traduzir-se no domínio das unidades curriculares ministradas, na capacidade de organizar e orientar didaticamente o processo de ensino-aprendizagem a distância e na utilização das ferramentas tecnológicas que lhe servem de instrumento.

Visto que os processos de ensinar e de aprender na educação a distância não ocorrem de forma simultânea e nem em espaços necessariamente compartilhados por alunos e professores, as propostas de ensino na modalidade a distância são mediadas através de materiais didáticos.

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com as diretrizes estabelecidas, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno, professor e tutor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas para a educação a distância, o material didático deve desenvolver competências e habilidades específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

Na elaboração do material didático para uso a distância busca-se integrar as diferentes mídias e explorar a convergência das tecnologias, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e da possibilidade de interação entre os diversos atores. Para tanto, são utilizadas diferentes tipos de mídias de EAD na produção do material didático: material didático impresso, material didático audiovisual e material didático para Internet (web).

O material didático adotado para Internet (web) abriga todo o conteúdo e outras mídias, como o material em formato de texto, e o material didático audiovisual encodado para visualização em qualquer acesso à web.

Dessa forma, há um Ambiente Virtual de Aprendizagem que serve de suporte ao material didático, com interface amigável, facultando uma aprendizagem significativa.

b) Estudo para Implantação de Polos EaD

A FAESF/UNEF realizou um estudo de viabilidade ampla para a implantação dos Polos de Apoio Presencial, o qual define critérios objetivos para seleção de cidades com potencial para implantação de seus polos presenciais.

Para a seleção do local de implantação dos polos, leva-se em consideração os seguintes aspectos:

- Distribuição Geográfica;
- Aspectos regionais: população egressa do ensino médio;
- Demanda existente para a oferta de cursos superiores;

- Indicadores do Plano Nacional de Educação.

Levando-se em conta os critérios estabelecidos acima, o estudo para a implantação de polos EaD da FAESF/UNEF, apresenta as seguintes etapas:

- Pesquisa de todos os polos de EAD do Brasil;
- Levantamento de dados IBGE;
- Análise do perfil de ensino superior dos estados e regiões do Brasil;
- Definição das cidades com oportunidades de expansão da atuação da IES e o entorno de cidades circunvizinhas
- Sugestão das cidades para implantação de novos polos EaD da IES.

Para o levantamento das informações, utiliza-se as seguintes fontes:

- Plataforma e-MEC;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Censo da Educação Superior: Análise do perfil de Ensino Superior dos Estados e regiões do Brasil;
- Sites Prefeituras Municipais: estudo da região: economia, cultura, história etc.

No estudo para implantação de novos polos, tem-se definido alguns critérios para a seleção das cidades com oportunidades de expansão de polos EaD, conforme segue:

- População regional;
- Número de Polos EaD na região;
- População com ensino médio completo ou superior incompleto.

Destaca-se que, a FAESF/UNEF, ao implantar um polo de EaD, através da oferta de seus cursos, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da comunidade local e regional onde está inserida.

2.4.3. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas de Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural

A FAESF/UNEF desenvolve de iniciação científica nas suas áreas de atuação acadêmica, promovendo ações que proporcionem contribuições teóricas e práticas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Contribui para melhoria da qualidade do ensino de graduação, a prática da extensão, o incentivo às artes e a iniciação científica e à formação de pesquisadores.

A iniciação científica na FAESF/UNEF tem como premissa a produção e a transmissão de conhecimentos, além de gerar produção científica, organizando-se de forma a permitir constantemente o aperfeiçoamento das atividades de ensino e extensão, para responder, com competência às demandas socialmente requeridas de integração entre os diferentes segmentos da instituição de interdisciplinaridade, de aplicabilidade e de parcerias com a sociedade.

São objetivos da política de iniciação científica:

- Reafirmar a iniciação científica como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;
- Priorizar os projetos voltados a questões relacionadas ao contexto regional e às demandas da sociedade;
- Valorizar os projetos de iniciação científica interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e as atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de iniciação científica como um dos parâmetros de avaliação da própria Instituição;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica;
- Estimular a disseminação de conhecimentos, organizando e publicando as produções intelectuais de professores e alunos, mediante trabalhos, compêndios, anais, monografias e livros;
- Promover congressos, simpósios, seminários ou encontros para estudos e debates de temas ou de áreas específicas, bem como a participação em iniciativas semelhantes.

As atividades de iniciação científica estão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade regional; e alinhadas a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento econômico, a promoção da

qualidade de vida. Tem a função de criar e exercitar a atitude investigativa e científica como base da formação acadêmica, e a de buscar novos conhecimentos e técnicas.

A FAESF/UNEF incentiva a iniciação científica por todos os meios ao seu alcance, principalmente por meio de do(a):

- Cultivo da atividade científica e do estímulo ao pensar crítico em qualquer atividade didático-pedagógica;
- Manutenção de serviços de apoio indispensáveis, tais como, biblioteca, documentação e divulgação científica;
- Formação de pessoal em cursos de pós-graduação;
- Concessão de bolsas de estudos ou de auxílios para a execução de determinados projetos;
- Realização de convênios com entidades parceiras de iniciação científica;
- Intercâmbio com instituições científicas;
- Programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

Os projetos de iniciação científica na IES têm a supervisão disciplinada por Resolução do Conselho Superior. O financiamento das atividades de iniciação científica inclui recursos próprios da Instituição ou de parceiros, captados em organizações da região, públicas e privadas, e agências de fomento.

Para o financiamento de projetos, a seleção contempla, entre outros, os seguintes critérios gerais: relevância do tema proposto; concordância entre a proposta apresentada e os recursos orçamentários existentes; cronograma de trabalho.

Os resultados obtidos em função do desenvolvimento dos projetos de iniciação científica são divulgados à comunidade e publicados em revistas e periódicos específicos da FAESF/UNEF, assim como os relatórios conclusivos são tombados em cópia, no acervo da biblioteca da Instituição, como estímulo à produção acadêmica.

A FAESF/UNEF estimula a inserção de temas científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, da área dos cursos ou de temas transversais, na agenda dos veículos de comunicação através de informações veiculadas em noticiário

impresso, televisivo, radiofônico, mídias sociais ou pela Internet; contribuindo com a democratização do conhecimento científico, facilitada pelo uso de uma linguagem acessível à maioria, levando-se em consideração o entendimento de que o acesso às informações científicas e tecnológicas pode contribuir com melhoria da qualidade de vida.

É fundamental o desenvolvimento e a participação em atividades de extensão, ações comunitárias, promoção e participação em concursos, eventos, reuniões científicas e culturais, seminários, congressos etc.

A FAESF/UNEF desenvolve, também, atividades da iniciação científica voltadas ao tratamento de questões e temáticas que dizem respeito à Educação das Relações Étnico-Raciais, afrodescendentes e indígenas (Parecer CNE/CP nº 3/2004), Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2012) e Educação Ambiental e Sustentabilidade (Lei nº 9.795, de 1999 e Resolução CNE/CES n º 02, de 15 de junho de 2012).

No tocante à inovação tecnológica, científica e ao desenvolvimento artístico e cultural, a FAESF/UNEF oferece o mesmo apoio dispensado para as atividades de iniciação científica. Dessa forma, projetos de inovação tecnológica ou de desenvolvimento artístico e cultural, aprovados, recebem apoio financeiro mediante programa de bolsas e divulgação dos resultados e outros meios.

2.4.4. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas de Extensão

A educação no âmbito da extensão está contida como ação político-pedagógica que caracteriza a relação como prática acadêmica e é o instrumento de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, envolvendo um processo orgânico que não se confunde com assistencialismo. É fator integrador do ensino e da pesquisa, objetivando responder à demanda social e representa um compromisso da instituição com a comunidade.

A FAESF/UNEF tem como objetivos de extensão acadêmica instituir a formação político-social, técnico-científica e prática profissional do corpo discente, sintonizada com as exigências atuais do mercado, além de interligar-se

às áreas do ensino e da pesquisa, e possibilitar a verdadeira associação da prática acadêmica como um todo na vida do estudante.

As principais atividades de extensão desenvolvidas pela FAESF/UNEF que integram a teoria e a prática, dentre as quais cabe destacar a Agência Experimental de Comunicação – Escola de Ideias e as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NEPEX.

A políticas de extensão são:

- Formular novos programas de extensão com base na integração contínua ao ensino e pesquisa, considerada a responsabilidade social;
- Expandir e consolidar programas de extensão existentes, buscando integração contínua ao ensino e à pesquisa e considerando o compromisso social da FAESF/UNEF;
- Ampliar ações que contribuam para melhorar a qualidade de vida do cidadão, em Feira de Santana e nas cidades adjacentes, além das cidades com os Polos de Apoio Presencial;
- Promover articulação das atividades artístico-culturais com as atividades acadêmicas dos cursos de graduação e com as ações de extensão;
- Assegurar a FAESF/UNEF como espaço de manifestações culturais e esportivas em suas diversas expressões e modalidades;
- Melhorar as condições de infraestrutura e apoio às atividades de extensão na instituição.

A extensão é desenvolvida nas áreas dos cursos superiores ofertados e em temáticas transversais e de formação cidadã.

A divulgação no meio acadêmico ocorre mediante a realização anual de evento específico de extensão, no qual professores e alunos apresentam as atividades desenvolvidas junto aos projetos aprovados e financiados. Desse evento, são produzidos anais com os resumos dos trabalhos.

Nas atividades de extensão a Instituição cumprirá as exigências da Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Assim sendo, as atividades de extensão comporão, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais devem fazer parte da matriz curricular dos cursos ofertados.

2.4.5. Política de Internacionalização

A internacionalização é um dos mecanismos estratégicos que a FAESF/UNEF tem como condição chave para ampliar e desenvolver as competências estabelecidas em sua matriz, uma vez que, a experiência acadêmica e cultural trará uma visão, experiência e prática que irá implicar em uma formação mais sólida, experiente, ao tempo que humana para o corpo discente.

A FAESF/UNEF através do Santander possui parceria com instituições estrangeiras, apoiando financeiramente o intercâmbio de alunos para cursar 01 (um) semestre no exterior. Há apoio também para viagens de professores e alunos para apresentação pesquisas conjuntas e planejamento de as parcerias estratégicas para fortalecer as de trabalhos, participação em congressos e em programas de pós-graduação stricto senso.

Há outros convênios e parcerias com instituições de diversos países que propiciam não somente a mobilidade acadêmica, mas também, a parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e estudos.

As ações de parcerias possibilitam a ampliação de convênios, promoção de atividades acadêmicas. Trata-se de um movimento inicial que será ampliado a partir da absorção no quadro docente de profissionais qualificados e envolvidos nos projetos de pesquisa definidos.

A capacidade institucional de atrair docentes e pesquisadores estrangeiros apresenta-se como uma tendência fortemente marcada para as áreas de Saúde e de Engenharia.

2.4.6. Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

A FAESF/UNEF promove ações institucionais no que se refere à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados,

ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

As atividades de ensino, iniciação científica e extensão na FAESF/UNEF contemplam a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

A educação ambiental é incluída tanto nas atividades de ensino, como nas atividades de iniciação cientifica e extensão. Assim, a FAESF/UNEF cumpre as exigências da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, do Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e da Resolução CP/CNE nº 02/2012, que estabelecem as Políticas de Educação Ambiental.

O meio ambiente natural protegido é hoje um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade (art. 225 da CRFB), afinal, sem ele não gozamos de nenhum outro direito fundamental, e aqui inclui-se a Educação (BRASIL 1988).

Nesse sentido, a FAESF/UNEF tem como propósito a educação e o conhecimento como instrumento transformador e impulsionador de acadêmicos (cidadãos) mais consciente com suas atitudes, bem como, senso crítico para refletir, exigir e participar de políticas públicas direcionadas a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

O compromisso da FAESF/UNEF com a educação ambiental e desenvolvimento sustentável se estabelece a partir das seguintes políticas:

a) inclusão de unidade curricular obrigatória na matriz curricular de todos os cursos;

b) promover debates, eventos e produção científica com recorte para o meio ambiente e sua sustentabilidade;

c) fortalecer o compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região;

d) ampliar as ações extensionistas estabelecendo políticas que integrem a academia com a sociedade, definindo linhas próprias de atuação;

e) desenvolver projetos de ação integrada viabilizando a inter e a multidisciplinaridade entre as áreas de atuação da FAESF/UNEF;

f) implementar projetos de responsabilidade social na sede e em todos os Polos de Apoio Presencial.

A FAESF/UNEF visa estimular e apoiar a memória cultural, a produção artística e ao patrimônio cultural, desenvolvendo desta forma, uma política de institucional que orienta as ações didático-pedagógico de todos os seus cursos, adotando as seguintes ações:

- Valorizar a produção artística cultural como atividade técnica e acadêmica;
- Promover eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;
- Promover e divulgar conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, da publicação ou de outras bases de comunicação;
- Promover ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural;
- Compromisso com a formação da consciência social de seus educandos a partir da incorporação de temas tais como relações étnico-raciais (e sua influência para a formação da sociedade brasileira), direitos humanos, educação ambiental, produção artística e valorização do patrimônio cultural, em projetos integradores desenvolvidos em seus cursos de graduação;
- Promover ações de responsabilidade social nas regiões onde está inserida através da sede e dos Polos de Apoio Presencial;
- Efetivar ações que atendam a demandas sociais, à formação de lideranças, ao desenvolvimento de oportunidades, à integração de pessoas com projetos acadêmicos alinhados com o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

Desta forma, a FAESF/UNEF, por meio de projetos, desenvolve localmente e regionalmente, projetos de estímulo e apoio a memória cultural, a produção artística e ao patrimônio cultural.

Em relação às ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, a FAESF/UNEF aderiu ao Programa Universidade para Todos - ProUni, política pública de ação afirmativa, viabilizando mais um mecanismo de inserção e manutenção de alunos de baixa renda sem diploma de nível superior. Nesse contexto, são oferecidas cotas para afrodescendentes, indígenas e deficientes, enfrentando o desafio de romper ciclos de pobreza, agravados pelo não acesso à educação superior.

O ProUni reserva bolsas na FAESF/UNEF às pessoas com deficiência e aos autodeclarados indígenas, pardos ou negros. O número de bolsas destinadas aos cotistas é proporcional ao percentual de cidadãos negros, pardos e indígenas na região, de acordo com os dados do censo do IBGE.

Adicionalmente, nas atividades de ensino, nas atividades de iniciação científica e nas atividades de extensão, a FAESF/UNEF cumpre as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Com o objetivo de divulgar e produzir conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira, a FAESF/UNEF incluiu nos conteúdos de unidades curriculares e atividades curriculares dos cursos que ministra, a Educação das Relações Étnico- Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

Nos cursos de graduação, a formação considera sempre as dimensões da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural, ética e demais aspectos que compõem o espectro da diversidade humana que singularizam cada pessoa ou cada grupo social.

Conforme estabelecido na Resolução CNE/CP nº 01/2012, a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, foi considerada na construção do PDI, do PPI e dos PPCs dos cursos da IES, no ensino, na iniciação científica, na extensão, bem como nos diferentes processos de avaliação.

A Resolução CNE/CP nº 01/2012 estabeleceu, ainda, que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

- Como um conteúdo específico de uma das unidades curriculares já existentes no currículo escolar;
- De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

A FAESF/UNEF adota, ainda, políticas de educação inclusiva voltadas para pessoas com deficiência, possibilitando o acesso e a permanência de alunos que apresentam alguma deficiência.

Para tanto, está empenhada em promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, conforme determinação da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e do Decreto nº 5.296/2004 e do Decreto nº 5.626/2005, que a regulamentam.

2.4.7. Políticas Institucionais Voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social

A FAESF/UNEF promove ações institucionais no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população, e ações de inclusão e empreendedorismo.

A formação superior é considerada primordial para a diminuição de desigualdades e promoção de justiça social, sendo estratégica para a produção de riqueza do país e desenvolvimento sustentável.

Fazer da FAESF/UNEF um espaço de maior inclusão e equidade social, como perspectiva de democratização e impacto no mercado de trabalho, na economia e na sociedade, requer definir políticas de equidade, possibilitar novos mecanismos de apoio aos estudantes e analisar criticamente a formação proposta. As ações envolvem:

a) as estratégias de promoção de equidade, garantindo acesso para estudantes de baixa renda e para segmentos da população com menor ingresso, tais como indígenas, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, residentes em zonas rurais e apartadas. A integração destes grupos à Instituição é elemento-chave do seu processo emancipatório, como oportunidade de formação pessoal e também coletiva;

b) o estabelecimento de parcerias com os gestores locais e regionais, a fim de desenvolver atividades de ensino, iniciação científica e extensão que resultem no aprimoramento e desenvolvimento da região;

c) o apoio ao estudante em sua trajetória formativa, em especial, os procedentes dos segmentos sociais de menor renda, como atividades de nivelamento, apoio psicopedagógico, dentre outras;

d) a permanente atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), atendendo às exigências da legislação educacional e de modo a construir novos modelos educacionais, programas e alternativas de trajetórias que facilitem o acesso ao conhecimento. De outra forma, a atenção às demandas dos estudantes torna necessária à diversificação das estruturas acadêmicas.

O compromisso social da FAESF/UNEF envolve a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social para todos os segmentos da população. Neste sentido, tal compromisso está vinculado também à formação e produção de conhecimentos voltados ao atendimento de demandas locais e regionais.

Os projetos pedagógicos dos cursos estão atrelados à responsabilidade social da FAESF/UNEF com o desenvolvimento econômico e social, enfatizando o compromisso com o desenvolvimento e com a socialização do conhecimento. A responsabilidade social deve ser alcançada com a adoção de processos formativos pautados na formação cidadã, em princípios éticos; no desenvolvimento da capacidade de crítica dos alunos com relação aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais; no incentivo à criatividade dos alunos para identificar problemas e propor soluções e na formação cultural ampla.

Paralelamente às atividades de ensino, faz-se necessário fortalecer e incentivar as atividades de iniciação científica e extensão, envolvendo os alunos com desenvolvimento econômico e social regional, a melhoria da infraestrutura urbana/local, a melhoria das condições e da qualidade de vida da população e as ações de inovação social. Deve também:

a) fortalecer o compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região;

b) ampliar as ações extensionistas estabelecendo políticas que integrem a

academia com a sociedade, definindo linhas próprias de atuação;

c) desenvolver projetos de ação integrada viabilizando a inter e a multidisciplinaridade entre as áreas de atuação da FAESF/UNEF;

d) implementar projetos de responsabilidade social.

2.4.8. Política de Inclusão Social

A assistência aos discentes visa também a inclusão social, o que representa um avanço nas políticas de ensino. Assim, o acesso e a permanência dos estudantes inclusos representam um fator imprescindível para a IES. Desde sua implantação a FAESF/UNEF adota medidas visando a acessibilidade plena a pessoas com deficiência, tanto física quanto pedagógica, dando o suporte necessário para o acesso e permanência nos cursos de graduação, na sede e nos Polos. A FAESF/UNEF propõe, também, discussões sobre inclusão social, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação, na modalidade presencial e a distância.

A acessibilidade pedagógica permite a inserção do aluno com deficiência. Os sistemas e meios de comunicação para o auxílio de deficientes representam um avanço nas políticas de ensino. O acesso e a permanência dos estudantes inclusos representam um fator imprescindível para a IES, por atender ao PCD, viabilizando a acessibilidade física e pedagógica. Do ponto de vista pedagógico são considerados as seguintes proposições:

- Viabilizar para o aluno com deficiência a inclusão no espaço educacional por meio dos recursos de tecnologia da informação e comunicação;
- Utilizar a informática como ferramenta de equiparação de oportunidades e promoção educacional e social para as pessoas com deficiência;
- Disponibilizar softwares específicos para facilita à interação dos alunos PCD no mundo predominantemente visual;
- Implantar suportes de textos para o aluno com baixa visão para facilitar a visualização em momentos de leitura e digitação;
- Viabilizar a gravação das aulas com tradução simultânea em Libras;
- Oferecer condições de acessibilidade física para o PCD na sede da IES e Polos de Apoio Presencial.

2.4.9. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente

Conforme disposto no art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação superior tem por finalidade incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Desta forma, e ciente de que o docente da FAESF/UNEF é o articulador e mediador do processo ensino e aprendizagem, há necessidade de pensar no estímulo à produção de modo que o docente seja uma constante e não uma exceção. Assim, a FAESF/UNEF investe na qualificação de seu corpo docente considerando tanto a formação inicial, como a titulação e a experiência profissional, pilares que fazem do docente um profissional capaz de desencadear e promover a formação discente de forma significativa.

As políticas de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente da FAESF/UNEF tem por objetivo despertar a vocação para a pesquisa de docentes e discentes, e estabelecem:

- Disponibilizar parte da carga horária dos docentes selecionados para o desenvolvimento de práticas de iniciação científica;
- Estimular e apoiar a qualificação docente em programa de pós-graduação *stricto sensu*;
- Organizar eventos de iniciação científica e extensão internos buscando maior integração entre o corpo docente, discente e comunidade, de forma a divulgar as experiências de iniciação científica desenvolvidas no interior da Instituição;
- Estimular a publicação científica, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos docentes em revistas internas e periódicos externos;
- Incentivar a criação de grupos de pesquisa entre docentes e discentes;
- Definir no Plano de Carreira Docente pontuação para produção acadêmica, conforme grau de intensidade de cada produção, divulgando-o aos docentes.

A FAESF/UNEF organiza, editora, publica e distribui a Revista Facere Scientia, com publicação semestral. É mais um espaço de formação pela/na pesquisa, através de artigos, relatos, resenhas e ensaios que gravitem nas discussões sobre formação, experiência e linguagens. A amplitude de possibilidades de produções acadêmicas revela a abertura para os autores atuarem mais livremente na relação conteúdo/forma. Tais autores são ilustres convidados, bem como professores e alunos da IES que submetam suas produções para o Conselho Editorial da revista.

2.4.10. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos (Graduação e Pós-Graduação)

A FAESF/UNEF assume, por meio de seus docentes, o compromisso em despertar nos estudantes a curiosidade e o desejo em desenvolver práticas de iniciação científica. Assim, o Programa de Iniciação Científica, criado pela FAESF/UNEF, objetiva apoiar o discente logisticamente e financeiramente para a participação em eventos internos e externos, o qual adota as seguintes políticas:

- Criar grupos de iniciação científica na sede na FAESF/UNEF para alunos dos cursos presenciais e grupos virtuais para alunos da graduação e pós-graduação dos cursos ofertados na modalidade a distância;
- Incentivar discentes a produzirem artigos de iniciação científica junto com os discentes dos cursos ofertados publicando-os na Revista Facere Scientia, em periódicos nacionais e internacionais, e, em outros meios;
- Preparar discentes para atividades de pós-graduação *lato sensu*;
- Estimular e apoiar financeiramente a produção e a participação do discente em eventos locais, nacionais e/ou internacionais;
- Estimular a produção e participação dos egressos em grupos de pesquisa e publicação em revistas e periódicos externos, bem como a participação e organização em eventos, congressos e seminários.

Essas políticas viabilizam a melhoria contínua no processo ensino-aprendizagem, gerando confiança nos recursos humanos e na qualidade da informação, proporcionando, dessa maneira a satisfação de todos os envolvidos no processo de iniciação científica.

A FAESF/UNEF incentiva a participação dos alunos em eventos (congressos, seminários, palestras e visitas técnicas) etc., de âmbito local, nacional ou internacional, nas áreas dos cursos ministrados e envolvendo temas transversais (ética, cidadania, solidariedade, justiça social, inclusão social, meio ambiente e sustentabilidade ambiental, direitos humanos, relações étnico raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena, cultura etc.).

Para tanto, a FAESF/UNEF divulga agenda de eventos relacionados às áreas dos cursos implantados e de temas transversais e oferece auxílio financeiro e/ou logístico para alunos que participarem na condição de expositor. Além disso, organiza, anualmente, eventos para a socialização, pelos alunos e pelos professores, quando for o caso, dos conteúdos e resultados tratados nos eventos de que participou.

2.4.11. Política de Acompanhamento dos Egressos

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a retroalimentação do currículo acadêmico e também para que a IES possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho.

Neste sentido, a FAESF/UNEF mantém um cadastro atualizado das empresas parceiras, bem como de alunos que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho. Este procedimento, tem por finalidade estabelecer uma rede de relacionamentos e socializar a troca de experiências diversas. Assim, é o propósito da instituição promover encontro de egressos, professores e funcionários.

A organização destes grupos permite o desenvolvimento de diversas ações que fortalecem, ainda mais, os objetivos institucionais.

Com o propósito de estabelecer um canal de comunicação permanente com os egressos, a FAESF/UNEF instituiu, também, um Programa de Acompanhamento do Egresso/Diplomados mantendo-os informados a respeito de cursos de pós-graduação e extensão, fomentando o processo de educação continuada.

O programa propõe-se a orientar, informar e atualizar os egressos com base nas novas tendências do mercado de trabalho para fornecer programas de formação que atendam a atuais demandas do mundo contemporâneo. Para tanto, adota os seguintes encaminhamentos:

- Manter um cadastro dos egressos de todos os cursos ministrados pela FAESF/UNEF com nome, endereço, ano de conclusão, trabalho ou emprego no término do curso;
- Manter registro permanente e atualizado da participação dos egressos em cursos de pós-graduação;
- Manter registro de participação de egressos em concursos públicos e resultados obtidos;
- Manter cadastro a respeito da inserção de egressos no mercado de trabalho;
- Promover, periodicamente, encontros, palestras, seminários e outros eventos que estimulem uma maior aproximação entre os egressos e a instituição;
- Convidar e incentivar os egressos a participarem de eventos e cursos de extensão promovidos pela instituição, de modo que, reciprocamente, insiram-se em processos de formação continuada e contribuam para a formação dos alunos em curso;
- Empreender estudos que nos permitam verificar se a FAESF/UNEF está conseguindo formar profissionais com o perfil delineado em seus projetos pedagógicos;
- Propor ajustes na estrutura curricular, quando necessário, para adequar o perfil profissional às exigências do mercado de trabalho.

2.4.12. Política de Comunicação Institucional (Comunidade Externa e Interna)

A política de comunicação da FAESF/UNEF tem por objetivo estabelecer a transparência dos seus processos diante de seu público de estudantes, funcionários, professores/tutores, gestores e comunidade. Todos os processos de comunicação da IES estão fundamentados nas necessidades humanas de receber informações e também de expressar ideias, sentimentos e opiniões.

A comunicação da FAESF/UNEF se amplia e integra o sistema de avaliação contínua através da Ouvidoria que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da FAESF/UNEF, oferecendo a comunidade interna e externa um canal de comunicação com os órgãos superiores da IES.

Nesse sentido, a comunicação institucional é pautada nos valores instituídos nesse PDI, notadamente os princípios abaixo transcritos:

- Compromisso com a transparência com a comunidade acadêmica, por meio da Ouvidoria, CPA, Colegiados de Curso, com ampla divulgação em seus relatórios anuais, infográficos e meios digitais em seu sítio institucional da Internet (site e rede social) da FAESF/UNEF;
- Compromisso com a divulgação contínua de suas atividades de ensino, iniciação científica e extensão, por meio de informes periódicos e do seu sítio institucional de internet;
- Incentivo à difusão da pesquisa acadêmica produzida na instituição por meio de meios digitais;
- Difusão e diálogo com a sociedade por meio da realização de eventos que possibilitam a exposição de pontos de vista e pesquisa acadêmica e aplicada;
- Eficiência nas comunicações institucionais de modo célere, claro e objetivo;
- Compromisso com a acessibilidade comunicacional, atendendo de modo qualitativo com aos mais diversos públicos.

a) Comunicação com a Comunidade Externa

Mídias impressas ou eletrônicas podem ser utilizadas para realizar a comunicação da FAESF/UNEF com a comunidade externa. Todavia, a comunicação institucional se dá por meio do site da IES. Nesta página, as informações estão organizadas, de acordo com o interesse dos diversos públicos que compõem a comunidade interna: alunos, professores, tutores, corpo técnico-administrativo e a comunidade externa: candidatos, pesquisadores, empresas e organizações.

No portal constam informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação da FAESF/UNEF, notícias e reportagens da comunidade interna, agenda de eventos, oportunidades profissionais, bem como, uma galeria de vídeos e fotos para que a comunidade externa conheça a IES.

Existe, ainda, a presença nas principais redes sociais com perfis institucionais: Linkedin; Facebook; Twitter; Youtube; Instagram.

No portal consta além dos registros e comunicação para atividades acadêmicas e administrativas, a possibilidade de interessados em trabalhar junto

ao corpo administrativo/acadêmico da FAESF/UNEF, bem como, a escuta da comunidade interna e externa por meio da Ouvidoria.

A finalidade da Ouvidoria é assegurar a participação da comunidade docente/tutorial, discente e sociedade civil para melhorias de atividades desenvolvidas pela FAESF/UNEF.

Nesse sentido, a Ouvidoria pode contribuir junto com a CPA, com o objetivo de levantar inquietações e promover soluções em suas discussões e elaboração dos seus relatórios.

b) Comunicação com a Comunidade Interna

Assim como na comunicação externa, um dos instrumentos de comunicação utilizados pela IES para a comunicação institucional com a comunidade interna acontece por meio da sua página, que conduz ao Portal do Aluno, ao AVA e ao Portal do Professor.

O Portal do Aluno e Professor (PORTAL ACADÊMICO) compreende o espaço de informações e gestão das atividades acadêmicas para professor e aluno. Já o Portal do AVA é uma plataforma própria que tem como objetivo propiciar aulas síncronas e assíncronas e que também oferece mecanismos de gestão acadêmica e meio de comunicação entre o corpo docente, tutores e discente.

Em todos os sítios mencionados, é possível acessar a Ouvidoria diretamente.

Além dos sítios citados anteriormente, utiliza-se de forma intensa, os diversos murais espalhados pela FAESF/UNEF, bem como cartazes que apresentam os destaques da instituição.

Nesse sentido, registra-se que, a FAESF/UNEF oferece acesso Wi-fi em todas suas instalações.

Por fim, aponta-se indicadores para melhor comunicação nos próximos cinco anos de ações já existentes, aperfeiçoando-as e ou criando novas:

- Melhorar a comunicação da FAESF/UNEF com as partes envolvidas;
- Implantar um Programa de Comunicação Integrada;
- Ampliar os veículos de comunicação entre comunidade interna e IES, comunidade externa e IES;
- Difundir o alcance das comunicações já existentes na IES;

- Implantar sala de geração de conteúdos, estúdio de rádio e TV e ilha de edição para suporte didático pedagógico aos cursos de graduação, principalmente para a modalidade EaD;
- Garantir que os processos de comunicação da IES estejam fundamentados nas necessidades humanas de receber informações e também de expressar ideias, sentimentos e opiniões;
- Ampliar as políticas de comunicação da FAESF/UNEF integrando ao sistema de avaliação contínua pela Ouvidoria com objetivo de contribuir para o desenvolvimento da FAESF/UNEF, dos professores/tutores, funcionários, alunos e comunidade externa;
- Manter um canal de comunicação com os órgãos superiores da IES, por via dos registros formais, por telefone, site institucional, e atendimento pessoal;
- Implantar nos Polos de Apoio Presencial, para o funcionamento da EaD, com arrojada política de comunicação e marketing a fim de aproximar a IES da comunidade local e regional, viabilizar divulgação dos cursos de graduação e pós-graduação e captar alunos.

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

3.1. CURSOS EM FUNCIONAMENTO

A FAESF/UNEF possui autorização para ministrar os seguintes cursos de graduação: **ADMINISTRAÇÃO; ARQUITETURA E URBANISMO; BIOMEDICINA**; CIÊNCIAS CONTÁBEIS; COMUNICAÇÃO SOCIAL; COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA; **DESIGN DE INTERIORES; DIREITO**; EDUCAÇÃO FÍSICA; **ENFERMAGEM**; **ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA; ENGENHARIA CIVIL; ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; ENGENHARIA ELÉTRICA**; **ENGENHARIA MECÂNICA; ENGENHARIA QUÍMICA**; ESTÉTICA E COSMÉTICA; **FARMÁCIA; FISIOTERAPIA**; GESTÃO AMBIENTAL; GESTÃO COMERCIAL; GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS; GESTÃO FINANCEIRA; GESTÃO HOSPITALAR; JORNALISMO; LOGÍSTICA; **NUTRIÇÃO; ODONTOLOGIA**; PEDAGOGIA; PROCESSOS GERENCIAIS; **PUBLICIDADE E PROPAGANDA**; SERVIÇO SOCIAL.

No campo da pós-graduação, a FAESF/UNEF oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de conhecimento de sua atuação na graduação.

3.2. CURSOS DE FUTURA ABERTURA

a) Cursos de Graduação

Para o período 2019 - 2023, a FAESF/UNEF planeja a abertura dos cursos de graduação na sede, relacionados no quadro a seguir.

CURSOS DE GRADUAÇÃO DE FUTURA ABERTURA		
NOME DO CURSO	**PRESENCIAL VAGAS**	**A DISTÂNCIA VAGAS**
BIOMEDICINA	-	600
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	-	1.800
EDUCAÇÃO FÍSICA	-	500
ENGENHARIA CIVIL	-	5.000

CURSOS DE GRADUAÇÃO DE FUTURA ABERTURA		
NOME DO CURSO	**PRESENCIAL VAGAS**	**A DISTÂNCIA VAGAS**
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	-	5.000
ESTÉTICA E COSMÉTICA	-	5.000
FARMÁCIA	-	2.000
FISIOTERAPIA	-	600
GESTÃO AMBIENTAL	-	5.000
GESTÃO COMERCIAL	-	7.500
GESTÃO FINANCEIRA	-	200
LOGÍSTICA	-	5.000
PROCESSOS GERENCIAIS	-	1.500
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-	5.000
MEDICINA	160	-

b) Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Para o período 2019 - 2023, a FAESF/UNEF planeja a abertura dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, relacionados no quadro a seguir.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE FUTURA ABERTURA		
NOME DO CURSO	**CINE ÁREA GERAL**	**CURSOS DE GRADUAÇAÃO CORRELACIONADOS**
ANÁLISES CLÍNICAS E TOXICOLÓGICAS	SAÚDE E BEM-ESTAR	FARMÁCIA E BIOMEDICINA
AUDITORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	SAÚDE E BEM-ESTAR	ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA, NUTRIÇÃO, BIOMEDICINA,

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE FUTURA ABERTURA		
NOME DO CURSO	**CINE ÁREA GERAL**	**CURSOS DE GRADUAÇAÃO CORRELACIONADOS**
		FARMÁCIA E ODONTOLOGIA
AUTOMAÇÃO E CONTROLE INDUSTRIAL	ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO	ENGENHARIA ELÉTRICA E ENGENHARIA MECÂNICA
CITOLOGIA CLÍNICA	SAÚDE E BEM-ESTAR	BIOMEDICINA E FARMÁCIA
DIREITO PÚBLICO	NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	DIREITO E ADMINISTRAÇÃO
ENGENHARIA E GESTÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, ENGENHARIA ELÉTRICA, ENGENHARIA MECÂNICA E ENGENHARIA QUÍMICA.
ESTÉTICA AVANÇADA E DERMATO FUNCIONAL	SAÚDE E BEM-ESTAR	BIOMEDICINA, FARMÁCIA, FISIOTERAPIA E ESTÉTICA E COSMÉTICA.
FASHION BRANDING	NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	PUBLICIDADE E PROPAGANDA

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE FUTURA ABERTURA		
NOME DO CURSO	**CINE ÁREA GERAL**	**CURSOS DE GRADUAÇAÃO CORRELACIONADOS**
FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA	SAÚDE E BEM-ESTAR	FISIOTERAPIA
GESTÃO DE RH: LIDERANÇA E ALTA PERFORMANCE	NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	ADMINISTRAÇÃO E CURSOS TECNOLÓGICOS DE GESTÃO
GESTÃO EMPRENDEDORA DA INOVAÇÃO EM NEGÓCIOS	NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	ADMINISTRAÇÃO E CURSOS TECNOLÓGICOS DE GESTÃO
IMAGINOLOGIA	SAÚDE E BEM-ESTAR	BIOMEDICINA
MARKETING ESTRATÉGICO E DIGITAL	NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	PUBLICIDADE E PROPAGANDA
NUTRIÇÃO CLÍNICA E HOSPITALAR	SAÚDE E BEM-ESTAR	NUTRIÇÃO
NUTRIÇÃO ESPORTIVA	SAÚDE E BEM-ESTAR	NUTRIÇÃO
PERÍCIAS FORENSES	NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	ODONTOLOGIA, ENFERMAGEM, BIOMEDICINA E DIREITO
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (COM ENFASE EM JUSTIÇA RESTAURADORA)	NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	DIREITO
SAUDE PÚBLICA	SAÚDE E BEM-ESTAR	ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA, NUTRIÇÃO,

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE FUTURA ABERTURA		
NOME DO CURSO	**CINE ÁREA GERAL**	**CURSOS DE GRADUAÇAÃO CORRELACIONADOS**
		BIOMEDICINA, FARMÁCIA E ODONTOLOGIA
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	SAÚDE E BEM-ESTAR	ENFERMAGEM E FISIOTERAPIA

3.3. ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO

As atividades de iniciação científica, no período 2019 - 2023, serão desenvolvidas no âmbito dos cursos oferecidos pela FAESF/UNEF, sempre com o apoio institucional.

A FAESF/UNEF atua em sintonia com as demandas da região no campo da extensão, por meio da oferta de cursos, promovendo assim a capacitação e a atualização da comunidade. Os cursos de extensão são abertos para os alunos e demais interessados que desejem expandir seus conhecimentos.

As atividades curricularizadas de extensão, serão implantadas nos cursos de graduação, sempre ofertadas na modalidade presencial, independentemente da modalidade do curso ofertado, nos termos dos dispositivos legais vigentes.

Para o período 2019 - 2023, a FAFESF planeja o desenvolvimento do seguinte projetos de extensão:

PROJETO DE EXTENSÃO	
PROJETO	**COMUNIDADE ATENDIDA**
Dia da Empregabilidade	Alunos do 2º Grau de Instituição Pública de Ensino (Municipal ou Estadual), especificamente alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio
SACI	Instituições e comunidades diversas

PROJETO DE EXTENSÃO	
PROJETO	**COMUNIDADE ATENDIDA**
Plano Integrado de Comunicação Empresarial – PICE	Empresas ativas do mercado de Feira de Santana – SERVIÇO Empresas ativas do mercado de Feira de Santana – COMÉRCIO, INDÚSTRIA e ONGS
Sarau das Artes Integradas	Artistas Feirenses; Comunidades; Alunos e egressos
Projeto Vida Nobre	Idosos de Feira de Santana e região
NIEPFON	Profissionais da área de Segurança Pública
Campanha de Vacinação	Alunos, professores, colaboradores da UNEF e seus familiares

Para o período 2019 - 2023, a FAESF/UNEF planeja o desenvolvimento dos seguintes projetos de pesquisa.

PROJETO DE PESQUISA	
PROJETO	**PARCERIA**
Pesquisas com diversas Plantas Medicinais	UNIFAN/UEFS
Fungos Associados a Plantas Medicinais	-
NIEPFON – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Forenses Nobre	FAN, FAESF/UNEF, DPT-Ba
Projeto Soluções Sustentáveis: Pesquisa, Desenho, Simulação e Execução	Comunidade Local
Impressão 3D	-

4. PERFIL DO CORPO DOCENTE, TUTORES E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. CORPO DOCENTE

4.1.1. Composição

O corpo docente da FAESF/UNEF é constituído por docentes de comprovada idoneidade moral e capacidade técnica, que, além de reunirem as qualidades de educadores e pesquisadores, assumem o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados no Regimento Geral, imprimindo padrão de excelência às atividades desenvolvidas.

Com uma filosofia voltada para a qualidade do ensino, a FAESF/UNEF adotou no seu processo de contratação de professores, os seguintes critérios: titulação, experiência profissional na área de formação, experiência em docência no ensino superior, além da valorização da produção científica. Inclui para os docentes orientadores e conteudistas da EaD a formação e experiência na área. No tocante à experiência profissional, ela é valorizada por permitir ao docente maior contribuição, devido à efetiva articulação das abordagens teóricas com a prática profissional.

O corpo docente é integrado por professores doutores, mestres e especialistas, sendo que o percentual de professores com titulação de mestrado e doutorado cresceu, consideravelmente, nos dois últimos anos, mediante as políticas e diretrizes institucionais.

4.1.2. Plano de Carreira do Corpo Docente

O Plano de Carreira Docente estabelece as condições para ingresso, progressão e promoção na carreira.

O cargo de Professor de Ensino Superior é o constante do Quadro de Pessoal Docente de Ensino Superior e se distribui pelas seguintes classes:

- Professor Docente I - Assistente (Especialista);
- Professor Docente II - Adjunto (Mestre);

- Professor Docente II - Titular (Doutor).

O número em cada classe obedece às necessidades das atividades acadêmicas em cada semestre letivo.

O professor responsável por unidade curriculare é escolhido pela FAESF/UNEF, dentre os professores docentes, respeitando os procedimentos do Plano de Carreira Docente.

O professor responsável pela Coordenação do Curso é escolhido pela FAESF/UNEF dentre as mesmas classes dos docentes, na forma do Regimento Geral e faz jus a uma gratificação enquanto permanecer na função e a critério da direção da FAESF/UNEF.

A admissão em cargo de professor é feita pela FAESF/UNEF mediante seleção e contrato na forma da legislação trabalhista por indicação do Coordenador e aprovado pela direção da FAESF/UNEF.

A direção da FAESF/UNEF pode realizar a seleção para docente, mediante concurso de prova de títulos, bem como demonstração de conhecimento pedagógico e de conteúdo.

A qualificação para a indicação ou substituição de professor atende a forma estabelecida pelo órgão competente do Ministério da Educação.

A qualificação indispensável ao professor é demonstrada pela posse do diploma de Mestre, Doutor ou certificado de pós-graduação *lato sensu* para a contratação, expedido por cursos reconhecidos de instituições credenciadas, pelo órgão competente, na área em que se ministre a unidade curricular.

No caso de unidades curriculares profissionais, pode ser aceito, a título excepcional, Professor que comprove, além da titulação, capacidade técnico-profissional pertinente, nos termos da legislação vigente.

O professor pode ter ingresso em níveis iniciais de classe mais elevada que a de Docente I, desde que comprovada a sua formação/titulação, considerando a natureza da unidade curricular a ser ministrada, a experiência profissional e/ou didático- pedagógica, além da existência de vaga.

As classes de Docente I, Docente II e Docente III são abertas aos professores que possuam, respectivamente, certificado de Especialista, Diploma de Mestre e Doutor ou Título de Livre-Docente, devidamente registrado.

As promoções e reclassificações ocorrem em conformidade com o regulamento de promoções e reclassificações, respeitada a legislação trabalhista vigente.

Semestralmente, a Mantenedora, ouvida a direção da FAESF/UNEF, fixa a lotação de cada classe, atendendo a demanda para contratação de docentes.

A classe de Professor Docente Associado é aberta aos professores que possuem diploma de Pós-graduação, Mestre e/ou Doutor ou Título de Livre-Docente, devidamente registrado.

Pode haver, fora da carreira docente, admissão de Professores Visitantes na forma da legislação trabalhista vigente e de acordo com o Regimento Geral da FAESF/UNEF. Os Professores Visitantes são admitidos por indicação do Colegiado de Curso, para atendimento a programas especiais de ensino, pesquisa e extensão.

O professor integrante do Plano de Carreira Docente fica subordinado, para efeito de progressão na carreira à Tabela de Cargos e Salários.

A jornada de trabalho corresponde ao desempenho das atividades pedagógicas, apresentada através de proposta de Coordenação de Curso e aprovado pela Mantenedora, sempre de acordo com o calendário acadêmico.

O professor integrante da carreira docente é remunerado segundo o regime de trabalho docente e/ou natureza na função de acordo com o Plano de Carreira Docente, respeitada a legislação trabalhista.

O ocupante de cargo da carreira docente pode ser licenciado, por prazo indeterminado, com ou sem remuneração, ouvida a Coordenação de Curso a que pertence a direção da FAESF/UNEF e mediante aprovação da FAESF/UNEF, nos seguintes casos:

- Aperfeiçoamento em instituições nacionais ou estrangeiras;
- Prestar colaboração temporária a outra instituição de ensino superior ou de pesquisa;
- Comparecer a congresso ou reunião relacionados com sua atividade de ensino ou pesquisa, desde que tenha preparado e aceito a produção acadêmica pertinente.

4.1.3. Critérios de Seleção e Contratação

A contratação de professores dar-se-á mediante existência de vaga, conforme critérios estabelecidos no Plano de Carreira Docente.

Constituem requisitos para admissão: análise do currículo lattes, seleção através de banca examinadora, comprovação de experiência profissional, a qual fortalece o currículo do candidato para efeito de pontuação e, especialmente, a experiência em docência. Inclui-se para a EaD a formação e a experiência na área de educação a distância.

A contratação do professor é formalizada pela Mantenedora, segundo o regime jurídico das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento Geral da FAESF/UNEF e do Plano de Carreira do Corpo Docente.

4.1.4. Regime de Trabalho

O corpo docente da FAESF/UNEF independente da classe e do nível ao qual esteja enquadrado o profissional docente, está sujeito à prestação de serviços semanais em um dos seguintes regimes:

> I - Regime de Tempo Integral - TI, com obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho, sendo 20 horas em aula e 20 horas em estudos, iniciação científica, extensão, produção científica e intelectual, planejamento e avaliação;
>
> II - Regime de Tempo Parcial - TP, com obrigação de prestar, no mínimo, 12 horas semanais de trabalho em aulas, sendo 25% da carga horária destinada a estudos, iniciação científica, extensão, produção científica e intelectual, planejamento e avaliação;
>
> III - Regime Horista - HA, para os que percebem seus vencimentos em função apenas das horas de aulas contratadas.

As horas de trabalho não utilizadas em atividades de ensino são distribuídas em preparo de aulas, assistência aos alunos, preparação e correção de provas, pesquisas, funções administrativas, reuniões em órgãos colegiados, participação em eventos de capacitação, trabalhos práticos ou atividades de assessoria e extensão.

4.1.5. Procedimentos para Substituição (Definitiva e Eventual) dos Professores da Carreira Docente

Pode haver, fora da carreira docente, admissão de Professores Visitantes na forma da legislação trabalhista vigente e de acordo com o Regimento Geral da FAESF/UNEF. Os Professores Visitantes são admitidos por indicação do Colegiado de Curso, para atendimento a programas especiais de ensino, pesquisa e extensão.

Diante de alguma eventual necessidade de afastamento de professor do quadro para fins de capacitação, durante o andamento do semestre, inicialmente faz-se a substituição por professores do próprio quadro efetivo, não havendo necessidade de banca examinadora. No entanto, caso o quadro interno não atenda à necessidade, a seleção é aberta para candidatos externos adotando-se os critérios já estabelecidos pela IES no Plano de Carreira Docente.

4.1.6. Políticas de Capacitação e Formação Continuada do Corpo Docente

A política de capacitação e formação continuada dos docentes da FAESF/UNEF possibilita a participação em:

a) eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais;

b) cursos de desenvolvimento pessoal e profissional, no qual se inclui a formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

c) qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.

As questões vinculadas à gestão de pessoas é uma das prioridades da FAESF/UNEF, de modo que, inevitavelmente, passa a integrar as relações de trabalho no contexto institucional. Assim, percebe-se esta política relacionada à demanda de qualificação continuada do corpo funcional, vinculada à valorização do clima interno enquanto elemento agregador de um trabalho educativo motivador e de qualidade.

Os objetivos da FAESF/UNEF em relação às políticas de pessoal docente são:

- Valorizar os recursos humanos nas suas diversas dimensões;
- Ampliar o programa de capacitação dos docentes, nos diferentes níveis, buscando padrões de qualidade compatíveis com as circunstâncias do meio e a realidade institucional;

- Implementar o Plano de Carreira Docente, valorizando o estímulo à titulação, à qualificação e ao desempenho acadêmico.

4.1.7. Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente

No que se refere ao acompanhamento do planejamento e execução do trabalho docente, cabe ao Coordenador de Curso orientar e supervisionar o trabalho docente no âmbito do curso, fornecendo os elementos necessários para uma atuação em conformidade com os padrões requeridos pela FAESF/UNEF.

Para tanto, são organizados eventos pedagógicos a fim de capacitar o corpo docente em relação ao perfil da FAESF/UNEF e do próprio curso. Tais eventos visam preparar o corpo docente para o planejamento e para elaboração do plano de ensino, a partir do contexto institucional e do curso.

O planejamento é entendido como o processo que envolve a atuação concreta dos professores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, envolvendo a permanente interação entre os professores e entre os próprios alunos, enquanto o plano de ensino é entendido como um momento de documentação do processo educacional como um todo. Plano de ensino é, pois, um documento elaborado pelo docente, contendo a sua proposta de trabalho, numa área e/ou unidade curricular específica. Nessa perspectiva, o plano de ensino pode ser percebido como um instrumento orientador do trabalho docente.

Todos os planos de ensino, cuja elaboração compete ao professor responsável pela unidade curricular, são aprovados pelos Colegiados de Curso, momento em que este órgão analisa a adequação da proposta de trabalho docente ao perfil da FAESF/UNEF e do próprio curso, e, consequentemente, ao que se espera do corpo docente.

Os Coordenadores de Curso fiscalizam o cumprimento dos planos de ensino aprovados pelos Colegiados de Curso e o desempenho docente na execução das atividades programadas.

No que se refere à avaliação do planejamento e execução do trabalho docente, esta está inserida no âmbito da autoavaliação coordenada pela Comissão Própria de Avaliação.

Os docentes são avaliados por meio da mensuração de indicadores quantitativos e qualitativos de suas atividades de ensino, de iniciação científica e de extensão, tendo como subsídios os dados e informações extraídas dos relatórios semestrais de atividades preenchidos pelos professores e dos questionários semestrais preenchidos pelos discentes.

No relatório semestral de atividade, o docente discrimina todas as atividades de ensino, de iniciação científica e de extensão desenvolvidas ao longo do ano. Nas atividades de ensino são consideradas horas de aulas ministradas, horas de atendimento ao aluno, horas dedicadas à orientação de estágios, coordenação de atividades complementares e etc. Nas atividades de iniciação científica e de extensão são consideradas as horas dedicadas aos projetos, às publicações e às participações em seminários e congressos.

Semestralmente, os professores são avaliados por um questionário aplicado aos alunos.

O resultado obtido com os relatórios semestrais de atividades e os questionários aplicados aos alunos sobre a atuação docente são encaminhados ao Coordenador de Curso e ao Colegiado de Curso para conhecimento e providências.

A avaliação do trabalho de cada docente vinculado à FAESF/UNEF tem o objetivo de estimular o seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da iniciação científica e da extensão, e fornecer subsídios para os gestores educacionais no tocante à busca de um padrão unitário de qualidade institucional.

4.1.8. Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Docente para o Período de Vigência do PDI

Para o período 2019 - 2023, a FAESF/UNEF planeja uma expansão do corpo docente, conforme demonstrada no quadro a seguir.

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE					
TITULAÇÃO	**QUANTIDADE**				
	2019	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**

Especialista	03	05	07	09	11
Mestre	61	64	66	68	71
Doutor	30	33	35	39	39
Total	**94**	**102**	**108**	**116**	**121**

4.2. CORPO DE TUTORES

4.2.1. Composição

O corpo de tutores é constituído por todos os profissionais de nível superior, vinculados à FAESF/UNEF, que atuam na área de conhecimento de sua formação, dando suporte às atividades dos docentes e realizando mediação pedagógica junto aos alunos dos cursos à distância da FAESF/UNEF.

Com uma filosofia voltada para a qualidade do ensino, a FAESF/UNEF adotou no seu processo de contratação de tutores, os seguintes critérios: titulação, experiência em EaD e experiência em tutoria.

4.2.2. Políticas de Capacitação e Formação Continuada do Corpo de Tutores

A política de capacitação e formação continuada dos tutores da FAESF/UNEF possibilita a participação em:

a) eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais;

b) cursos de desenvolvimento pessoal e profissional, no qual se inclui a formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

c) qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.

As questões vinculadas à gestão de pessoas é uma das prioridades da FAESF/UNEF, de modo que, inevitavelmente, passa a integrar as relações de trabalho no contexto institucional. Assim, percebe-se esta política relacionada à demanda de qualificação continuada do corpo funcional, vinculada à valorização do clima interno enquanto elemento agregador de um trabalho educativo motivador e de qualidade.

Os objetivos da FAESF/UNEF em relação às políticas de pessoal tutorial são:

- Valorizar os recursos humanos nas suas diversas dimensões;

- Ampliar o programa de capacitação dos tutores, nos diferentes níveis, buscando padrões de qualidade compatíveis com as circunstâncias do meio e a realidade institucional;
- Implementar o Plano de Carreira dos Tutores, valorizando o estímulo à titulação, à qualificação e ao desempenho acadêmico.

4.2.3. Cronograma e Plano de Expansão do Corpo de Tutores para o Período de Vigência do PDI

Para o período 2019 - 2023, a FAESF/UNEF planeja uma expansão do corpo de tutores, conforme demonstrada no quadro a seguir.

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DE TUTORES					
TITULAÇÃO	**QUANTIDADE**				
	2019	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Especialista	15	23	35	38	40
Mestre	29	34	42	49	50
Doutor	4	6	8	9	11
Total	**48**	**63**	**85**	**96**	**101**

4.3. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.3.1. Composição

O corpo técnico-administrativo é constituído do pessoal contratado pela Mantenedora para as funções não especificamente docentes da FAESF/UNEF, de acordo com as normas da legislação trabalhista e as da Mantenedora.

Os funcionários são contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento Geral e do Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo.

A FAESF/UNEF tem como política manter uma base de competência capaz de assegurar a qualidade dos seus diversos cursos. Dessa forma, o seu corpo técnico-administrativo é constituído de profissionais devidamente qualificados para a área de atuação, com formação de nível superior, na maioria.

A FAESF/UNEF estimula a qualificação e formação continuada do seu quadro, por entender sua extrema importância, uma vez que este representa um elemento fundamental ao desenvolvimento do projeto institucional. Assim, com o intuito de assegurar ao corpo técnico-administrativo o seu desenvolvimento e crescimento profissional, a FAESF/UNEF estimula e facilita o acesso do funcionário a curso superior por ela ofertado, tanto da graduação quanto da pós-graduação, subsidiando com bolsa na ordem de 50% do valor da mensalidade.

Aliado a isso, a gestão por competências pressupõe avaliação permanente dos conhecimentos e habilidades requeridos – em nível organizacional e individual – e busca atender as demandas mediante capacitações para suprir os gap porventura existentes no perfil do colaborador, visando ao desenvolvimento das competências interpessoais, técnicas e de gestão, mediante as demandas requeridas e treinamentos em serviço, os quais ocorrem sistematicamente.

Para assegurar serviços de qualidade e o alcance dos objetivos organizacionais, estão previstas, de forma permanente, as seguintes ações:

- Aprimorar a qualidade do atendimento e dos serviços prestados;
- Desenvolver novas habilidades, ampliar conhecimentos, capacitar para novas demandas e favorecer a criatividade e a autocrítica dos funcionários;
- Aprimorar o desempenho administrativo, através da modernização dos processos de trabalho, da valorização e da capacitação de pessoas;
- Oferecer formação continuada para os profissionais que atuam na EaD com treinamentos gerais, e capacitação das dinâmica operacional junto aos Polos de Apoio Presencial.

4.3.2. Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo estabelece as condições para ingresso, progressão e promoção na carreira, implementando a política de sua valorização em consonância com as necessidades e diretrizes institucionais e com as exigências do mercado de trabalho.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo, com vigência em todo o âmbito de atuação da FAESF/UNEF, além de complementar os dispositivos e regimentais, tem a finalidade de:

- Promover a valorização do corpo técnico-administrativo da FAESF/UNEF, através da identificação e aprimoramento de aptidões e habilidades técnico-profissionais;
- Definir uma estrutura de cargos e salários capaz de possibilitar um equilíbrio e coerência entre os valores efetivamente pagos e os serviços realizados;
- Possibilitar o reconhecimento efetivo ao mérito profissional através de uma progressão funcional com base na Avaliação de Desempenho;
- Implementar critérios para a avaliação da oferta de cargos e salários, como forma de preservar, atrair e manter na Instituição os melhores profissionais do mercado de trabalho.

Entende-se como atividades administrativas, aquelas que são desenvolvidas dentro de cada setor envolvendo classificação, pesquisas, registros, catalogação, arquivos, controle, apoio aos docentes, atendimento e orientação aos discentes, e todas as demais atividades referentes à manutenção administrativa da FAESF/UNEF.

Os diversos cargos de nível técnico-administrativo são definidos e remunerados de acordo com a Política Salarial, Plano de Carreira e Descrição de Cargos aprovados pela FAESF/UNEF.

4.3.3. Critérios de Seleção e Contratação

A seleção do corpo técnico-administrativo da FAESF/UNEF se dá através de processo seletivo, mediante análise de currículos, provas avaliativas, entrevistas com os respectivos gestores da área e avaliação de competência específica, participando inclusive de um período prático.

Os funcionários são contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento Geral e do Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo.

A política de recursos humanos adotada pela FAESF/UNEF assegura aos seus colaboradores um ambiente de trabalho com todas as condições necessárias ao bom desempenho profissional, além de tratamento equânime, de acordo com a relação coerente entre cargos e funções exercidas, internamente, e considerando o mercado regional, por meio de pesquisa salarial.

4.3.4. Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo técnico-administrativo se fundamenta na legislação trabalhista em vigor e nas convenções coletivas de trabalho, com 44 horas semanais.

4.3.5. Políticas de Capacitação e Formação Continuada do Corpo Técnico-Administrativo

A política de capacitação e formação continuada dos funcionários da FAESF/UNEF possibilita a participação em:

a) eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais;

b) cursos de desenvolvimento pessoal e profissional, no qual se inclui a formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

c) qualificação acadêmica em cursos de graduação e pós-graduação.

A FAESF/UNEF tem como política manter uma base de competência capaz de assegurar a qualidade dos seus diversos cursos. Dessa forma, o seu corpo técnico-administrativo é constituído de profissionais devidamente qualificados para a área de atuação, com formação de nível superior, na maioria.

A FAESF/UNEF estimula a qualificação e formação continuada do seu quadro, por entender sua extrema importância, uma vez que este representa um elemento fundamental ao desenvolvimento do projeto institucional. Assim, com o intuito de assegurar ao corpo técnico-administrativo o seu desenvolvimento e crescimento profissional, a FAESF/UNEF estimula e facilita o acesso do funcionário a curso superior por ela ofertado, tanto da graduação quanto da pós-graduação, subsidiando com bolsa na ordem de 50% do valor da mensalidade.

Aliado a isso, a gestão por competências pressupõe avaliação permanente dos conhecimentos e habilidades requeridos – em nível organizacional e individual – e busca atender as demandas mediante capacitações para suprir os gap porventura existentes no perfil do colaborador, visando ao desenvolvimento das competências interpessoais, técnicas e de gestão, mediante as demandas requeridas e treinamentos em serviço, os quais ocorrem sistematicamente.

Para assegurar serviços de qualidade e o alcance dos objetivos organizacionais, estão previstas, de forma permanente, as seguintes ações:

- Aprimorar a qualidade do atendimento e dos serviços prestados;
- Desenvolver novas habilidades, ampliar conhecimentos, capacitar para novas demandas e favorecer a criatividade e a autocrítica dos funcionários;
- Aprimorar o desempenho administrativo, através da modernização dos processos de trabalho, da valorização e da capacitação de pessoas;
- Oferecer formação continuada para os profissionais que atuam na EaD com treinamentos gerais, e capacitação das dinâmica operacional junto aos Polos de Apoio Presencial.
-

4.3.6. Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo para o Período de Vigência do PDI

Para o período 2019 - 2023, a FAESF/UNEF planeja a expansão do corpo técnico-administrativo, conforme demonstrada no quadro a seguir.

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO					
CLASSE	**QUANTIDADE**				
	2019	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Fundamental	0	0	0	0	0
Médio	9	7	15	19	20
Superior	11	13	18	32	38

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1. POLÍTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional segue as políticas estabelecidas nos documentos oficiais, destacando-se: Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Estes documentos estão à inteira disposição da comunidade acadêmica, e servem de base para todas as outras políticas de gestão implantadas na FAESF/UNEF: resoluções internas, portarias, normas acadêmicas, normas administrativas, entre outras.

O planejamento institucional tem como objetivo dotar a FAESF/UNEF de um modelo de estrutura organizacional que lhe permita viabilizar a consecução de sua missão, valores, objetivos e metas propostos neste PDI.

O modelo adotado de planejamento procura viabilizar a implantação do PDI na perspectiva de uma política construída em uma conjuntura complexa e dinâmica permitindo conviver com as necessidades, tensões, relações de forças e negociações peculiares ao contexto educacional.

A FAESF/UNEF obedece ao princípio da gestão democrática, assegurando, em sua estrutura, a existência de órgãos colegiados deliberativos, com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil organizada, nos termos do seu Regimento Geral.

Assim, os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada. O mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados está regulamentado por via de dispositivo regimental.

A política institucional de gestão da FAESF/UNEF pode ser explicitada com base nos seguintes princípios fundamentais da organização:

I - unidade de patrimônio e administração;

II - estrutura orgânica com base em cursos;

III - racionalidade de organização para integral aproveitamento de seus recursos humanos e materiais;

IV - integração das funções de ensino, pesquisa e extensão;

V - universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudado em si mesmo ou em razão de ulteriores aplicações nas áreas técnico-profissionais;

VI - flexibilidade de organização, métodos e critérios, para atender às diferenças individuais dos alunos, às especificidades das exigências regionais e às possíveis combinações dos conhecimentos para novos cursos e processos investigativos.

Os eixos centrais da gestão institucional estabelecem:

a) a adoção de um modelo de organização que, em todos os planos, conduza à realização da missão institucional;

b) uma organização integrada a um padrão geral de administração flexível e baseada na informação, na informatização e no domínio das novas tecnologias de comunicação;

c) planejamento acadêmico e administrativo capaz de conviver com mudanças e de estimular a inovação.

As reuniões possuem a periodicidade determinada no Regimento Geral da FAESF/UNEF. São registradas em atas e encaminhadas de acordo com o fluxo estabelecido para as temáticas tratadas.

A sistematização e a divulgação das decisões colegiadas, assim como a apropriação pela comunidade interna, neste contexto, tornam-se tarefa primordial para a FAESF/UNEF, que previu a representatividade de todos os segmentos no órgão colegiado máximo da instituição, além de mecanismos efetivos para a disseminação das decisões por meio de informes internos, redes sociais e site institucional.

Por outro lado, o modelo desenhado para a FAESF/UNEF dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa a propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às necessidades da instituição e às exigências modernas de gestão. Tal modelo permite ainda ampliar a

transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional.

A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação; exige menor controle burocrático; facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento da comunidade acadêmica. Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade interna, possibilitando para cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

5.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A estrutura organizacional e administrativa da FAESF/UNEF compreende os seguintes órgãos deliberativos e executivos:

I - Conselho Superior - CONSU;

II - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE;

III - Colegiado de Curso;

IV - Diretoria Superior;

V - Diretoria Acadêmica;

VI - Diretoria EaD;

VII - Diretoria Administrativa;

VIII - Diretoria Financeira;

IX - Coordenação de Marketing;

X - Coordenação Jurídica;

XI - Coordenação de Curso.

Os Órgãos de Apoio Suplementar são aqueles criados por necessidades acadêmicas ou administrativas, para funcionamento dos cursos ou programas implantados, vinculados diretamente a Diretoria Superior da FAESF/UNEF.

São órgãos de apoio: a Secretaria Acadêmica; a Biblioteca; os Laboratórios; a Ouvidoria; e os Demais Serviços.

A criação dos órgãos de apoio suplementar depender da aprovação do CONSU.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA é um órgão de assessoramento, responsável pela condução do processo de avaliação institucional, conforme a legislação vigente.

O Conselho Superior - CONSU é o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa. Sua composição e competências estão descritas no item "5.4. Órgãos Colegiados: Competências e Composição" deste PDI.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE é o órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa e extensão. Sua composição e competências estão descritas no item "5.4. Órgãos Colegiados: Competências e Composição" deste PDI.

Os Colegiados dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação constituem-se como órgãos de coordenação, assessoramento e fiscalização para as atividades acadêmicas de todos os cursos, com caráter normativo. Sua composição e competências estão descritas no item "5.4. Órgãos Colegiados: Competências e Composição" deste PDI.

A Diretoria Superior, exercida pelo Diretor Presidente e/ou pelo Diretor Vice-Presidente, é o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da FAESF/UNEF.

Em sua ausência e impedimentos eventuais o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente e este pelo Diretor Acadêmico, e na sua ausência, por um dos Coordenadores de Curso, a ser escolhido pelo próprio Diretor Presidente.

Integram a Diretoria Superior a Diretoria Acadêmica, a Diretoria EaD, a Diretoria Administrativa, a Diretoria Financeira, além da representação das Coordenadorias de Marketing e Jurídica e assessorias.

O Diretor Presidente é designado pela UNEF, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

São atribuições do Diretor Presidente:

I - representar a FAESF perante as autoridades e as instituições de ensino;

II - superintender todas as funções gestoras e serviços da FAESF;

III - convocar e presidir as reuniões do CONSU e do CEPE;

IV - elaborar a proposta orçamentária, encaminhando-a UNEF;

V - conferir graus, assinar diplomas, títulos e certificados acadêmicos;

VI - designar os representantes junto aos órgãos colegiados, assim como os ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia, coordenadoria, assessoramento ou consultoria;

VII - deliberar sobre publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da FAESF;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e demais normas pertinentes;

IX - homologar ou pedir reexame das decisões dos colegiados superiores;

X - estabelecer normas complementares a este Regimento, para o funcionamento dos setores acadêmicos, técnico e de apoio administrativo, submetendo-as aos Conselhos competentes;

XI - constituir Comissão Própria de Avaliação - CPA, responsável pela condução do processo de avaliação institucional, que atenda aos requisitos estabelecidos pela legislação pertinente;

XII - resolver os casos omissos neste Regimento, ad referendum dos Conselhos Superiores;

XIII - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento;

XIV - delegar competências.

Cabe ao Vice-Presidente:

I - assessorar o Diretor Presidente em tudo quanto lhe for designado por ele;

II - substituir o Diretor Presidente em qualquer das suas atribuições.

O Diretor Acadêmico será nomeado pelo Diretor Presidente para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

São atribuições do Diretor Acadêmico:

I - superintender as atividades de ensino, pesquisa e extensão da FAESF;

II - opinar sobre a seleção, admissão e dispensa de professores;

III - assessorar o Diretor Presidente nos assuntos acadêmicos;

IV - elaborar o relatório anual das atividades acadêmicas;

V - participar das reuniões dos Conselhos Superiores;

VI - estabelecer e supervisionar o sistema de controle acadêmico do corpo docente e a vida escolar do corpo discente;

VII - acompanhar os trabalhos da Coordenação do Curso, no processo de reconhecimento dos Cursos de Graduação, viabilizando as ações necessárias junto ao Diretor Presidente;

VIII - divulgar as ocorrências acadêmicas;

IX - emitir históricos escolares e atestados;

X - elaborar o plano anual de atividades e submetê-lo à aprovação do CONSU, remetendo- o à UNEF;

XI - divulgar e acompanhar o cumprimento do calendário acadêmico;

XII - elaborar o relatório anual das atividades da FAESF, a ser apreciado pelo CONSU;

XIII - propor a criação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, e as vagas respectivas;

XIV - promover a avaliação institucional e pedagógica da FAESF, conforme critérios definidos pelo CONSU;

XV - zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito da FAESF, respondendo por abuso ou omissão;

XVI - propor à UNEF a contratação ou dispensa de pessoal docente, ouvido o coordenador do Colegiado, e de pessoal técnico-administrativo;

XVII - promover as ações necessárias à autorização e reconhecimento de cursos, assim como as relativas ao recredenciamento da FAESF;

XVIII - propor o Calendário Acadêmico e o horário de funcionamento dos cursos da FAESF;

IX - participar das reuniões do CONSU;

XX - executar outras atividades necessárias ao controle acadêmico da FAESF ou as que sejam designadas pelo Diretor Presidente.

O Diretor EaD será nomeado pelo Diretor Presidente para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

São atribuições do Diretor EaD:

I - propor e garantir o cumprimento do Plano de Gestão da Modalidade de EAD;

II - supervisionar a gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância, em parceria com os demais setores da FAESF;

III - propor, em parceria com o Diretor Acadêmico, a criação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, e as vagas respectivas, na modalidade EaD;

IV - participar das reuniões do CONSU;

V - exercer quaisquer outras atribuições na área de sua competência, por delegação do Diretor Presidente.

O Diretor Administrativo será nomeado pelo Diretor Presidente para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

São atribuições do Diretor Administrativo:

I - colaborar com o Diretor Presidente em assuntos administrativos;

II - elaborar o relatório anual das atividades administrativas da FAESF;

III - assegurar a necessária infraestrutura de apoio ao funcionamento da FAESF, incluindo os processos de limpeza, manutenção e segurança;

IV - gerenciar projetos e obras de melhoria operacional;

V - coordenar a otimização da utilização de espaços;

VI - gerenciar as atividades de recursos humanos;

VII - otimizar as despesas de serviços;

VIII - gerenciar os processos de compras e suprimentos, bem como o processo de negociação junto aos fornecedores;

IX - gerenciar processos de logística (recebimento, armazenagem e expedição);

X - participar das reuniões do CONSU;

XI - exercer quaisquer outras atribuições na área de sua competência, por delegação do Diretor Presidente.

O Diretor Financeiro será nomeado pelo Diretor Presidente para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

São atribuições do Diretor Financeiro:

I - colaborar com o Diretor Presidente em assuntos orçamentários e de gestão financeira;

II - elaborar o relatório anual das atividades financeiras da FAESF;

III - participar junto com o Diretor Presidente, da prestação de contas e do relatório de gestão financeira de recursos repassados pela UNEF;

IV - acompanhar e controlar a adimplência do aluno junto à FAESF, para informação ao Diretor Presidente e à UNEF;

V - avaliar oportunidades e desenvolver planos de redução de custos e de inadimplência;

VI - desenvolver e implementar estratégias para recuperação de recebíveis;

VII - estabelecer a manutenção de mecanismos de controles internos, bem como de processos e políticas que garantam a boa governança corporativa;

VIII - participar da elaboração do orçamento financeiro anual da FAESF, e acompanhar sua realização mensal, em parceria com a UNEF;

IX - gerenciar a Tesouraria e a Contabilidade;

X - participar das reuniões do CONSU;

XI - exercer quaisquer outras atribuições na área de sua competência, por delegação do Diretor Presidente.

A Tesouraria e a Contabilidade são organizadas e coordenadas por profissional qualificado, contratado pela UNEF.

Compete ao Contador:

I - apresentar, para o exercício letivo, balanço das atividades financeiras da FAESF;

II - cooperar com o Diretor Financeiro e o Diretor Presidente na elaboração da proposta orçamentária para exercício seguinte.

A Coordenação de Marketing é o órgão executivo responsável por definir e elaborar as estratégias de marketing a fim de fortalecer a marca da FAESF/UNEF, gerindo pesquisas de planejamento e inteligência do mercado educacional, administrando as campanhas e peças de comunicação, assessoria de imprensa, relacionamento com estudantes e ex-estudantes, eventos e ferramentas de marketing digital.

A Coordenação Jurídica é o órgão executivo de assessoramento responsável pela defesa judicial e extrajudicial dos interesses da FAESF/UNEF, bem como pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico à Instituição.

A função de Coordenador Jurídico é exercida, necessariamente, por um bacharel em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil, contratados pela Mantenedora.

A Coordenação de Curso, sob a responsabilidade do Coordenador de Curso, é o órgão de administração, coordenação e fiscalização executiva das atividades didático- pedagógicas e científicas do curso.

O Coordenador de Curso é designado pelo Diretor Acadêmico da FAESF/UNEF, ouvido o Diretor Presidente, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Na hipótese de vacância do cargo de Coordenador de Curso, este será exercido, temporariamente por um professor designado pela Direção, até que se dê preenchimento ao cargo pela forma prevista no Regimento Geral.

São atribuições do Coordenador de Curso:

I - coordenar as atividades didático-pedagógicas e científicas;

II - representar a Coordenação junto às autoridades e órgãos da FAESF;

III - convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante - NDE;

IV - orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores;

V - apresentar anualmente, à Diretoria Acadêmica, o relatório das atividades da Coordenação;

VI - substituir, quando indicado pelo Diretor Presidente, o Diretor Acadêmico em suas faltas e impedimentos, além de assessorá-lo nas tarefas de Direção;

VII - elaborar o horário acadêmico do curso e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Acadêmico;

VIII - fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos do curso;

IX - acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito de seu curso;

X - homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso; XI - exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;

XII - executar e fazer executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas dos demais órgãos da FAESF;

XIII - supervisionar a elaboração dos programas de cada unidade curricular;

XIV - sugerir medidas para aperfeiçoar os perfis gerais do curso, em função das suas características profissionais e sociais;

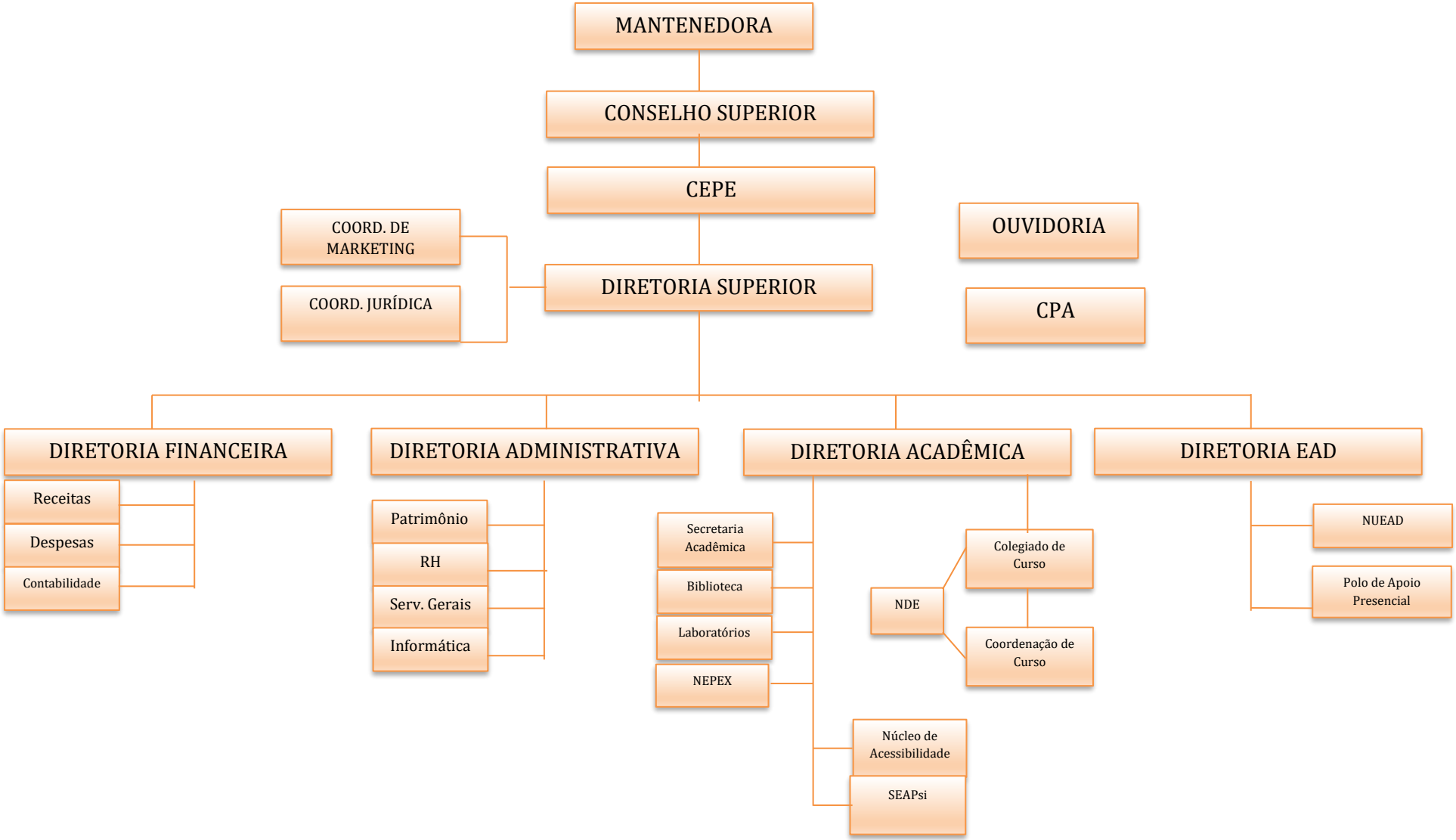
XV - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas neste Regimento e aquelas que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

O Núcleo Docente Estruturante - NDE de Curso é um órgão consultivo composto por, pelo menos, cinco docentes do curso e o Coordenador do Curso, com comprovada experiência, titulação e qualificação, contratados em regime de trabalho, que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e consolidação, cujo funcionamento está disciplinado por regulamento próprio.

O Colegiado de Curso define o Núcleo Docente Estruturante de cada curso de graduação, de acordo com as disposições legais vigentes, submetido à aprovação do CONSU.

O descrito dos órgãos de apoio administrativo e acadêmico é apresentado no item “5.6. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas” deste PDI.

5.3. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO



5.4. ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Ao Conselho Superior e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aplicam-se as seguintes normas gerais:

I - os referidos Conselhos funcionarão com a presença da maioria absoluta de seus membros e decidirão com maioria simples, salvo nos casos previstos neste Regimento:

II - o presidente dos referidos Conselhos, além de seu voto, terá nos casos de empate, o voto de qualidade;

III - as reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico, serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;

IV - das reuniões será lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;

V - é obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos Conselhos.

As decisões dos referidos Conselhos podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, deliberações, portarias ou instruções normativas, a serem baixadas pelo Diretor Presidente.

Os referidos Conselhos reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocados pelo Diretor Presidente ou a requerimento de dois terços dos respectivos membros, com pauta definida.

Ocorrendo situação de relevante interesse para a instituição, e em fase de urgência que impeça a deliberação do plenário, o Diretor Presidente poderá emitir resoluções ad referendum do referido plenário, ao qual deverá submetê-la em ordem de prioridade de pauta, na primeira reunião do respectivo Conselho.

O Conselho Superior - CONSU é o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, constituído por:

I - pelo Diretor Presidente que é seu presidente nato;

II - pelo Diretor Vice-Presidente;

III - pelo Diretor Acadêmico;

IV - pelo Diretor de EAD;

V - pelo Diretor Administrativo;

VI - pelo Diretor Financeiro;

VII - por um representante docente, indicado por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;

VIII - por um representante do pessoal técnico-administrativo, indicado por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;

IX - por um representante dos coordenadores de curso, indicado por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;

X - por um representante discente, indicado pelos seus pares, para mandato de um ano, não podendo ser renovado.

XI - por um representante da comunidade, indicado pela sociedade civil;

XII - por um representante da UNEF, por ela indicado.

§ 1°. O mandato do representante estudantil terá a duração de um ano, com direito à recondução.

§ 2°. O mandato do representante da comunidade será de dois anos, podendo ser renovado.

§ 3°. O mandato dos representantes de que tratam os incisos VII a XI, terão suplentes, indicados juntamente com os titulares para substituí-los eventualmente.

Compete ao Conselho Superior:

I - aprovar as políticas gerais da FAESF;

II - fixar normas gerais para o funcionamento da FAESF, ressalvando as de competência do CEPE;

III - deliberar em instância final, sobre a criação, organização e extinção de cursos de graduação, pós- graduação e sequenciais, fixando-lhes as vagas anuais, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da Lei;

IV - regulamentar as atividades de todos os setores da FAESF;

V - emitir parecer sobre contratos, acordos e convênios que lhe forem submetidos pelo Diretor Presidente;

VI - aprovar o plano anual de atividades da FAESF, encaminhando-o à UNEF;

VII - escolher o representante da comunidade e seu suplente, para compor este Conselho;

VIII - decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;

IX - deliberar sobre o relatório da Diretoria Superior;

X - aprovar medidas de visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da FAESF;

XI - emitir parecer sobre o assunto referente à carreira docente;

XII - deliberar, em instância final, sobre normas e instruções para o processo de avaliação institucional;

XIII - decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

XIV - emitir parecer sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor Presidente;

XV - decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;

XVI - decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;

XVII - deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva e individual;

XVIII - deliberar quanto à paralisação total das atividades da FAESF;

XIX - apreciar atos do Diretor Presidente, praticados ad referendum deste colegiado;

XX - modificar e aprovar, na sua instância, o Regimento Geral da FAESF, submetendo-o à aprovação do órgão competente do Ministério da Educação;

XXI - decidir sobre matéria omissa neste Regimento;

XXII - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, é constituído:

I - pelo Diretor Presidente, que será seu Presidente nato;

II - pelo Diretor Vice-Presidente;

III - pelo Diretor Acadêmico;

IV - pelo Diretor de EAD;

V - pelos coordenadores dos Cursos de Graduação;

VI - pelos coordenadores das áreas da Pós-Graduação;

VII - por um representante docente, indicado por seus pares;

VIII - por um representante discente dos cursos presenciais, indicado pelos seus pares;

IX - por um representante discente dos cursos a distância, indicado pelos seus pares.

§ 1°. O mandato dos representantes previstos no inciso VII, será de dois anos, permitida a recondução, e a forma de indicação, será objeto de Resolução específica do CONSU;

§ 2°. O mandato dos representantes previstos no inciso VIII e IX, será de um ano, sendo permitida a recondução, e a forma de indicação, será objeto de resolução específica do CONSU;

§ 3°. O Presidente do CEPE, nas suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Diretor Vice-Presidente e na ausência deste, pelo Diretor Acadêmico.

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - estabelecer as diretrizes e políticas institucionais para o ensino, pesquisa e extensão, coordenando as atividades acadêmicas da FAESF;

II - deliberar sobre o Projeto Pedagógico Institucional - PPI da FAESF e sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC - de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância;

III - emitir parecer nos processos sobre criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação ou pós-graduação, presenciais e a distância;

IV - regulamentar o funcionamento dos cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão, presenciais e a distância;

V - emitir parecer sobre toda matéria didático-científico, além de aprovar medidas para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

VI - fixar normas para regulamentação do plano de carreira docente;

VII - regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos de conclusão dos cursos de graduação e atividades acadêmicas complementares, respeitadas as especificidades de cada curso;

VIII - opinar sobre normas ou instruções para avaliação institucional pedagógica da FAESF e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IX - aprovar o calendário acadêmico e o horário de funcionamento dos cursos;

X - elaborar, semestralmente, o Manual do Aluno;

XI - disciplinar a realização do processo seletivo, para ingresso nos cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação;

XII - regulamentar as atividades de pesquisa e de extensão e deliberar sobre projetos e programas que lhe forem submetidos pelo Diretor Presidente, com parecer do Colegiado do Curso respectivo;

XIII - fixar normas, complementares a este Regimento, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento e diplomação, e outras necessidades acadêmicas, além de normas e procedimentos para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão;

XIV - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e este Regimento ou emitir parecer nos assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor Presidente;

XV - decidir sobre assuntos de natureza acadêmica, omissos neste Regimento.

Das deliberações do CEPE, cabe recurso ao CONSU, impetrado pela parte interessada, mediante justificativa fundamentada.

Os Colegiados dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação constituem-se como órgãos de coordenação, assessoramento e fiscalização para as atividades acadêmicas de todos os cursos, com caráter normativo, sendo constituído:

I - pelo Coordenador do Curso, que será seu Presidente nato;

II - por cinco representantes do corpo docente do curso, indicados por seus pares, com mandato de um ano, com direito a recondução;

III - por um representante do corpo discente, indicado pelos seus pares, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Parágrafo Único - A indicação do representante do inciso III será realizada pelo Diretório acadêmico.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - promover a supervisão e acompanhamento didático pedagógico do curso;

II - deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

III - emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do CEPE;

IV - pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos, adaptações e dispensa de disciplinas, bem como avaliar os processos de transferência e de matrícula especial, encaminhando-os ao CEPE;

V - sugerir alterações curriculares, submetendo-as ao CEPE e ao CONSU;

VI - acompanhar o processo de avaliação do curso, em cooperação com a Comissão Própria de Avaliação - CPA, e na forma definida

pelo CONSU, propondo medidas necessárias à manutenção de qualidade;

VII - opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

VIII - aprovar o plano e o calendário semestral de atividades do curso, elaborado pelo coordenador;

IX - exercer as demais competências que lhe sejam estabelecidas pelos órgãos superiores, ou previstas em lei e neste Regimento.

Os Colegiados de Curso reúnem-se duas vezes por cada semestre letivo e, extraordinariamente, por convocação dos seus presidentes que são os Coordenadores de Curso.

A pauta dos assuntos a serem tratados em cada reunião deve constar da convocação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

As decisões dos Colegiados de Curso são tomadas por maioria simples.

As matérias submetidas à apreciação dos Colegiados de Curso devem estar devidamente fundamentadas e instruídas com a documentação pertinente indispensável à avaliação das mesmas.

5.5. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DOS ASSUNTOS ACADÊMICOS

De acordo com o Regimento Geral da FAESF/UNEF, participam do Conselho Superior:

VII - por um representante docente, indicado por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;

X - por um representante discente, indicado de acordo com o estabelecido no Regimento do Diretório Acadêmico, para mandato de um ano, não podendo ser renovado.

Participam do CEPE:

VII - por um representante docente, indicado por seus pares;

VIII - por um representante discente dos cursos presenciais, indicado pelos seus pares;

IX - por um representante discente dos cursos a distância, indicado pelos seus pares.

Os Colegiados dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação constituem-se como órgãos de coordenação, assessoramento e fiscalização para as atividades acadêmicas de todos os cursos, com caráter normativo, sendo constituído:

I - pelo Coordenador do Curso, que será seu Presidente nato;

II - por cinco representantes do corpo docente do curso, indicados por seus pares, com mandato de um ano, com direito a recondução;

III - por um representante do corpo discente, indicado pelos seus pares, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

5.6. ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

São órgãos de apoio: a Secretaria Acadêmica; a Biblioteca; os Laboratórios; a Ouvidoria; e os Demais Serviços.

A Secretaria Acadêmica é o setor de apoio ao qual compete organizar, controlar e supervisionar todas as atividades relativas ao controle acadêmico da FAESF/UNEF, dirigida por um Secretário Acadêmico, sob a supervisão do Diretor Acadêmico e do Diretor Presidente.

O Secretário Acadêmico tem sob sua guarda todos os livros de escrituração acadêmica, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros fixados pelo Regimento Geral e pela legislação vigente.

Compete ao Secretário Acadêmico da FAESF/UNEF:

I - organizar os serviços da Secretaria, concentrando nela as informações acadêmicas, a qual deverá ser mantida rigorosamente atualizada e conferida;

II - organizar o arquivo de modo que se assegure a preservação dos documentos acadêmicos e se atenda, prontamente, a

qualquer pedido de informação ou esclarecimento de interessados ou da Diretoria;

III - cumprir os despachos e determinação da Diretoria;

IV - superintender e fiscalizar os serviços da Secretaria Acadêmica, fazendo distribuição equitativa dos trabalhos pelos auxiliares;

V - redigir e fazer expedir a correspondência acadêmica da FAESF;

VI - manter atualizada a coleção de leis, regulamentos, regimentos, instruções, despachos, e ordens de serviços;

VII - apresentar ao Diretor Acadêmico, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser visados ou assinados;

VIII - subscrever e publicar, regularmente, o quadro de notas de aproveitamento, de provas ou exames, e relações de faltas ou frequências para conhecimento dos alunos;

IX - organizar e manter atualizado o prontuário de serviços dos professores;

X - comunicar ao Setor Financeiro, para fins de registro e governo, todas as ocorrências de alunos que impliquem em obrigações financeiras para com a FAESF.

Ao pessoal alocado na Secretaria Acadêmica, compete executar os serviços que lhes forem distribuídos pelo Secretário, bem como atender com solicitude, às recomendações e observações feitas no interesse do aprimoramento do serviço.

O horário de trabalho é estabelecido pelo Diretor Presidente da FAESF/UNEF, de forma tal que o expediente da Secretaria tenha sempre a presença de um responsável imediato, sejam quais forem os períodos de funcionamento dos cursos.

. A constituição da Biblioteca da FAESF/UNEF, é formada por obras de referências (dicionários, enciclopédias, base de dados, etc.), livros e periódicos a serviço do corpo docente, tutorial, discente, técnico-administrativo e da comunidade.

A responsabilidade dos serviços, da organização e do trabalho das pessoas a ela subordinadas está a cargo de um (a) Bibliotecário (a) e por auxiliares contratados pela Mantenedora, em função das necessidades dos serviços.

Ao Bibliotecário compete:

I - cumprir o horário de trabalho determinado pela Diretoria;

II - zelar pela conservação dos livros e de tudo quanto pertencer a Biblioteca;

III - organizar as listas de catálogos e fichários, segundo sistemas que estiverem em uso nas Bibliotecas congêneres;

IV - propor à Diretoria a aquisição de obras e assinatura de publicações periódicas, de acordo com o plano de atualização do acervo da FAESF;

V - organizar um catálogo semestral de referência bibliográfica para os Coordenadores de Cursos, remetendo o mesmo ao Corpo Docente;

VI - prestar informações ao Diretor Acadêmico e aos professores sobre as novas publicações feitas no País e no estrangeiro, juntamente com catálogos das principais livrarias;

VII - expedir, no final do período letivo de cada exercício, um formulário impresso as Coordenações, que facilite a indicação de obras e publicações necessárias às respectivas disciplinas que a Biblioteca ainda não possua, indicando neste formulário a bibliografia das principais obras publicadas e que serão utilizadas no ano seguinte;

VIII - organizar e remeter à Diretoria, o relatório dos trabalhos da Biblioteca;

IX - responsabilizar-se pelo atendimento solícito e digno a todos os usuários da Biblioteca.

A Biblioteca é organizada segundo os princípios mais modernos de biblioteconomia, e, quanto ao seu funcionamento, reger-se-á por um Regulamento próprio.

A divulgação dos trabalhos didáticos, culturais e demais publicações são promovidos pela Biblioteca, de acordo com a indicação dos Coordenadores de Curso e aprovação pela Diretoria.

A FAESF/UNEF dispõe de laboratórios específicos e de informática, ambientes e cenários para práticas didáticas e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, implementados para atender às necessidades institucionais e dos cursos ofertados, considerando os seguintes aspectos: espaço físico, plano de atualização, acessibilidade, disponibilidade de insumos e serviços.

Os laboratórios possuem suas respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança e contam com pessoal de apoio técnico, profissionais capacitados contratados pela UNEF.

Os laboratórios de informática da FAESF/UNEF destinam-se à utilização pelos docentes, alunos e funcionários, no desenvolvimento das disciplinas de informática e práticas laboratoriais dos currículos dos cursos e utilização da Internet como forma de pesquisa e trabalhos acadêmicos.

Somente podem utilizar os laboratórios de informática, os alunos regularmente matriculados, que tenham seus nomes listados na relação de alunos aptos ao acesso dos equipamentos, docentes e funcionários com vínculo empregatício na FAESF/UNEF.

Ao início de cada semestre letivo, é elaborado em conjunto pelas Coordenações de Curso, o planejamento para utilização dos laboratórios de acordo com as necessidades de cada disciplina em termos de ensino, pesquisa e trabalhos acadêmicos.

O controle da utilização dos laboratórios de informática, na sede é de responsabilidade dos Coordenadores de Curso, supervisionado pelo técnico de informática, designado pela direção e nos polos é de responsabilidade do Coordenador do Polo e do técnico de informática.

Compete às Coordenações de Curso:

a) encaminhar ao técnico de informática designado pela direção, as solicitações dos docentes referentes à implantação de softwares e hardwares nos laboratórios de informática;

b) propor ao técnico de informática a alteração de normas e regulamento;

c) observar o uso dos laboratórios de informática durante o semestre letivo em acordo com todas as Coordenações.

Por questão referente a direitos autorais, não é permitida a gravação, reprodução ou a utilização de quaisquer programas sem a autorização ou permissão por escrito da Coordenação de Curso na qual a unidade curricular está inserida.

Para utilização do laboratório de informática de forma individual, o aluno deverá se apresentar ao professor da unidade curricular, solicitando data e horário para utilização do equipamento, descrevendo o tipo de atividade que será desenvolvida.

Além dos softwares implantados nos equipamentos, os usuários poderão fazer o uso da Internet, com acesso gratuito como ferramenta para os trabalhos acadêmicos.

A Ouvidoria é órgão sem caráter administrativo, executivo ou deliberativo, mas de natureza mediadora, com a finalidade de receber, encaminhar e acompanhar opiniões, comentários, críticas e elogios aos membros da comunidade acadêmica, bem como do público em geral a todos os setores da FAESF/UNEF, sendo responsável também por fazer chegar ao usuário uma resposta das instâncias administrativas implicadas, cujo funcionamento está disciplinado por regulamento próprio.

A Ouvidoria da FAESF/UNEF atua com autonomia e absoluta imparcialidade, vinculada diretamente à direção da instituição, com o objetivo de zelar pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, resguardando o sigilo das informações.

Os serviços de manutenção, de limpeza, de portaria, de vigilância e segurança, de protocolo e expedição realizam-se sob a responsabilidade da UNEF e a FAESF/UNEF atua como orientadora de processo, quando necessário, e como fiscalizadora da execução em termos de atendimento e qualidade prestados.

5.7. AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

A FAESF/UNEF possui sua autonomia limitada e é regulamentada pela legislação do ensino superior, pelo seu Regimento Geral e, no que couber, pelo Contrato Social da Mantenedora.

A Mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e ao público em geral, pela FAESF/UNEF, incumbindo-lhe tomar todas as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e do Regimento Geral, a liberdade acadêmica do corpo docente e do corpo discente e a autoridade própria de seus órgãos colegiados deliberativos e executivos.

Compete precipuamente à Mantenedora promover adequados meios de funcionamento das atividades da FAESF/UNEF colocando-lhe à disposição, os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

A Mantenedora reserva-se a administração orçamentária da FAESF/UNEF, podendo delegá-la no todo ou em parte ao Diretor.

Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados deliberativos que importem aumento de despesas.

5.8. RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

A FAESF/UNEF desenvolve atividades de extensão visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e iniciação científica, e captando as demandas sociais para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A IES mantém convênios e parceiras entidades, órgãos e empresas da região, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiência nas áreas científica, técnica e cultural, bem como, nas atividades de ensino, iniciação científica, extensão e de formação de pessoal.

Buscar-se-á, também, por meio da celebração de convênios, a parceria com entidades, órgãos e empresas da região para a realização de estágios extracurriculares, promovendo a inserção de seus alunos no mercado de trabalho.

A FAESF/UNEF implantou estratégias e meios para a comunicação externa com o objetivo de divulgar informações de cursos, de programas, da iniciação científica e da extensão; publicar documentos institucionais relevantes.

Para tanto, a FAESF/UNEF conta com o seu site institucional desenvolvido com a finalidade precípua de propiciar essas informações a comunidade externa. Além disso, as redes sociais oficiais da IES constituem em meios importantes para garantir a divulgação de informações essenciais relativas às atividades desenvolvidas.

Os resultados da avaliação interna e externa são periodicamente divulgados à comunidade externa, via site institucional, em campo específico destinado aos resultados obtidos.

A FAESF/UNEF mantém, em página eletrônica própria, para consulta dos alunos ou interessados: os atos autorizativos expedidos pelo Ministério da Educação, com as datas de publicação no Diário Oficial da União; dirigentes da instituição e Coordenadores de Curso efetivamente em exercício; relação dos professores que integram o corpo docente dos cursos, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho; matrizes curriculares do curso; resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação; projetos pedagógicos dos cursos e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação; conjunto de normas que regem a vida acadêmica; descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área dos cursos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização; descrição da infraestrutura física destinada aos cursos, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação.

A Ouvidoria é um órgão direto de comunicação da FAESF/UNEF com a comunidade externa e interna, que tem a finalidade de receber, encaminhar e acompanhar opiniões, comentários, críticas e elogios aos membros da comunidade acadêmica, bem como do público em geral a todos os setores da IES, sendo responsável também por fazer chegar ao usuário uma resposta das instâncias administrativas implicadas.

6. POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

6.1. FORMAS DE ACESSO

As formas de acesso estão disciplinadas no Regimento Geral da FAESF/UNEF, envolvendo normas sobre processo seletivo, matrícula, transferência e aproveitamento de estudos.

O processo seletivo para os cursos de graduação atende as normas determinadas pelo Conselho Superior, ocorre duas vezes ao ano, com verificação das competências definidas, em conformidade com as vagas constantes dos projetos dos referidos cursos. Obedece a Edital, publicado na Instituição.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. a FAESF/UNEF adota ainda os seguintes mecanismos de acesso, além do processo seletivo, conforme define seu Regimento Geral:

- Transferências Externas: processo seletivo autorizado pelo Regimento Geral que permite o ingresso de estudantes de outras instituições de ensino superior sendo escolhidos aqueles que possuem maior nota. As vagas resultam do abandono dos alunos e por transferência para outra instituição;
- Matrícula para Portador de Diploma de Nível Superior: processo seletivo por curso, com vagas remanescentes do Vestibular, conforme regulamentação específica. Transferência interna entre os cursos oferecidos pela FAESF/UNEF;
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC).

Para o ingresso nos cursos os candidatos têm que comprovar conclusão do Ensino Médio ou equivalente, em instituição devidamente autorizada ou reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de origem.

Os candidatos pleiteantes ao ingresso por meio de transferência devem formular requerimento à Secretaria Acadêmica de acordo com o Regimento Geral. Em caso de deferimento, o aluno, em observância às normas pertinentes a matéria, pode solicitar o aproveitamento de estudos, anexando ao pedido, ementas e conteúdos programáticos das unidades curriculares cursadas com aprovação, em curso anteriormente realizado.

6.2. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DO DISCENTE

A FAESF/UNEF possui política de ingresso e permanência para os discentes em várias áreas (financeira, pedagógica, psicológica, técnica), que viabilizem a permanência e a conclusão, com sucesso, na educação superior.

Reduzir o índice de evasão se constitui um grande desafio institucional considerando a diversidade da oferta de ensino e as dificuldades de natureza social e econômica. Neste sentido, a FAESF/UNEF implantou programas de natureza institucional, estimulando a permanência do aluno no convívio acadêmico. Os principais são: Programa de Financiamento aos Discentes; Programa de Bolsas, atendendo a política de ensino, iniciação científica e extensão; Programa de Apoio Pedagógico; Programa de Orientação Profissional.

a) Programa de Financiamento aos Discentes

Os programas de financiamento obedecem a critérios estabelecidos pelas organizações parceiras, e pode ou não haver ofertas de vagas a cada semestre, e variar de acordo com o curso escolhido pelo estudante.

São objetivos dos programas: ampliar as possibilidades de participação dos alunos em programa de natureza extracurricular para o fortalecimento de sua formação; estimular o gosto pela profissão; estimular o gosto pela pesquisa; proporcionar práticas para aprofundamento teórico-científico; apoiar os estudantes na produção de projetos específicos do curso; favorecer a integração entre alunos docentes e discentes na perspectiva de crescimento e desenvolvimento acadêmico.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – programa criado pelo Governo Federal em 1999 –, é um fundo para financiar cursos de graduação, destinado à estudantes regularmente matriculados em instituições privadas de ensino superior. Para obter o FIES, o estudante passa por uma seleção da Caixa Econômica Federal, com a qual, caso seja aprovado, assina o contrato. O financiamento é limitado a 50% do valor total do semestre.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um programa do Governo Federal criado em 2004 que consiste em conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes brasileiros de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Para se candidatar ao ProUni, o estudante precisa ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obtido a nota mínima de 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais), estabelecida pelo Ministério da Educação. Além disso, é preciso que o estudante tenha renda familiar, por pessoa, de até três salários-mínimos.

O Educa Mais Brasil é um programa de inclusão educacional especializado em bolsas de estudos para graduação e pós-graduação, tais bolsas são de 50% de desconto. São mais de 300 instituições parceiras do Educa Mais Brasil que atendem a milhares de estudantes.

b) Programa de Bolsas

Este programa tem como objetivos: ampliar as possibilidades de participação dos alunos em Projetos de Iniciação Científica e Extensão; estimular o gosto pela pesquisa e a responsabilidade social dos discentes; fomentar a maior participação de discentes nos Editais de Processo Seletivo para bolsas de pesquisa e de extensão oferecidas; proporcionar práticas para aprofundamento teórico-científico dos cursos da FAESF/UNEF; apoiar os estudantes na produção científica e na participação em eventos acadêmicos; favorecer a integração entre alunos docentes e discentes na perspectiva de crescimento e desenvolvimento acadêmico.

c) Programa de Apoio Pedagógico

A FAESF/UNEF, em consonância com as políticas institucionais estabelecidas no PDI, estabelece a política de atendimento aos estudantes, por meio dos programas específicos, disponibilizando também aos estudantes o acesso a dados e registros acadêmicos através do portal que integra o site. Soma-se a estes programas o atendimento extraclasse que é realizado pelas

Coordenações de Curso, pelos professores com jornada semanal específica para esse atendimento ao aluno.

O Programa de Apoio Pedagógico implantado para atender a professores no campo do ensino em termos de didática, metodologia, dentre outros, também atende aos alunos quanto às dificuldades de aprendizagem.

Aos alunos da FAESF/UNEF são disponibilizados para atendimento professores e profissionais para orientação e acompanhamento das ações de capacitação formação permanente.

d) Programa de Orientação Profissional

A FAESF/UNEF tem o Programa de Orientação Profissional, cujos objetivos estão diretamente ligados a orientação e planejamento de carreira. Enfim, a FAESF/UNEF proporciona a sua comunidade acadêmica espaço para o processo de ensino-aprendizagem que une teoria e a vivência prática, provocando a reflexão e posterior construção de novos saberes.

Nesta proposta formativa acrescente-se, ainda, o caráter indispensável do aprendizado em serviço, nos espaços apropriados, sejam internos e ou externos, que propiciam maior interatividade nas relações interpessoais, culturais e políticas da sociedade em que o sujeito está inserido.

6.3. PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

O Núcleo de Acessibilidade Estudantil trabalha com as bases legais de referenciais de acessibilidade na educação superior vigente. Busca-se, portando, coordenar, apoiar e executar a política institucional de acessibilidade para a inclusão de PCDs na comunidade acadêmica, em respeito aos Direitos Humanos.

São categorias de necessidades de educação especial:

- Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Exemplos: usuários de cadeira de rodas, amputados ou com ausência de membro, com paralisia cerebral, com nanismo.

- Mobilidade reduzida: dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- Deficiência auditiva: redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons, em diferentes graus de intensidade. Perda bilateral, parcial ou total;
- Surdez: diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural. A pessoa com surdez pode ser ou não usuária de alguma língua de sinais.
- Deficiência visual: abrange cegueira e baixa visão. Cegueira - a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 (5%) no melhor olho, com a melhor correção óptica (óculos); Baixa visão - acuidade visual entre 0,3 (30%) e 0,05 (5%) no melhor olho, com a melhor correção óptica (óculos).
- Surdo cegueira: perda da audição e da visão concomitantemente em diferentes graus.
- Deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.
- Transtornos do Espectro Autista: em grau variado de acordo com a pessoa, possui ausência de reciprocidade social; dificuldades em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.
- Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: transtorno neurobiológico, de causas genéticas. Caracteriza-se por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.
- Dislexia: distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração.

- Síndrome de Down: alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais, que causa implicações no desenvolvimento global e na linguagem.

A acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior é uma realidade que começou a se delinear a partir das políticas de educação inclusiva que se firmam mais fortemente no Brasil a partir 1994, com a Declaração de Salamanca, documento que surge das discussões realizadas na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien na Espanha (1990). Desde então, vários diplomas legais são editados com o objetivo de garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no mesmo espaço educacional frequentado por quem não possui deficiência.

Muitas barreiras ainda precisam ser eliminadas, uma vez que em pleno século XXI, no imaginário social permanece a crença de que quem possui uma deficiência é um ser limitado. Acreditando que o espaço educacional é o lugar propicio para a quebra de paradigmas, a medida que acolhe em um mesmo espaço pessoas com diferenças diversas, a FAESF/UNEF criou o Núcleo de Acessibilidade Estudantil não só para atender a legislação existente no que se refere a garantia de ingresso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais num ambiente educacional comum, em particular na educação superior, mas por acreditar no potencial dessas pessoas. Assim, com a criação deste espaço de atendimento educacional especializado a FAESF/UNEF assume o compromisso institucional de reconhecimento da diversidade e direitos humanos.

A equipe de trabalho é constituída dos seguintes profissionais: Psicopedagogo; Psicólogo; Intérprete de Libras; Estagiários dos cursos correlatos.

Ações a serem desenvolvidas:

- Atuar como órgão de referência da FAESF/UNEF, nas questões de acessibilidade, com o propósito de minimizar as barreiras existentes;
- Implementar política institucional de acessibilidade no interior da FAESF/UNEF, por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão;
- Investir na preparação da comunidade universitária para sensibilização e reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível para TODOS;

- Sistematizar informações para implementação de políticas e ações facilitadoras da acessibilidade física, arquitetônica, pedagógica e de material e equipamentos para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

O Núcleo de Acessibilidade Estudantil identifica as demandas da comunidade acadêmica que possui algum tipo de necessidade educacional especial, a partir da inscrição no processo seletivo e, posteriormente, com a confirmação da matrícula inicial. O cadastro é oficializado na Secretaria Acadêmica e encaminhado ao Núcleo de Acessibilidade Estudantil, para categorizar o tipo de necessidade especial requerida.

O estudante é identificado a partir da inscrição no processo seletivo, quando informará na Ficha de Inscrição o tipo de necessidade educacional especial para realização da avaliação, a fim de que receba o atendimento adequado no momento do processo avaliativo (prova adaptada, fiscal especial, tempo adicional para realização da prova). Obtendo aprovação e efetuada a matrícula, o aluno deverá apresentar um laudo emitido e assinado por profissional gabaritado e recebe o apoio pertinente a acessibilidade.

6.4. PROGRAMA DE MONITORIA

A FAESF/UNEF possui um programa de monitoria, nele admitindo alunos regulares, selecionados pelos Coordenadores de Curso e nomeados pela direção da FAESF/UNEF, dentre os alunos que tenham demonstrado rendimento satisfatório na unidade curricular.

A monitoria não implica vínculo empregatício e é exercida sob orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes a carga horária regular de unidade curricular.

6.5. PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Para os cursos EaD é ofertada, o nivelamento em “Educação a Distância” (em forma de unidade curricular ou curso), para inserção dos alunos na modalidade, com apresentação das especificidades da EaD no processo de formação de nível

superior, destacando aspectos significativos da dinâmica de estudo, dos recursos disponíveis para a pesquisa e da plataforma tecnológica que é usada para interação, colaboração e cooperação entre alunos, tutores e professores.

Além disso, a FAESF/UNEF oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades dos cursos que são oferecidos, conforme necessidades identificadas pelas Coordenações de Curso (Língua Portuguesa, Matemática, Química, Informática etc). Dessa forma, outros conteúdos poderão ser apresentados para nivelamento dos alunos.

6.6. PROGRAMA DE INTERMEDIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS

A FAESF/UNEF constituiu um setor responsável pela intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados.

Conforme previsto na legislação vigente, existe a figura do estágio não obrigatório remunerado, o qual, apesar de não estar presente como atividade obrigatória, como, aliás, a própria denominação da atividade pressupõe, pode e deve ser estimulado pela IES em virtude da clara compreensão da importância das atividades de estágio para a excelente preparação dos futuros profissionais para ingresso no mercado de trabalho. Essa modalidade de estágio, portanto, será oferecida e sempre estimulada como atividade opcional ou complementar, realizada paralelamente aos componentes curriculares da matriz curricular do curso, inclusive com possibilidade de aproveitamento de parte de sua carta horária como Atividades Complementares.

Para tanto, a IES organiza a documentação e operacionaliza estágios não obrigatórios nos cursos. Também apoia a divulgação de oportunidades de estágio não obrigatório remunerado, e promove contato permanente com ambientes profissionais (campos de estágio) e os agentes de integração para captação de vagas, atuando na integração entre ensino e mundo do trabalho.

6.7. PROGRAMA DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

A FAESF/UNEF vem desenvolvendo desde 2010, o Programa de Intervenção Psicológica, que expressa o compromisso com a qualidade de ensino e visa atender a demanda de alunos que apresentam dificuldades específicas de aprendizagem, na qual a prática pedagógica escolar não consegue atender às especificidades apresentadas.

O presente projeto objetiva levantar dados do baixo desempenho escolar dos alunos e as principais dificuldades apresentadas, a fim de planejar intervenções psicológicas de acordo com o diagnóstico situacional, contribuindo para a melhoria do processo de aprendizagem dos alunos da FAESF/UNEF. Entre os principais objetivos estão:

- Prestar atendimento e acompanhamento psicológico aos alunos da FAESF/UNEF;
- Proporcionar ajuda para identificar possíveis problemas que estiverem interferindo na vida afetiva e no rendimento acadêmico dos alunos;
- Identificar e mensurar os transtornos psicológicos que estejam afetando os alunos e indicar os procedimentos adequados;
- Ajudar os alunos a vencerem as dificuldades de relacionamento, de falar em público, de timidez e adaptação ao local de trabalho;
- Encaminhar os alunos, se necessário, para os devidos tratamentos posteriores aos atendimentos no programa;
- Realizar triagem psicopedagógica com alunos que apresentem dificuldades específicas de aprendizagem, além de definir e aplicar instrumentos de avaliação psicopedagógica que facilitem a investigação das dificuldades de aprendizagem.

A FAESF/UNEF entende que a formação acadêmica não se restringe somente ao ensino formal, devendo ser considerada toda vivência do indivíduo. O estabelecimento do Serviço de Apoio Psicológico (SEAPsi) visa prevenir problemas psicológicos preservando a saúde mental dos estudantes.

O apoio envolve a orientação com profissional da área especializada que prestará o serviço e conforme o caso encaminha-se o estudante para tratamento psicoterapêutico mais indicado.

O Serviço de Apoio Psicológico (SEAPsi) tem como objetivo precípuo atender à comunidade acadêmica da FAESF/UNEF no que diz respeito às dificuldades

emocionais, cognitivas e de relacionamento intra e interpessoal. A intenção é fazer com que os discentes possam transformar o sofrimento psíquico em situações de conhecimento, crescimento e aprendizado, contribuindo para melhoria do desempenho acadêmico e, consequentemente, de sua qualidade de vida. Ajuda também a identificar e lidar com conflitos e situações que enfrentarão com pacientes futuros.

6.8. AÇÕES INOVADORAS

Entre as ações inovadoras pode-se citar as estratégias de aprendizagem definidas para serem utilizadas nos cursos da IES.

O atendimento extraclasse online aos alunos é realizado pelos Coordenadores de Curso e pelos professores e tutores com jornada semanal específica para atendimento ao aluno. Além disso, a FAESF/UNEF disponibiliza tutoria presencial.

A IES fomenta a participação discente em projetos de extensão, artísticos, culturais e de responsabilidade social e ambiental, abertos à comunidade acadêmica e à população em geral.

As novas ideias dos docentes, tutores e discentes, oriundas da "sala de aula" e/ou AVA (debates, discussões, estudo de casos, grupos de estudo etc.), das demandas da sociedade e do mundo do trabalho, transformadas em projetos, dão origem a atividades de extensão (oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso).

A IES utiliza práticas inovadoras na revisão de suas políticas acadêmicas, que são estendidas às suas ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. Coloca em foco a questão da autoavaliação das atividades de ensino, iniciação científica e extensão como forma de incentivar a comunidade acadêmica a pensar na sua situação frente aos novos desafios educacionais da área. Por consequência, firma o processo de avaliação interna e consolida a avaliação com o objetivo de garantir a excelência de seus procedimentos e de seus resultados.

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1. ESPAÇO FÍSICO

A FAESF/UNEF tem como políticas balizadoras da gestão da infraestrutura a adequação aos padrões de qualidade, definidos para as diversas áreas de atuação da IES; processos e procedimentos de gestão que proporcionem o uso adequado e racional da infraestrutura: física e tecnológica; pronta disponibilidade da infraestrutura necessária, assegurando as condições de trabalho e as demandas da expansão prevista no PDI (2019 - 2023); manutenção e atualização regular e constante; avaliação periódica dos espaços e dos recursos tecnológicos por meio da autoavaliação institucional, conduzida pela CPA.

A FAESF/UNEF possui uma ampla estrutura física, adequada para atender às atividades acadêmicas, com espaços amplos, arejados e bem ventilados. Espaços adequados para a guarda, manutenção e disponibilização da documentação acadêmica, possuindo acessibilidade em todas as suas instalações, as quais passam por avaliação periódica por meio da autoavaliação institucional, conduzida pela CPA. O gerenciamento da manutenção patrimonial é realizado pelo setor administrativo da IES e conta com o plano de gerenciamento e manutenção dos ambientes e equipamentos de trabalho.

7.1.1. Instalações Administrativas

As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades propostas, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica.

Os espaços são bem dimensionados, dotados de iluminação, ventilação natural e mecânica, mobiliário e aparelhagem específica. Todas as instalações cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiência.

As instalações administrativas estão equipadas com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades propostas em seus espaços. Dessa forma, foram alocados microcomputadores, impressoras, aparelhos de telefonia e

videoconferência. Há disponibilidade de conexão à internet em todos os equipamentos.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.2. Salas de Aula

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e dos cursos, considerando a sua adequação às atividades propostas.

As salas são bem dimensionadas, dotadas de iluminação, ventilação natural e mecânica, mobiliário e aparelhagem específica, garantindo o conforto necessário. Todas as salas cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiência.

As salas de aula estão equipadas com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades propostas em seus espaços. Dessa forma, foram alocados microcomputadores e projetores em todas as salas. Há disponibilidade de conexão à internet em todos os equipamentos.

As salas de aula apresentam flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.3. Auditório

O auditório atende às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica.

O auditório cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiência.

O auditório está equipado com recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.4. Espaço de Trabalho para Professores

7.1.4.1. Sala Coletiva de Professores e Tutores

As salas de professores e tutores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades propostas, viabilizando o trabalho docente e dos tutores. Permite descanso e atividades de lazer e integração. Dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

As salas de professores e tutores cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiência.

Estão equipadas com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades propostas em seus espaços. Os recursos tecnológicos são apropriados para o quantitativo de docentes e tutores. Foram alocados microcomputadores, impressoras e aparelhos de telefonia. Há disponibilidade de conexão à internet em todos os equipamentos.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.4.2. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

Os espaços de trabalho para docentes em tempo integral atendem às necessidades institucionais, viabilizando ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico. Estão equipados com recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados. Os espaços garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.5. Espaço de Trabalho para Coordenadores de Curso

O espaço de trabalho para o Coordenador de Curso atende às necessidades institucionais, viabilizando ações acadêmico-administrativas e permitindo o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade. O espaço é dotado de equipamentos adequados e de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.6. Espaços para Atendimento aos Discentes

Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.

Entre os principais espaços estão o espaço de trabalho para os Coordenadores de Curso e os espaços de trabalho para docentes em tempo integral. Ambos permitem o atendimento individualizado e reservado, assim como o atendimento em pequenos grupos.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.7. Espaços de Convivência e de Alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades e a acessibilidade. Permitem a necessária integração entre os membros da comunidade acadêmica e a contam com serviços variados e adequados.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.8. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas são disponibilizados conforme as exigências estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, atendendo às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades e a acessibilidade. Todos são servidos por recursos tecnológicos diferenciados.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.9. Salas de Apoio de Informática

As salas de apoio de informática atendem às necessidades institucionais e dos cursos, considerando os equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização dos softwares, acessibilidade, serviços, suporte, condições ergonômicas e oferta de recursos de informática inovadores.

O espaço físico é dimensionado para atender o contingente de alunos, condições ergonômicas e os requisitos de acessibilidade.

São disponibilizados equipamentos em quantidade adequada ao uso projetado. Há disponibilidade de conexão estável e veloz à internet em todos os equipamentos. Há recursos tecnológicos transformadores, tais como teclado em Braille, fones de ouvido e softwares específicos para garantir a acessibilidade.

Os hardwares e os softwares estão atualizados frente as necessidades da IES e possuem contrato vigente para atualização permanente. Passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

Entre os recursos de informática inovadores disponíveis pode-se citar os softwares adquiridos para uso nos cursos oferecidos.

Os serviços e o suporte são realizados por um técnico responsável pelas atividades das salas de apoio de informática, que atende em todos os horários de funcionamento delas.

Foram criadas normas de segurança, disponíveis em local de fácil visibilidade nas salas.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.10. Biblioteca

A infraestrutura da biblioteca atende às necessidades institucionais, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.

A biblioteca cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiência, e fornece condições para atendimento educacional especializado.

A biblioteca dispõe de recursos comprovadamente inovadores, sendo o principal o acervo virtual adquirido mediante assinatura de uma biblioteca virtual.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.11. Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e recursos ou processos inovadores.

A sala da CPA dispõe de mesa de reunião e cadeiras, com microcomputador com acesso à internet. Há armários para a guarda do material.

A sala da CPA cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiência.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.12. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança. As instalações sanitárias cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiência. Existem banheiros familiares e fraldários.

A FAESF/UNEF apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

7.1.13. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial

O gerenciamento da manutenção patrimonial é realizado pela direção da FAESF/UNEF, tanto na sede como nos polos.

Destaca-se que, o objetivo principal do plano de gerenciamento da manutenção patrimonial é de estabelecer uma sistemática mais eficaz da gestão predial, contemplando as manutenções preventivas e corretivas, em especial nas instalações administrativas; salas de aula; sala de professores; sala de coordenadores; espaços para atendimento aos discentes; sala da CPA; laboratórios; biblioteca; ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física e instalações sanitárias em geral.

Destaca-se que, todos os ambientes passam por avaliação periódica de seus usuários, a qual é conduzida pela CPA, bem como por vistorias contínuas realizadas pela direção da FAESF/UNEF.

7.2. EQUIPAMENTOS

7.2.1. Equipamentos de Informática

A FAESF/UNEF dispõe de uma ampla rede de equipamentos de informática disponíveis em seus vários espaços.

Os equipamentos estão localizados praticamente em todas as instalações: instalações administrativas, salas de aula, auditório, espaços de trabalho para professores e Coordenadores de Curso, espaços para atendimento aos discentes, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, salas de apoio de informática, biblioteca e sala da CPA.

Todos os equipamentos de informática da FAESF/UNEF estão interligados em rede e possuem acesso à internet.

7.2.2. Rede de Comunicação Científica (Internet)

Todos os equipamentos de informática da FAESF/UNEF estão interligados em rede e possuem acesso à internet.

Além disso, a FAESF/UNEF dispõe de acesso à rede sem fio em todos os seus espaços, o que amplia a capacidade de acesso de sua comunidade acadêmica.

7.2.3. Recursos Audiovisuais e Multimídia

A FAESF/UNEF disponibiliza recursos audiovisuais e multimídia que podem ser utilizados pela comunidade acadêmica.

7.2.4. Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos

O plano de expansão, manutenção e atualização dos equipamentos é um instrumento que leva em consideração as metas de expansão definidas no cronograma de expansão vigentes neste PDI.

A FAESF/UNEF possui em sua infraestrutura de tecnologia da informação uma rede de computadores, entre microcomputadores, impressoras, data shows, entre outros, para uso administrativo, acadêmico, pesquisa e extensão.

A FAESF/UNEF conta com uma estrutura de acesso à Internet que opera com alta velocidade por banda larga, disponível através de equipamentos conectados à rede cabeada e ponto de transmissão de rede sem fio com cobertura

total do prédio. Este recurso está disponível aos alunos para atividades acadêmicas, pesquisa, etc.

Para manter esta estrutura a FAESF/UNEF conta com um serviço de suporte técnico especializado operando em todo o horário de atendimento da sede e nos polos, responsável pela:

- Legalidade dos softwares instalados;
- Inventário dos ativos de informática da instituição;
- Monitoramento de ocorrências de arquivos maliciosos na rede e nos equipamentos;
- Manutenção preventiva e corretiva de Software e Hardware;
- Acionamento da Garantia Onsite do fabricante no local onde o equipamento está alocado.

Durante os meses de abril a junho são revisadas todas as necessidades de atualização tecnológica de equipamentos e softwares utilizados na Instituição. As revisões são feitas em paralelo ao período letivo e são refletidas em um orçamento anual prévio que acontece no mês de julho, em caso de aprovação, a efetivação ocorre a partir de setembro do mesmo ano (devido ao ano fiscal americano). Em casos de antecipação da necessidade a FAESF/UNEF abre espaço junto a Mantenedora para apresentação e aprovação de orçamentos de compra e upgrade de equipamentos.

A FAESF/UNEF tem adequado a gestão da TI ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) frente aos desafios da prestação de serviços tecnológicos.

A manutenção e atualização dos equipamentos tecnológicos é realizada preventivamente com inspeções e vistorias, realizadas independentemente de defeitos aparentes. Os equipamentos que demonstram fadiga ou imperfeições, são substituídos ou atualizados antes do problema se agravar, para evitar riscos e custos maiores. Há também a manutenção corretiva, realizada a partir da solicitação dos usuários. As solicitações de manutenção e atualização corretiva são encaminhadas ao setor de infraestrutura de execução e suporte.

De modo geral são praticadas manutenções que visam envolver a conservação, adequação, restauração, substituição e prevenção dos equipamentos de forma técnica e suficiente para alcançar os objetivos da função.

As manutenções são basicamente divididas em 02 (dois) principais tipos:

- Corretiva: É a execução de tarefas não-planejadas para restaurar as capacidades funcionais de equipamentos ou sistemas, pode ser presencial, remota ou acionando um prestador de serviço no local. Os usuários quando detectam incidentes entram em contato com a central de suporte que por sua vez registra o pedido inicia o atendimento com alta prioridade.
- Preventiva: É a execução de tarefas de manutenção previamente planejadas. São realizadas manutenções preventivas semestrais, considerando suas características e recomendações dos fabricantes. As atividades podem ser inspeções dos equipamentos e periféricos, bem como atualização remota dos softwares, garantindo assim, a estabilidade dos sistemas. Podendo ser realizadas previamente através de diagnóstico remoto ou através da análise de chamados abertos de um mesmo equipamento para uma correção definitiva do problema.

Quando há qualquer tipo de interrupção/incidente em microcomputadores utilizados para alunos e professores são utilizados notebooks reservados para empréstimo como contingência para restabelecer o serviço de forma rápida. Desta forma minimiza-se o impacto durante a atividade acadêmica e garantimos a continuidade do recurso tecnológico até o restabelecimento, seja ele interno junto à equipe técnica competente ou externo junto à assistência técnica do fabricante.

A expansão da infraestrutura se baseia nas metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no planejamento financeiro estabelecido pela Instituição, que envolve a compra de equipamentos, softwares, computadores, mobiliários, e os redimensionamentos dos espaços existentes para esta infraestrutura.

7.3. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Para o período de vigência deste PDI, a FAESF/UNEF projetou o uso dos seguintes recursos: Ambiente Virtual de Aprendizagem; redes sociais; telefonia; videoconferência e programas específicos de microcomputadores (softwares).

Além disso, a FAESF/UNEF dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados praticamente em todas as instalações: instalações administrativas, salas de aula, auditório, espaços de trabalho para professores/tutores e Coordenadores de Curso, espaços para atendimento aos discentes, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, salas de apoio de informática, biblioteca e sala da CPA. Todos os equipamentos de informática da FAESF/UNEF estão interligados em rede e possuem acesso à internet.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução deste PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, possibilitam a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas inovadoras.

7.4. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

7.4.1. Bibliografia

O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação aos componentes curriculares e aos conteúdos descritos neste PPC e está atualizado, considerando a natureza dos componentes curriculares. Está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada título, entre o número de vagas solicitadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de assinatura de acesso disponível no acervo.

Para os títulos virtuais, há garantia de acesso físico na FAESF/UNEF, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nos componentes curriculares.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

7.4.2. Plano de Atualização do Acervo

O acervo da biblioteca é formado pela bibliografia básica e bibliografia complementar, abrangendo as áreas do conhecimento que compõe os cursos da IES e diversos formatos de mídia. Há ainda periódicos especializados impressos e virtuais distribuídos entre as principais áreas dos cursos correntes na IES.

Quantidade de Exemplares

A quantidade de exemplares varia conforme a quantidade de vagas/ano ofertadas pelo curso. Quanto as unidades curriculares, no que se refere a bibliografia básica, adota-se a quantidade pretendida pela Coordenação de Curso/NDE. No âmbito da bibliografia complementar devem ser adquiridos, pelo menos, no mínimo 02 (dois) exemplares de cada título por unidade curricular ou com acesso virtual.

Atualização do Acervo

A política de atualização do acervo volta-se para o desenvolvimento de coleções bibliográficas, audiovisuais e virtuais, atualizadas e adequadas aos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição, aos projetos de pesquisa e às atividades de extensão. Para isso, a biblioteca deve reunir, em seu acervo, diferentes tipos de mídias.

Urge destacar, para tanto, a necessidade de sincronia desta com a política de expansão que envolve, não somente o acervo em si, porém o espaço físico que o abriga também. A política de atualização do acervo consiste em integrar os professores na seleção do acervo, uma vez que estes conhecem bem as necessidades do corpo discente da instituição e a formação da matriz curricular de cada área.

A indicação da bibliográfica básica, ou complementar, é vista de acordo com as atualizações dos PPCs, de cada curso, através das solicitações dos Coordenadores de Curso com base nos conteúdos programáticos dos cursos. Depois de feita a cotação das obras indicadas, esta é encaminhada à Diretoria Acadêmica para deliberação da compra. Além disso, a biblioteca possui, através desta política de atualização, diretrizes de aquisição pautadas em doação e permuta.

Para uma atualização precisa do acervo, busca-se atender as solicitações das ementas dos programas de ensino e garantir a renovação de periódicos nacionais e estrangeiros.

Para manter a qualidade da coleção, os seguintes critérios de formação de acervo devem ser considerados:

- Adequação do material aos objetivos educacionais da Instituição;
- Autoridade do autor;
- Nível de atualização do material;
- Equilíbrio e organização da obra à distribuição do conteúdo;
- Custo justificável, considerando-se a verba disponível e a possibilidade de substituição por outros itens já constantes do acervo;
- Idioma acessível aos usuários.

Expansão do Acervo

Funciona como suporte para uma tomada de decisão para a seleção, possibilitando de maneira clara, objetiva e controlando o processo de aquisição, doação, permuta de materiais especiais e bibliográficos da biblioteca.

O plano de expansão e melhoria da biblioteca volta-se para os aspectos de espaço físico e acervo (impresso e online), tendo por objetivo facilitar o acesso às fontes informacionais.

Quanto ao sistema de Classificação dos materiais informacionais que compõem o acervo, a biblioteca adota atualmente a Classificação Decimal Universal – CDU, e para a catalogação, o Código de Catalogação Anglo-Americano–AACR2.

Portanto, cabe a política de expansão do acervo da biblioteca complementar a política de atualização para que o bibliotecário possa definir critérios e responsabilidades para organização destes documentos, objetivando:

- Prestar apoio e assistência às pesquisas, projetos e atividades acadêmicas desenvolvidas pela instituição;
- Identificar os elementos nos campos de interesse da Biblioteca;
- Possibilitar o crescimento racional e equilibrado do acervo;
- Determinar os itens de informação compatíveis com a formação da coleção versus interesses da instituição;

- Estabelecer critérios mínimos para a duplicação de títulos;
- Estimular programas cooperativos de aquisição;
- Traçar diretrizes para a avaliação do acervo;
- Estabelecer parâmetros para o descarte de material;
- Organizar e preservar a memória da instituição, assim como toda produção intelectual.

A consecução de tais objetivos exige, como condição indispensável, que todas as solicitações de compra de material informacional (impresso e em materiais especiais) seja centralizada na biblioteca, única forma de controlar a formação da coleção, considerando fatores intervenientes, tais como:

- Os objetivos e os programas de ensino e pesquisa da FAESF/UNEF, o que demanda acompanhamento sistemático das reformulações dos cursos já implementados, bem como atenção especial às perspectivas de criação de novos cursos;
- Condições atuais da coleção da biblioteca, o que pressupõe reconhecimento das áreas satisfatórias e/ou deficitárias;
- Conhecimento do acervo da biblioteca, bem como da possibilidade de acesso a ela;
- Demandas e necessidades dos usuários em potencial, incluindo discentes docentes e o corpo técnico-administrativo;
- Acompanhamento da produção bibliográfica nas diversas áreas do conhecimento humano através de contato sistemático e permanente com editores e distribuidores brasileiros;
- Previsão dos recursos financeiros anuais assegurados em forma de orçamento.

A IES define anualmente, o percentual do seu orçamento para a ampliação e qualificação do acervo bibliográfico destinado aos cursos de graduação. O percentual pode variar quando da implantação de novas ofertas de cursos, considerando a área de conhecimento.

De forma mais específica, compete ao Coordenador Geral, Bibliotecário chefe, as seguintes funções:

- Avaliar o acervo, segundo orientação contida neste documento;
- Manter atualizados catálogos de editores e livreiros;

- Enviar catálogos de editores e livreiros, junto com formulário de sugestões a todos os Coordenadores de Curso, a cada início do semestre letivo.

Formação do Acervo

Para formação do acervo são adotados os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos educacionais da instituição;
- Autoridade do autor e/ou editor;
- Atualização do material;
- Equilíbrio e organização da obra quanto à distribuição do conteúdo;
- Qualidade técnica do ponto de vista gráfico e/ou sonoro;
- Custo justificável, considerando a verba disponível e a possibilidade de substituição por outros itens já constantes do acervo;
- Idioma acessível aos usuários.

Conteúdo

Em se tratando de uma biblioteca vinculada a uma instituição em desenvolvimento, a priori, deve privilegiar as áreas de conhecimento concernentes aos cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão em funcionamento e/ou em processo de criação. Para cada campo de conhecimento devem ser analisados, com rigor, os seguintes tópicos:

- Demanda de oferta da matrícula por curso;
- Número de professores por curso;
- Matriz curricular;
- Demanda por unidade curricular.

Fontes de Informação para Seleção

Para a formação do acervo, a Comissão de Seleção, além de traçar o perfil da instituição e de seus usuários em termos de demanda informacional, necessita de conhecimentos mínimos acerca dos próprios materiais a serem adquiridos, o que só é possível via estudo de fontes de informação para seleção, com destaque para os (as):

- Materiais distribuídos por editores, distribuidores e livrarias – catálogos e listagens;
- Resenhas e anuários de periódicos;
- Bibliografias gerais e especializadas;

- Guias de literatura gerais e especializados;
- Catálogos, listas de novas aquisições e boletins de outras bibliotecas;
- Visitas à livrarias, exposições literárias, feiras de livros e eventos similares;
- Informações coletadas através de redes eletrônicas de informação, com ênfase para a Internet;
- Publicações de entidades diversificadas, como a Fundação da Biblioteca Nacional, o Sindicato Nacional de Editores de Livros e a Câmara Brasileira do Livro e similar;
- Lista de periódicos especializados com base na relação da Qualis CAPES.

Compra

No caso dos itens aprovados, compete ao Coordenador Geral da Biblioteca acompanhar o processo de compra, seguindo os seguintes passos:

- Receber a solicitação dos Coordenadores dos Cursos;
- Realizar levantamentos dos títulos e verificar a existência destes no acervo;
- Encaminhar os títulos selecionados, em companhia das coordenações, à Diretoria Acadêmica, para efetivar a compra;
- Informar ao solicitante, formalmente, o andamento da aquisição;
- Receber o material adquirido, mediante conferência com as notas fiscais emitidas, formalizando, se for o caso, possíveis falhas, e/ou declarando o recebimento, no verso das notas fiscais, mediante data e assinatura;
- Remeter ao setor responsável as notas fiscais recebidas e conferidas;
- Acompanhar, sistematicamente e de forma contínua, o recebimento dos fascículos das publicações periódicas, sobretudo, no caso de compra, considerando, essencialmente, sua periodicidade (diária, semanais, quinzenais, mensais, bimestrais, semestrais etc.);
- Encaminhar ao processamento técnico.

Aquisição e Renovação de Periódicos

Faz-se ofício, direcionado ao Coordenador de Curso, a que se refere o periódico, sinalizando as seguintes informações: ISSN, Título, Webqualis, área de avaliação, acessos na biblioteca, bem como proposta orçamentária e período de vigência da assinatura para análise e manifestação de interesse do Coordenador para continuidade do processo de aquisição ou renovação. Com o aval positivo do

Coordenador, via Ofício, a biblioteca direciona os referidos documentos para aprovação da Diretoria Acadêmica.

Após aprovação da Diretoria Acadêmica, todo o processo correr pelo setor financeiro da IES.

Doação

Sistematicamente, a cada início de ano, a biblioteca deve encaminhar ofício circular às instituições editoras de livros e periódicos (outras faculdades/universidades, embaixadas, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais; institutos de pesquisa, associações e/ou sindicatos de classe; organizações não-governamentais), solicitando o encaminhamento das publicações sob sua responsabilidade, excluindo-se, obviamente, as editoras comerciais.

No caso de doações remetidas sem solicitação, é fundamental que a biblioteca possa dispor livremente das obras recebidas, integrando ao acervo somente o que interessa e evitando exigências incompatíveis com a expansão ordenada de biblioteca universitária, tais como a de armazenar a doação, em separado. É recomendável que profissionais de informação procedam a uma seleção prévia do material in loco. De forma geral, as etapas que devem ser seguidas são:

- Enviar agradecimento do material recebido;
- Fazer a seleção do material;
- Encaminhar, para permuta ou doação com outras instituições, os materiais considerados inadequados aos interesses da Instituição;
- Encaminhar ao processamento técnico.

Além de se incorporar a novos programas cooperativos que visam à permuta de material e que se tornam gradativamente comuns a quaisquer bibliotecas, a biblioteca deve preparar, a cada ano, uma lista de duplicata e de demanda. Quanto aos passos de operacionalização, no caso da permuta, estes são similares à doação, sendo os seguintes:

- Agradecer o recebimento do material recebido;
- Colocar à disposição da Comissão de Seleção itens sobre os quais restam dúvidas sobre sua adequação;

- Encaminhar para permuta ou doação a outras instituições, os materiais considerados inadequados aos interesses da Instituição;
- Encaminhar para processamento técnico.

Avaliação da Coleção

Dentre as atividades da biblioteca, uma das mais importantes é a avaliação da coleção. A comparação sistemática e contínua entre o solicitado e o existente permite a formação e manutenção de uma coleção atualizada, completa e adequada às necessidades dos usuários, o que torna a avaliação, elemento essencial para o desenvolvimento da coleção. Sua consecução pressupõe os seguintes passos:

- Levantamento detalhado do acervo atual, o que pressupõe análise quantitativa e qualitativa;
- Registro acerca do uso do material existente;
- Contato com a Comissão de Seleção a fim de determinar interesses e expectativas da comunidade acadêmica;
- Seleção de materiais que necessitam ser restaurados;
- Seleção de materiais a serem desbastados;
- Verificação periódica da situação física do acervo.

Concernente a esta situação foi estabelecida a classificação de NORMAL aos materiais informacionais que estiverem em perfeitas condições, sem dano algum, além da classificação de RISCADO A LÁPIS, materiais somente riscados a lápis e DANIFICADO àqueles apresentam algum dano, de acordo com sua origem e caracterizações, tendo em vista que os fatores de degradação dos materiais informacionais (agentes físicos mecânicos, químicos e biológicos, onde destaca-se o fator humano).

Descarte

A seleção do material a ser adquirido e o descarte dos itens que devem ser expurgados é parte integrante do processo de formação do acervo, esta deve ocorrer, no mínimo, a cada dois anos. Os responsáveis pelo descarte designados pela Comissão de Seleção devem observar os seguintes requisitos:

- Analisar o conteúdo dos documentos de acordo com os objetivos de cada Curso da Instituição;
- Obsolescência do material;

- Desgaste de exemplares (pelo tempo e manuseio);
- Desuso do material;

Todo e qualquer descarte deve ser autorizado pela Diretoria Acadêmica

ACERVO ONLINE

Bases de Dados

Conjunto de dados inter-relacionados, organizados de forma a permitir a recuperação da informação podendo ser acessados no local.

A FAESF/UNEF possui assinatura da EBSCO e renovada a cada ano, que permite aos alunos, funcionários e professores da Instituição, tenham acesso local e em qualquer lugar via IP. O Portal de Periódicos é acessado por meio de computadores ligados à internet dentro da FAESF/UNEF por meio de reconhecimento de IP, em locais como a biblioteca e nos laboratórios.

Frente ao processo de universalização e disseminação do conhecimento, vários periódicos eletrônicos e base de dados disponibilizam seus conteúdos gratuitamente. Para agregar conforto e organização aos clientes, a equipe da biblioteca compila e disponibiliza os links para esse acesso direto.

Biblioteca Virtual Minha Biblioteca

A biblioteca virtual universitária disponibiliza livros on-line, são mais de 5 mil títulos nas mais diversas áreas, como administração, marketing, engenharia, economia, direito, letras, jornalismo, computação, educação, medicina, enfermagem, psicologia, e outras - todos em português e à disposição dos alunos e professores da FAESF/UNEF.

Alunos, professores e funcionários da FAESF/UNEF podem acessar a biblioteca virtual universitária através portal acadêmico, mediante login e senha. Ela pode ser acessada 24 horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet.

REVISÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Sugere-se que a cada 03 (três) anos a política de desenvolvimento de coleções seja revisada e analisada pelo bibliotecário para que se possa garantir a comunidade acadêmica um acervo eficiente e eficaz, pois a mesma tem como característica dinamicidade e flexibilidade de suas ações.

7.4.3. Plano de Contingência para a Garantia de Acesso e do Serviço

A FAESF/UNEF possui Plano de Contingência para a Garantia de Acesso e do Serviço, apresentando a seguir.

PLANO DE CONTINGÊNCIA DA BIBLIOTECA

Neste documento estão indicadas medidas a serem adotadas em casos de emergências, que podem ser causadas por riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais. De acordo com os riscos mais frequentes, elaborou-se um planejamento que visa responder de forma estruturada as situações que possam ser críticas e que possam afetar o ambiente interno da biblioteca. Está subdivido em:

- Tipos de riscos;
- Medidas preventivas adotadas na Biblioteca, para evitar esses riscos e;
- O que fazer no caso de ocorrência de algum deles.

Para tanto, são levadas em consideração as seguintes questões:

a) Tipo de desastres mais frequentes;

b) Importância do plano de emergência na biblioteca;

c) Plano mais adequado para o ambiente, de acordo com as características internas e externas.

São objetivos do plano:

- Identificar os tipos de riscos mais frequentes em bibliotecas.
- Identificar medidas de prevenção de desastres.
- Proteger bens, ambiente e pessoas.
- Minimizar riscos de acidentes.
- Organizar plano de evacuação
- Possibilitar socorros no menor espaço de tempo após o acidente.

Finalidade: Avaliação de riscos para permitir tomar todas as precauções necessárias para tornar a biblioteca e seu acervo o mais seguro possível.

O Plano de Contingência inclui regras de comportamento e é de conhecimento da equipe da biblioteca, em caso de manutenção, evacuação e vigilância.

A tabela abaixo consta os tipos de riscos existentes em ambientes e uma breve descrição:

Grupo	Riscos	Cor de Identificação	Descrição
1	Físicos	Verde	Ruído, calor, frio, pressões, umidade, radiações ionizantes e não ionizantes, vibrações, etc.
2	Químicos	Vermelho	Poeiras, fumos, gases, vapores, névoas, neblinas, etc.
3	Biológicos	Marron	Fungos, vírus, parasitas, bactérias, protozoários, insetos, etc.
4	Ergonômicos	Amarela	Levantamento e transporte manual de peso, monotonia, repetitividade, responsabilidade, ritmo excessivo, posturas inadequadas de trabalho, trabalho em turnos, etc.
5	Acidentais	Azul	Arranjo físico inadequado, iluminação inadequada, incêndio e explosão, eletricidade, máquinas e equipamentos sem proteção, quedas e animais peçonhentos.

Fonte: HOKEBERG, *et al.*, 2006

(Fonte:http://www.efdeportes.com/efd186/riscos-ambientais-de-um-hospitalescola.htm).

1) **Riscos Físicos:** A biblioteca não apresenta riscos desse tipo. O ar circula bem no ambiente, e o setor possui ventiladores e ar-condicionado. O clima da região ajuda no quesito umidade, por não ser uma região de alta umidade.

2) **Riscos Químicos e Biológicos:** Apesar da poeira, dos fungos e das traças serem problema comum em grande parte das bibliotecas, a biblioteca da FAESF/UNEF é higienizada com regularidade, evitando assim que os livros e as prateleiras acumulem poeira e outras sujeiras. Para a higienização e limpeza, seguimos os seguintes procedimentos:

- Os elementos da equipe da biblioteca devem usar meios de proteção (luvas e máscaras) sempre que aconselhável.
- A cada 3 meses é realizada a limpeza de todos os livros da biblioteca, bem como seu folheamento, evitando assim de mofar e de amarelar as páginas.
- A cada 2 meses é realizada a limpeza de todas as estantes e prateleiras (com álcool 70%).
- Todos os dias as mesas (de estudo individual e em grupo), o balcão de atendimento, e os computadores são limpos.
- Todos os dias a biblioteca é limpa por equipe do pessoal da limpeza.
- Todos os dias a biblioteca é varrida.

- É proibido o consumo de alimentos e bebidas na Biblioteca, de forma a evitar que se sujem os livros e as mesas, e dessa forma evitando o aparecimento de insetos e roedores.
- Nenhum dos livros e revistas fica encostado nas paredes, de forma a evitar bolor.
- As prateleiras são de material de ferro, tipo de material que evita mofo, cupim e roedores (tal como a madeira).
- Janelas são localizadas longe do acervo e são mantidas fechadas.

3) Riscos Ergonômicos: Postura inadequada. Quanto ao quesito peso, temos um carrinho para guarda dos livros.

4) Riscos ambientais: O arranjo físico e a iluminação estão adequadas. A Biblioteca possui extintor de incêndio, luzes de emergência, adesivo antiderrapante nos locais de maior probabilidade de queda.

Sobre os tipos de riscos mais especificamente e sobre suas devidas prevenções, tem-se:

a) Roubos e Furtos:

- Medidas de prevenção adotadas:

- A biblioteca possui câmeras espalhadas em locais estratégicos.
- É proibida a entrada na biblioteca portando bolsas, mochilas, sacolas e similares.
- O balcão de atendimento (para empréstimos e devoluções) está localizado em local estratégico, permitindo que os funcionários vejam quem entra e quem sai.
- A IES possui seguranças/vigilantes.

- Em caso de ocorrência, como agir:

- Manter a calma e não reagir.
- Contatar a polícia ou outra entidade competente.

b) Incêndios:

- Medidas de prevenção adotadas:

- A biblioteca possui extintor de incêndio.
- Todos os equipamentos eletrônicos (computadores, impressoras, etc.) são desligados quando do encerramento do turno, e permanecem desligados nos finais de semana.
- Os livros têm boas condições de armazenamento, sendo que as prateleiras ficam longe de canalizações e instalações elétricas.

- O portão para evacuação/saída de emergência tem boa largura
- Respeitar as zonas de proibição de fumar (locais fechados)
- Não sobrecarregar as tomadas.
- Não aproximar materiais inflamáveis das fontes de calor
- Não obstruir saídas
- Realizar a manutenção periódica dos extintores de incêndio.

(OBS.: No caso dos extintores, a verificação é feita por empresa terceirizada).

- Em caso de ocorrência, como agir:

- Manter a calma. Não gritar, não correr.
- Em caso de usuários na biblioteca, alertá-los de forma calma para evacuarem a biblioteca, e auxiliar pessoas que tenham dificuldades (mobilidade reduzida, pessoas idosas, crianças).
- Acionar o Corpo de Bombeiros.
- Com o extintor portátil, tentar extinguir o incêndio.
- Se a roupa atear com o fogo, não corra, deite-se e role no chão, de forma a apagá-lo do corpo/roupa.
- Se ouvir uma explosão, atire-se para o chão e proteja a nuca com os braços.
-Após a evacuação, todos devem ficar juntos e verificarem se ninguém voltou atrás.
- Deixe objetos pessoais para trás. Nunca retorne ao local do incêndio.
- Em caso de pessoas feridas, acionar uma ambulância.

c) Inundação/goteiras (itens molhados):

-Medidas de prevenção adotadas:

- Manutenção do forro/telhado.
- A IES é localizada em local alto na cidade, sem riscos de inundações.

- Em caso de ocorrência, como agir:

- Secagem por circulação de ar (ventiladores) de pequenos lotes de materiais e troca de papel toalha absorvente entre as páginas dos livros.
- Secagem em estufa de secagem, na temperatura entre 70º e 80º.
- Caso algum reparo tenha que ser realizado nos livros – devido a acidente com água - será feita uma lista de prioridades, e do que efetivamente poderá ser restaurado e o que terá de ser comprado (sendo feito orçamento e verificando os mais emprestados/solicitados para isso).

d) Queda de energia:

-Medidas de prevenção adotadas:

- Luzes de emergência localizadas estrategicamente.
- Sistema de backup de segurança nos computadores, evitando a perda de trabalhos que estejam sendo realizados antes da queda.
- A IES possui gerador próprio, restabelecendo as atividades em menor tempo possível.

-Em caso de ocorrência, como agir:

- Evacuar o ambiente da Biblioteca.
- Auxiliar pessoas que tenham dificuldade.

e) Ameaça de bomba:

Nunca recebemos nenhum tipo dessa ameaça, e vivemos em um local onde ataques terroristas desse tipo não costumam ocorrer.

-Em caso de ocorrência, como agir:

- Perguntar ao interlocutor localização da bomba e o momento possível de sua explosão.
- Tentar identificar a voz (sexo, idade aproximada, se tem algum ruído ao fundo).

Após desligar a chamada, deve-se:

- Manter a calma e avisar o mais rápido possível um responsável pela segurança.
- Fazer o registro da situação com as autoridades competentes.
- Fazer a evacuação do ambiente, caso as autoridades digam que é necessário.

> Atuação em outros casos de evacuação:

Em caso de evacuação da biblioteca, deve-se:

- Manter a calma e caminhar junto ao grupo restante de pessoas para evacuação do ambiente.
- Auxiliar, sempre que possível, as pessoas com mobilidade reduzida, os idosos e as crianças.
- Confirmação da evacuação total e garantia de que ninguém tenha retornado ao local.
- Cumprir as instruções transmitidas.

> Sobre a manutenção do ambiente:

Todas as instalações devem ter manutenção periódica, evitando assim acidentes e situações de emergência. Portanto, é essencial a manutenção dos dispositivos de combate à incêndio, das instalações elétricas, e também a conservação do setor nos quesitos tetos, mobiliário, pavimento e paredes.

7.5. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A base tecnológica apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A IES ao delinear a infraestrutura tecnológica, considerando a adoção de metodologia baseada em recursos da internet, estabeleceu o conjunto de serviços tecnológicos necessários para garantir o funcionamento dos cursos na modalidade a distância.

Em termos de rede elétrica, para a sustentação dos serviços, a IES está munida de gerador, garantindo a estabilização e possíveis falhas no fornecimento de energia elétrica provenientes da concessionária. Este gerador quando detecta a perda do fornecimento de energia elétrica, entra em funcionamento de imediato, prevalecendo assim, a alimentação elétrica em todo o prédio da IES.

Em termos de rede lógica, para a sustentação dos serviços, há um datacenter próprio, com backbone de rede realizado por armários de fiação, cujos ativos de rede são alimentados eletricamente por nobreaks. O datacenter possui climatização adequada, com redundância em caso de falhas. Para o gerenciamento de temperatura e umidade o datacenter possui sensores, com alerta quando a temperatura atinge níveis próximos de inconformidade.

A IES dispõe de contratos com provedoras de Internet para disponibilidade plena de acesso à internet. Além disso, dispõe de Failover e Load Balance nos circuitos de Internet, garantindo a eficiência dos links de Internet.

Nos contratos de prestações de serviços relacionados a área de TI foram inseridos acordos a respeito de nível de serviço fornecido, seguindo as normas da

ABNT NBR ISO- IEC 20000-1, e descrevendo as condições de fornecimento dos serviços, em termos de qualidade e desempenho, assim como as responsabilidades dos envolvidos.

Em termos de segurança da informação, a IES possui firewall, além de um conjunto de regras e diretivas estabelecidas para garantir a proteção da informação de vários tipos de ameaças e manter a continuidade das operações. O datacenter da IES é dotado de controle de acesso biométrico e circuito de CFTV para garantir a integridade do mesmo.

Todas essas informações são consolidadas no plano de contingência da IES, que descreve os procedimentos alternativos ao funcionamento normal da estrutura delineada, sempre que alguma de suas funções usuais for prejudicada por uma contingência interna ou externa, permitindo concluir que a base tecnológica explicitada no PDI da IES possui condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Para uma Instituição, um desastre significa interrupção abrupta de todo ou parte de suas operações comerciais e acadêmicas, que podem resultar diretamente em transtornos aos seus usuários (alunos, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa). Para minimizar as perdas por desastres, é muito importante ter um bom plano de Plano de Contingência, Redundância e Expansão para cada sistema de operação e negócio dentro da IES.

Desta forma, a TI da FAESF/UNEF tem por objetivo descrever o Plano de Contingência, Redundância e Expansão da FAESF/UNEF, e para isso são listados abaixo os principais pontos do plano:

- Os principais sistemas que sustentam a FAESF/UNEF;
- Como recuperar os sistemas;
- As pessoas que fazem parte desse plano;
- Locais usados para recuperar os sistemas;
- As fases da recuperação de desastres;
- Tempos para recuperar os ambientes;
- Formas de testar o plano;
- Formas de expansão dos sistemas em nuvem.

As políticas complementares contêm informações essenciais para que o Plano de Contingência, Redundância e Expansão possa ser completo, tal como Política de backup; Business Impact Analysis; Dimensionamento dos servidores.

Para a implantação e acompanhamento do referido plano, tem-se coordenador, que tem a função de manter o plano consistente, atualizado e pronto para ser aplicado quando necessário.

Outras responsabilidades consistem em:

- Distribuir esse plano para todos os envolvidos;
- Treinar as equipes;
- Coordenar os testes desse plano;
- Avaliar os resultados dos testes;
- Sugerir melhorias.

Durante a situação de desastre:

- Definir a forma de comunicação entre as equipes (Celular, Teams, e-mail, etc.)
- Facilitar a comunicação entre as equipes técnicas;
- Manter a staff da FAESF/UNEF atualizada das ações e status da recuperação dos ambientes;
- Coordenar todas as equipes envolvidas na recuperação e nos testes.

7.6. INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

A infraestrutura de execução e suporte diz respeito à infraestrutura tecnológica demandada pelos ambientes institucionais, juntamente com serviços de apoio (gestão de hardware, software e de serviços) necessários para garantir plenamente a operação e o funcionamento, garantindo determinado nível de serviço aos usuários.

A infraestrutura de execução e suporte da IES atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.

A infraestrutura de execução e suporte tecnológico da FAESF/UNEF está estruturada para suportar as atividades de informação e comunicação dos cursos

de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa, além dos serviços administrativos e acadêmicos da FAESF/UNEF.

Aspectos como disponibilidade de serviço a número adequado de usuários devem ser suportados, através dos meios apropriados para a sua oferta, contando com o plano de contingência, prevendo redundância de equipamentos e ações e, ainda, prevendo a respectiva expansão.

A FAESF/UNEF busca manter a estabilidade na execução e suporte de seus sistemas, através de acordo de nível de serviço, com uso de redundância na busca da segurança da informação e a manutenção de uso contínuo. Desta forma, possui orçamento destinado a: aquisição e manutenção de equipamentos; aquisição de mobiliário; construção de laboratórios específicos obrigatório dos cursos ofertados.

O atendimento de TI aos técnico-administrativos e docentes/tutores da FAESF/UNEF é realizado pela TI, por meio de equipe especializada de profissionais de TI distribuídos nas áreas de Apoio ao Usuário, Redes e Servidores, Infraestrutura de Telecomunicações e Sistemas.

Em virtude do grande número de demandas, existe um sistema de Service Desk que auxilia em atendimento, o qual o usuário faz a abertura de um chamado, que é enviado para a área responsável.

O Service Desk tem por objetivos agir como o ponto central de contato entre o usuário e o serviço de TI; tratar todos os incidentes, problemas, requisições de mudança e questões relacionadas com os serviços de TI; dar suporte para as atividades do negócio; efetuar o atendimento de primeiro nível para todas as ligações, perguntas, solicitações, reclamações etc.; gerenciar o ciclo de vida do incidente; restaurar o serviço de TI o mais rápido possível.

Justificativa do Service Desk:

- Fornecimento de um único ponto de contato (SPOC – Single Point Of Contact) para os usuários;
- Incremento da satisfação do usuário;
- Realização das entregas com alta qualidade;
- Fornecimento de suporte para as metas de negócio;
- Suporte e comunicação de mudança;

- Ajuda na identificação de custos envolvendo os serviços de TI.

As seguintes atividades são realizadas pelos profissionais de TI do Service Desk:

- Atuar como ponto único de contato para os usuários;
- Registrar e realizar as requisições e soluções para os usuários;
- Realizar o filtro inicial das requisições dos usuários e iniciar o atendimento baseado no SLA;
- Escalonar as demandas para os grupos de suporte de nível 2 e 3;
- Manter os usuários atualizados sobre o progresso das requisições;
- Contribuir para a identificação de problemas;
- Disponibilizar informações para a melhoria da qualidade dos serviços;
- Finalizar formalmente as requisições do usuário, incluindo o monitoramento da satisfação;
- Monitorar a aderência dos SLA e verificar se existe o perigo do não atendimento do acordo.

Além do Service Desk, a FAESF/UNEF dispõe da Central de Suporte de TI, para melhor atender aos colaboradores, professores/tutores e assistentes acadêmicos das 8:00 às 22:00hrs de segunda a sexta-feira. A partir da Central de Suporte de TI, são resolvidos diversos chamados, como: Liberar/Cadastrar novos usuários; Acessos a e-mail, intranet, Site, Inscrição, Sala de Aula e demais portais FAESF/UNEF; Manutenção de Computadores e Softwares.

7.7. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

São sistemas computacionais que podem ser empregados como suporte para a educação a distância realizada exclusivamente online ou para apoio às atividades presenciais de sala de aula, permitindo expandir as interações da aula para além do espaço-tempo do encontro face a face.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é compreendido como um espaço eficaz de significação onde os sujeitos e objetos técnicos interagem, potencializando, assim, a construção de conhecimentos, logo as aprendizagens. Desta forma, pode-se considerar que todo ambiente virtual é também um

ambiente de aprendizagem se entender a aprendizagem como um processo em que os sujeitos desenvolvem a interconectividade.

O AVA utilizado é desenvolvido e customizado pela própria FAESF/UNEF para apoio à aprendizagem, que pode ser instalado em várias plataformas tais como Unix, Linux, Windows, MAC OS. Seu desenvolvimento foi realizado por uma equipe a qual reúne programadores, designers, administradores, professores e alunos. A opção pela metodologia online está respaldada na evolução das mídias que modificaram simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Todavia, os ambientes virtuais de aprendizagem, disponibilizam conteúdos que devem ser utilizados pelos alunos como meio para complementar as atividades, onde esses permitem a troca de experiências que não devem ser desprezadas pelos professores que buscam que estes atinjam seus objetivos.

A FAESF/UNEF decidiu desenvolver um sistema próprio de EaD, devido a necessidade de atender expectativas de gestão acadêmica, ter os objetos educacionais modelados de acordo com sua necessidade, e ser protagonista em metodologias de aprendizagem que não dependam de uma solução pronta do mercado. Assim, a concepção do AVA teve algumas premissas iniciais, das quais se destaca:

- Intuitividade da plataforma, que propicia a amigabilidade da navegação, a inclusão e, consequentemente, motivação dos alunos. O ambiente virtual precisa ser prazeroso para que os discentes utilizem o recurso com frequência, constância e interesse.
- Multiplicidade de disponibilização de conteúdos, o que permite ao aluno, vocacionar a forma que melhor corresponde às suas características cognitivas e de aprendizagem. Sabemos que todos aprendem em qualquer lugar, e cada aluno possui uma melhor forma de aprender – metacognição – Disponibilizar multiplicidades de formas de aprender, é oportunizar ao aluno descobrir e utilizar o recurso que melhor permita o seu aprendizado;
- Gerenciamento em todo o processo, o que permite autonomia e agilidade para atualizar e promover mudanças em consonância com as tecnologias disponíveis na atualidade; - Big data a serviço das especificidades de cada aluno – significa

utilizar a informação para orientar e direcionar o estudo do aluno, oportunizando melhor condições de ensino/aprendizado. Todo o ambiente é rastreado para que o aluno perceba o percentual de evolução no conteúdo, tanto quanto aos acessos nos objetos educacionais, quanto qualitativamente, através de associação de aproveitamento nos conteúdos da unidade curricular (cada atividade é associada a temas do conteúdo, onde se identifica a performance no aprendizado do mesmo), e que o aluno, professores e tutores tem acesso e podem comparar com a o resultado médio esperado e atingido;

- Ambiente responsivo a qualquer device – possibilitando a inclusão e acessibilidade;
- Conteúdos colaborativos, o que leva o aprendizado para além do perímetro do aluno. A construção coletiva amplia os horizontes do conhecimento;
- Gestão total do AVA;
- Realização das avaliações dos alunos;
- Suporte tecnológico aos docentes para a disponibilização dos conteúdos de acordo com o modelo pedagógico e design institucional, e para os discentes com ferramentas de orientação técnica e acadêmica;
- Controle de acessos;
- Atribuição de notas, resultantes das avaliações, entre outros.

A plataforma possibilita a transmissão e organização dos conteúdos dos materiais de apoio às aulas, por facilitar a comunicação (síncrona ou assíncrona). A plataforma tem um grande número de recursos que flexibilizam sobremaneira a implantação das diversas filosofias de avaliação dos alunos, que serão utilizadas nos cursos ofertados na FAESF/UNEF, a exemplo de:

- Avaliação por acessos: Fornece uma ferramenta denominada log de atividades, que permite colocar em gráfico os acessos dos participantes ao AVA, as ferramentas utilizadas, os módulos, materiais ou atividades acessados, o dia, a hora, a partir de que computador e por quanto tempo;
- Avaliação por participação: todas as intervenções dos alunos no ambiente (envio de perguntas e de respostas, testes de conhecimento, fórum de discussão, tutoria ao vivo, atividades individuais e colaborativas, etc.), também são separadas sob o perfil do aluno, permitindo sua rápida avaliação. Existem ferramentas

específicas que permitem aos tutores passar ensaios, exercícios e tarefas, com datas e horários limites para entrega. A mudança no papel dos próprios alunos para se adequarem à realidade do mundo virtual e à realidade do ensino a distância, exige novo perfil dos profissionais do ensino: comunicabilidade, criatividade, familiaridade com as tecnologias de informação e comunicação. O AVA tem todas as ferramentas que os tutores necessitam para construir o ambiente online. Inicialmente os tutores são orientados intensamente na filosofia pedagógica e no uso eficiente, rápido e de qualidade dos recursos disponíveis no AVA. Para o curso ser disponibilizado aos alunos, é necessário que os professores orientadores realizem o planejamento do curso, com objetivos gerais e específicos, modularização do conteúdo, recursos e ferramentas que serão utilizados, cronograma, conteúdo programático, metodologia didática e as definições da avaliação.

A FAESF/UNEF desenvolveu como objetos educacionais integrados ao AVA, os que seguem abaixo:

- Videoaulas – produzidos em estúdio próprio, com modelos de gravação em 1ª pessoa (professor lecionando ao aluno), entrevistas, matérias discutidas, entre outros modelos que propiciem uma melhor integração da Academia e a realidade profissional. Importante destacar que todos os vídeos possuem legendas e tradução em libras automatizados para atendimento aos alunos com necessidades especiais;
- Conteúdo digital – conteúdos escritos e produzidos das unidades curriculares, roteirizados pelos docentes, e disponibilizados em html5 com design moderno e dinâmico, possibilitando ao aluno fazer download do conteúdo, para se necessário, estudar mesmo off-line. Importante destacar que os conteúdos escritos possuem leitor automático da Adobe, para atendimento aos alunos com necessidades especiais;
- Testes de conhecimento – bateria de exercícios associados a matriz da unidade curricular, para que o aluno teste o seu aprendizado, e possa rever os conteúdos em que identificou maior fragilidade nos estudos. Oportuniza ao aluno se auto avaliar, aprimorando seu processo de ensino-aprendizagem. Aos professores e tutores, é a oportunidade de enxergar individualmente cada aluno e a turma para

o suporte necessário, seja através de atividades individuais, ou coletivas. Significa enxercar cada aluno como um indivíduo único com necessidades de aprendizado distintas. Desta forma, o ensino a distância propicia um caráter inclusivo e relativizado às necessidades individuais de evolução acadêmica;

- Central de mensagens – docentes e discentes podem se comunicar através da central de mensagens para troca de orientações, informações sobre as aulas, e dúvidas quanto ao conteúdo ou atividade trabalhada;
- Fórum de discussão – ambiente mediado pelo tutor, para a troca de entendimentos sobre assuntos relacionados às aulas, aplicação dos conceitos aprendidos, exploração do senso crítico e reflexivo, além de outras formas de utilização do fórum que contribuem, sobremaneira, de um melhor processo de ensino e aprendizagem;
- Atividade – local de postagem de trabalhos propostos pelo professor da unidade curricular;
- Material de apoio – local onde o professor insere textos, artigos, sugestões de leitura, para apoiar os alunos no desenvolvimento da unidade curricular;
- Tutoria ao vivo – transmissão ao vivo de web conferência, agendada com antecedência no próprio Ambiente Virtual, para discussão de conteúdos, debate sobre determinado tema, orientações diversas, etc.;
- Biblioteca virtual – ambiente com o acervo de livros e periódicos disponibilizados integralmente aos alunos;
- Chat técnico – canal para orientações de navegação aos alunos, bem como tutoriais de utilização do ambiente virtual e objetos educacionais.

Todos os recursos foram implementados em conformidade com o entendimento do corpo diretivo e docente da FAESF/UNEF entendendo que objetos educacionais inovadores e transformacionais ditarão a ambiência necessária para atendimento das expectativas acadêmicas dos alunos alinhados com as perspectivas de qualidade para aplicação e sua formação no mercado de trabalho.

São realizadas avaliações periódicas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, devidamente documentadas, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua.

7.8. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O processo inicial da produção dos materiais didáticos é desenvolvido a partir de ementas construídas por equipe de docentes do quadro do curso ou por professores conteudistas especialmente contratados para essa finalidade. Após isso o material é elaborado por equipe de Design Institucional. Ao final, os professores responsáveis procedem com a validação do material.

Em posse do livro texto, os professores elaboram roteiros de aulas práticas e material gráfico (slides) para a gravação das vídeo aulas.

A produção de materiais didáticos para a educação a distância é uma tarefa complexa, que exige um alto grau de comprometimento e organização dos membros envolvidos no processo. Requer dos gestores uma sistemática operacional de planejamento e monitoramento constantes. Para o melhor desempenho do planejamento do programa de educação a distância da FAESF/UNEF, torna-se necessário a capacitação da equipe responsável pelo desenvolvimento de todas as atividades de EaD, notadamente para a produção de materiais didáticos. Por maior que seja o conhecimento de EaD é necessário a capacitação para a sistemática da produção de materiais específicos para os cursos, sobre os materiais serão adotados, as estratégias e o público-alvo a ser atingido.

A definição da equipe responsável para a elaboração dos materiais didáticos é parte inicial importante para o êxito dos resultados. É necessário estabelecer o percurso metodológico, com as definições apropriadas a fim de alcançar os objetivos. As interações e modificações no material, ao longo da sua produção é um movimento legítimo de aprimoramento e de qualificação, especialmente no processo de produção do material impresso, que exige uma análise criteriosa e aprofundada, originando várias outras interações, como produção de imagens, revisão de textos, diagramação, entre outros. Outro ponto importante e que deve fortalecido na elaboração do material didático é a definição de prazos, firmando uma cronologia adequada à realidade e a necessidade de atender aos alunos nos momentos específicos.

Para o melhor desempenho do planejamento do programa de educação a distância da FAESF/UNEF, torna-se necessário a formação continuada da equipe responsável pelo desenvolvimento de todas as atividades de EaD, notadamente para a produção de materiais didáticos. Por maior que seja o conhecimento de EaD é necessário a capacitação para a sistemática da produção de materiais específicos para o curso, sobre os materiais que serão adotados, as estratégias e o público-alvo a ser atingido.

Há necessidade de acompanhamento contínuo do andamento das atividades pelo gestor de EaD, estabelecendo uma rotina processual com divisão de tarefas a serem desempenhadas, definição dos prazos que possibilitem o fluxo regular das ações, independente de desligamento de membros da equipe e/ou de necessidade de cobrança das responsabilidades. Todas as informações devem ser amplamente divulgadas para acesso a toda equipe.

Para a preparação inicial foram definidas as unidades curriculares do primeiro ano do curso. Será necessário retomar o fluxo de produção para preparar os conteúdos e unidades curriculares dos semestres subsequentes. Assim, o estabelecimento de estratégias eficientes para a produção, distribuição e organização do material didático, requer uma profissionalização cada vez mais urgente. Para a distribuição do material serão adotadas estratégias de armazenamento nos sistemas utilizados. Existe plano de contingenciamento para tal.

O livro didático é produzido por unidade curricular e obedece à normas da ABNT. É um material que fica disponível em plataforma responsiva utilizando a linguagem Html 5, possibilitando o acesso com qualquer dispositivo móvel.

O aluno terá acesso ao material didático após a matrícula, onde receberá um login e senha de acesso, possibilitando fazer download para acesso off-line ou fazer impressão conforme tutorial específico.

O sistema de gerenciamento permite acompanhar as ações do alunos, tanto no seu conjunto quanto individualmente, estabelecendo indicadores muito bem definidos. No que concerne a produção e distribuição de material didático (vídeo aulas), o processo organiza-se conforme a seguir apresentado:

- Planejamento - A etapa inicial da produção das videoaulas é o planejamento. Esse planejamento é delineado pelo Coordenador do Curso, juntamente com a equipe de produção audiovisual e o professor responsável pela unidade curricular. É uma das etapas mais importantes, visto que é a partir dela que serão indicados os conteúdos tratados, a metodologia e os materiais necessários para que as mesmas sejam de fato produzidas e que, além disso, seja eficiente e que atenda da melhor forma possível os alunos. Os conteúdos são divididos e agrupados considerando a ementa da unidade curricular, os objetivos, o livro didático e os materiais complementares. As videoaulas precisam apresentar algumas características, com o tempo de duração (no máximo de Quinze minutos); abordagem prática, com a exploração de situações vivenciadas no cotidiano e que se aproximem da prática profissional; linguagem clara e acessível, que representa nitidez nas explicações do conteúdo; um ambiente visual atrativo e coerente com o teor da aula, e os recursos e metodologias utilizados, devem apresentar o conteúdo de forma atrativa, de forma a conquistar a atenção do aluno.
- Roteirização - O professor "roteirista" escreve o que será mostrado no audiovisual. Para esse processo, o professor passa por capacitação presencial, que inclui duas etapas: Na primeira, as orientações são destinadas a produção e formato do roteiro, linguagem e recursos que poderão ser utilizados. Na segunda, são capacitados para a atuação em frente à câmera no set de gravação e recebem orientações quanta a vestimenta apropriada, linguagem usada, grafismo. Há um formato padrão para a produção de roteiro e um manual que orienta o professor no momento da elaboração e estruturação do roteiro. As videoaulas são atemporais e independentes entre si. Elas abordam e encerram o assunto a que se referem e devem ser referidas na unidade curricular. O texto do roteiro deve ser mais direto, fluente, com uma linguagem acessível, com períodos mais curtos, facilitando a compreensão. O professor é livre para incorporar suas próprias expressões de diálogo para imprimir um tom mais natural e descontraído, de acordo com o seu jeito de falar. O modelo de roteiro divide as cenas em "áudio" (o que será ouvido naquele momento) e "vídeo" (o que será mostrado) para mais detalhamento das ações, imagens, vídeos e demais recursos físicos a serem utilizados. Após a produção dos roteiros, estes passam pela aprovação do

Coordenador do Curso e posteriormente para uma equipe revisores, nos quesitos de linguagem e recursos. A equipe de revisores, compostas por revisores textuais e Iconografia, se atentará a fluidez de linguagem dos roteiros e a utilização de imagens, vídeos e recursos. As sugestões e ajustes são realizados em sintonia com o Coordenador do Curso e professor que produziu o roteiro. Após todo o processo escrito, os roteiros estarão prontos para serem gravados.

- Gravação - Feito o plano de produção, que inclui o cronograma, o desenho de slides, e aspectos das gravações em si, como cenografia, preparação de teleprompter e figurino, professor realiza a gravação do vídeo em um dos dois cenários com uma equipe de quatro profissionais: um diretor de cena, um operador de câmera, um operador de teleprompter e técnico de áudio e um assistente de produção. Os vídeos são gravados em formato 4k, em cartões que são enviados para a edição como segundo componente da videoaula. Ao mesmo tempo, são preparados os slides desenho, diagramação e animação pelo diretor de arte. Os três componentes – vídeo, slide e locução – são montados na sessão de edição, gerando uma primeira montagem de videoaula. O vídeo é traduzido para a linguagem de sinais através do programa Samba (que tem inteligência artificial para reproduzir linguagem de sinais). Este vídeo segue para a sessão de distribuição, onde é convertido para formato compatível com os padrões da internet, considerando-se principalmente a manutenção da qualidade e velocidade de acesso. É feito o Upload do vídeo no Samba, gerando um código que é hospedado no ambiente virtual. Ao mesmo tempo é autorado um link em drive compartilhado com os polos.
- Edição - No processo de edição, os três componentes – vídeo, imagens e locução – são montados na sessão de edição, gerando uma primeira montagem de videoaula.
- Postagem no Ambiente Virtual – A FAESF/UNEF, tem o Setor de Compartilhados, que recebem os links e materiais produzidos, e fazem o upload para o Ambiente Virtual (Sala de Aula). Esses materiais são arquivados em repositórios no servidor.
- Controle de Qualidade - A produção de material didático, configura-se como atividade essencialmente multidisciplinar, pois envolve na execução, a

participação de colaboradores de diversas áreas dos conhecimentos. Especificamente na produção das videoaulas, garante a qualidade do processo de produção, adequação de linguagem, revisão e editoração de todo o material.

Nesta perspectiva, há uma parceria entre gestores, coordenadores, professores, assistentes acadêmicos, tutores, profissionais de comunicação e tecnologia, programadores de software, web designer, produtores, técnicos midiáticos (editor e especialista em TV), destinados a articular espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam todo o processo de produção e disseminação do material elaborado.

A troca de conhecimentos envolvendo diferentes áreas em busca de um objetivo comum permite que todos façam parte do processo possibilitando e garantindo a qualidade da aprendizagem dos alunos a distância.

7.9. ESTRUTURA DE POLOS EAD

A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos possibilita a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre docentes, tutores e discentes e possui modelos tecnológicos e digitais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem e diferenciais inovadores.

A FAESF/UNEF em atendimento a legislação e a demanda acadêmica, possui em sua infraestrutura Polos de Apoio Presencial credenciados, que obrigatoriamente devem possuir infraestrutura necessária ao atendimento aos alunos, atendendo aos critérios descritos na metodologia adotada, definida em PDI e nos projetos pedagógicos dos cursos, respeitadas as particularidades definidas em cada DCN correspondente.

Assim, a infraestrutura física, tecnológica e de pessoal deve ter capacidade para a realização das atividades presenciais obrigatórias que estão definidas na metodologia descrita em PDI e em cada PPC, distribuídas em períodos de calendário, para a realização e atendimento ao fluxo de alunos. As instalações devem atender às seguintes funcionalidades: Recepção/secretaria; Laboratório de

Informática; Sala para Aulas e Atividades; Banheiros, sendo no mínimo 01 adaptado a pessoas com deficiência Laboratórios especializados (quando previstos nos cursos de oferta conforme as DCN correspondente); Acessibilidade.

Destaca-se que a infraestrutura física e tecnológica dos polos também passará por avaliações periódicas conduzidas pela CPA da FAESF/UNEF.

7.10. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A FAESF/UNEF apresenta condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003.

Para os alunos com deficiência física, a FAESF/UNEF apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas no estacionamento; elevador; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas;·portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;·barras de apoio nas paredes dos banheiros;·lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Em relação aos alunos com deficiência visual, a FAESF/UNEF desde o acesso até a conclusão do curso, proporcionará sala de apoio contendo: teclados em Braille; impressora Braille acoplada a microcomputador; sistema de síntese de voz;·gravador e fotocopiadora que amplie textos; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, réguas de leitura; scanner acoplado a microcomputador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille; acervo bibliográfico em fitas de áudio.

A FAESF/UNEF providenciou, também, a sinalização dos espaços com piso tátil, de acordo com o estabelecido na Norma Técnica da ABNT 9050.

Em relação aos alunos com deficiência auditiva, a FAESF/UNEF, desde o acesso até a conclusão do curso, proporcionará intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Conforme disposto no artigo 21 do Decreto nº 5.626/2005, a FAESF/UNEF incluiu em seu quadro o tradutor e intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. Esse profissional atua:

a) nos processos seletivos para os cursos na FAESF/UNEF;

b) nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas;

c) no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da FAESF/UNEF.

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é inserida como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério e no curso de Fonoaudiologia, caso a venha a oferecê-lo. Nos demais cursos superiores, é oferecida como componente curricular optativo.

A FAESF/UNEF coloca à disposição de professores, tutores, alunos, funcionários com deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

7.11. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Em observância a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a FAESF/UNEF garante a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

Nos termos do Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

O direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação é assegurado pela FAESF/UNEF, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Dessa forma, a FAESF/UNEF não recusa a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência.

Visando assegurar às pessoas com transtorno do espectro autista o acesso e permanência no ensino superior, a FAESF/UNEF adota as seguintes estratégias:

- Superação do foco de trabalho nas estereotipias e reações negativas do estudante no contexto acadêmico, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência acadêmica;
- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de inerentes ao cotidiano acadêmico;
- Organização de todas as atividades acadêmicas de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, aula em espaços separados;
- Reconhecimento da instituição de ensino superior como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido;

- Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de formação, bem como dos fatores extra acadêmicos que possam interferir nesse processo;
- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;
- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação acadêmica, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano acadêmico e demais ambientes sociais;
- Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;
- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;
- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo do processo de formação;
- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da tecnologia assistiva, voltada à comunicação alternativa/aumentativa para estes sujeitos;
- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a FAESF/UNEF disponibiliza acompanhante especializado no contexto acadêmico, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

8. PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1. PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é uma ação pedagógica, com abordagem democrática, participativa, sistemática, processual e científica, tendo em vista o processo de autoconhecimento da instituição, destacando seus pontos fortes e detectando suas dificuldades e problemas, oportunizando a tomada de decisão.

Neste processo é considerado o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, as tendências, os riscos e as oportunidades para a Instituição e para o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda. O resultado da avaliação na FAESF/UNEF delimita a determinação dos rumos institucionais de curto e médio prazo.

O processo de avaliação institucional da FAESF/UNEF é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, observando a LDB, as DCNs de cada curso e a Lei do Sinaes. A CPA da FAESF/UNEF tem autonomia para planejamento e realização das atividades. Os procedimentos e processos utilizados na avaliação institucional privilegiam as abordagens qualitativas e quantitativas, contribuindo com a análise e divulgação dos resultados e buscando um sistema integrado de informações acadêmicas e administrativas.

As políticas de desenvolvimento institucional são elaboradas a partir da coletividade e visam consolidar as práticas institucionais qualitativas que são permanentemente revistas e ampliadas de acordo com as demandas apontadas pela CPA, que é atualizada periodicamente por portaria expedida de acordo com a Lei do SINAES.

Considerando-se que a avaliação busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição com o objetivo de melhorar a IES, com o intuito de subsidiar a análise de sua eficácia, de seus resultados e projetar as diretrizes e os objetivos para o melhor desempenho da ação acadêmica, o acompanhamento das atividades se faz imprescindível. As ações, portanto, são acompanhadas a partir da avaliação de desempenho, realizada semestralmente com todos os docentes, da

identificação da relevância dos projetos de pesquisa e extensão e das atividades da CPA.

A autoavaliação institucional da FAESF/UNEF foi elaborada visando os seguintes objetivos:

- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações da Instituição a partir da avaliação institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- Consolidar o compromisso social da Instituição;
- Consolidar o compromisso científico-cultural da FAESF/UNEF;
- Apoio à integração dos sistemas de informação de cada curso e/ ou setor;
- Criação de mecanismos para a divulgação dos resultados obtidos nas avaliações;
- Envolver a comunidade acadêmica em todas as etapas do processo de avaliação.

Semestralmente, a CPA aplica questionários eletrônicos com toda comunidade acadêmica, incluindo os Polos de Apoio Presencial, e, com base na análise dos dados, a Instituição promove melhorias contínuas em todo o âmbito institucional.

Todos os instrumentos são avaliados, após estratificação dos dados, apresentados a comunidade avaliadora e a direção da IES. Os processos são analisados qualitativa e quantitativamente e os pontos críticos e urgentes são registrados e encaminhados para a direção da FAESF/UNEF.

O questionário da CPA considera 05 (cinco) níveis avaliativos: Inexistente, Insuficiente, Bom, Ótimo.

O projeto é realizado nas etapas: constituição da Comissão de Avaliação; elaboração e aprovação do regimento; elaboração do projeto de autoavaliação institucional; levantamento e análise das ações; realização de seminários, com gestores; divulgação interna e externa; definição de grupos de trabalho; definição do escopo da autoavaliação; elaboração e proposição de instrumentos; execução da avaliação segundo as dimensões:

- Missão e o PDI;

- Política para graduação, pesquisa, extensão, prestação de serviços (operacionalização, estímulo à produção acadêmica e as bolsas acadêmicas);
- Responsabilidade social da IES (inclusão social, desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística);
- Comunicação com a sociedade;
- Políticas de pessoal (corpo docente/tutores e técnico-administrativo), especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados (independência e autonomia em relação ao MEC, e a participação dos segmentos da comunidade universitária);
- Infraestrutura física, especialmente a de ensino, de pesquisa, de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação (processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional);
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista a continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Os resultados das avaliações são amplamente divulgados para a comunidade, oportunizando a elaboração do plano de melhoria, da expansão das ações, da correção de eventuais deficiências, possibilitando a elevação do padrão de qualidade acadêmica da IES.

As informações coletadas mediante os instrumentais de autoavaliação são agrupados segundo os indicadores, eixos e dimensões de avaliação descritas.

Após esta organização é iniciado o processo de análise comparativa entre os dados coletados e os padrões de qualidade intencionados pela FAESF/UNEF e exigidos pelo Ministério da Educação. Tais informações são apresentadas no Relatório de Autoavaliação do ANO BASE. Este relatório incorpora, também, o resultado das AVALIAÇÕES EXTERNAS, quando disponíveis: resultados da avaliação de cursos, do ENADE, do IDD, do CPC, da avaliação externa pelo INEP (relatórios, CC e CI) e do IGC.

O Relatório de Autoavaliação é submetido ao Ministério da Educação anualmente, por meio do sistema e-MEC, ao longo de um período de 03 (três) anos.

Nos 02 (dois) primeiros anos, o relatório é inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, sendo:

- Versão Parcial: O relatório parcial deve contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados;
- Versão Integral: O relatório integral deve contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos 02 (dois) relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deve, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria para a FAESF/UNEF.

Após a análise dos resultados a CPA submete documento para a administração superior da FAESF/UNEF solicitando que as sugestões presentes no Relatório de Autoavaliação sejam inseridas no planejamento estratégico da instituição, já que este é um dos documentos que norteia a tomada de decisão à nível de gestão superior.

Anualmente, a CPA promove a avaliação da metodologia utilizada, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de autoavaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo poder público.

8.2. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E DA SOCIEDADE CIVIL

A comunidade acadêmica, técnica e administrativa é envolvida no processo de avaliação a partir da organização de encontros com os segmentos representativos, objetivando divulgar as linhas de ação da CPA, os resultados das avaliações internas e externas. Apresenta-se aos segmentos institucionais, a estrutura organizacional da IES e o PDI, divulgando as proposições e solicitando observações e sugestões. São tratadas novas estratégias para divulgação e participação no programa de avaliação institucional.

Discutem-se os relatórios de avaliação do MEC, observando pontos fortes e fracos. Com base nos resultados, implementa-se as políticas institucionais, os retornos e encaminhamentos da Ouvidoria.

Os encontros no 1º semestre são direcionados para o levantamento de dados/informações, das solicitações dos alunos, dos docentes/tutores e funcionários.

No 2º semestre para confirmação das informações e apresentações de melhorias.

8.3. PREVISÃO DE ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

No planejamento da CPA, há previsão de divulgação analítica dos resultados relativos à autoavaliação institucional, assim como metodologia que possibilita a apropriação por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

A publicização dos resultados da autoavaliação institucional é uma das fases mais importantes deste processo, pois, é através da apresentação e discussão dos resultados que a comunidade acadêmica e externa, passam a entender que a autoavaliação objetiva analisar as várias dimensões da FAESF/UNEF, de forma a gerar informações que subsidiem decisões que melhorem os padrões dos serviços acadêmicos e administrativos ofertados a toda a comunidade acadêmica.

8.4. INTEGRAÇÃO COM AVALIAÇÕES EXTERNAS

Na elaboração do Relatório de Autoavaliação do ANO BASE são incorporados, também, o resultado das AVALIAÇÕES EXTERNAS, quando disponíveis: resultados da avaliação de cursos, do ENADE, do IDD, do CPC, da avaliação externa pelo INEP (relatórios, CC e CI) e do IGC, além dos resultados dos exames de ordem da OAB, Guia do Estudante, entre outros.

O Relatório de Autoavaliação é submetido ao Ministério da Educação anualmente, por meio do sistema e-MEC, ao longo de um período de 03 (três) anos. Nos 02 (dois) primeiros anos, o relatório deve ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, é inserido em sua versão integral, sendo:

- Versão Parcial: O relatório parcial contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados;
- Versão Integral: O relatório integral contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discute o conteúdo relativo aos 02 (dois) relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Ainda, apresenta um plano de ações de melhoria para a FAESF/UNEF.

8.5. INCORPORAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO NAS AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS

Após a análise dos resultados a CPA submete o documento para a administração superior da FAESF/UNEF solicitando que as sugestões presentes no Relatório de Autoavaliação sejam inseridas no planejamento estratégico, já que este é um dos documentos que norteia a tomada de decisão à nível de gestão superior.

Anualmente, a CPA promove a avaliação da metodologia utilizada, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de autoavaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo poder público.

9. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

9.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O valor dos serviços educacionais e as relações entre a Mantenedora, a FAESF/UNEF e o aluno (ou seu responsável juridicamente) são acordados em contrato de prestação de serviços educacionais, elaborado na forma da lei e firmado entre as partes no ato da matrícula em período letivo.

As contribuições da Mantenedora devem cobrir possíveis déficits e os resultados positivos, apurados em balanço, são aplicados no desenvolvimento da instituição e na melhoria qualitativa dos serviços educacionais prestados.

A FAESF/UNEF possui um controle rigoroso no tocante ao equilíbrio financeiro, visto que as despesas são projetadas com base nas realizações de receitas.

No montante do comprometimento da receita, realiza-se, também, um provisionamento destinado às despesas com pagamento de férias e 13º salário e realização de campanhas publicitárias para realização dos vestibulares.

As despesas são previamente aprovadas pela direção da FAESF/UNEF, com base na avaliação da capacidade de pagamento.

A IES pratica o regime de semestres letivos no funcionamento de seus cursos, e o valor das parcelas mensais é mensurado levando-se em conta o valor médio praticado pelas IES privadas da cidade de Feira de Santana.

9.2. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

9.2.1. Relação com o Desenvolvimento Institucional

A proposta orçamentária é formulada a partir do PDI, em consonância com as políticas de ensino, iniciação científica e extensão definidas.

Considerando o perfil institucional, um dos focos principais está na aplicação de recursos financeiros em ações relacionadas ao ensino e à extensão. Ademais, têm prioridade os gastos com a implantação e desenvolvimento dos cursos, com o

desenvolvimento das iniciações científicas e com a estruturação das ações de extensão relacionadas ao atendimento das principais demandas da comunidade.

O planejamento econômico-financeiro é elaborado de modo a garantir a compatibilidade entre as ações planejadas e os investimentos necessários a sua viabilização. Visando a assegurar a compatibilidade entre receitas e investimentos necessários à implantação do projeto institucional, previsto neste PDI, a Mantenedora aporta, quando necessário, recursos a essa destinação. A ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos, ocorre mediante a criação de novos cursos.

Para monitorar e acompanhar a execução da proposta orçamentária são realizados estudos da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis.

São indicadores para monitoramento e acompanhamento:

- Número de alunos matriculados;
- Número de alunos previstos;
- Valor da mensalidade (em função do perfil do curso, sustentabilidade, condições socioeconômicas regionais);
- Previsão de reajustes (percentual estabelecido na legislação vigente ou menor) e novas mensalidades (novos cursos);
- Número de bolsas, percentuais e descontos / ações inclusivas;
- Previsão de novos cursos e número de vagas;
- Professores e tutores - pagamento (valores conforme plano de carreira, previsão de expansão);
- Pagamento de gestores e técnico-administrativos (previsão de expansão);
- Custeio da formação continuada de professores e tutores e de qualificação profissional;
- Custeio da formação continuada de técnicos-administrativos e de qualificação profissional;
- Locação de espaços e equipamentos, aquisição de equipamentos, móveis e material de consumo (valores);
- Investimento em TICs (demandas de ensino, iniciação científica, extensão e gestão; demandas da política de acessibilidade plena; considera expansão da

comunidade acadêmica e de cursos, novas metodologias, resultados da autoavaliação e relatórios do setor específico de TI);

- Investimentos em iniciação científica e extensão;
- Investimento em acervo bibliográfico físico e digital;
- Plano de manutenção e expansão da infraestrutura física e equipamentos;
- Pesquisa de satisfação - resultados da autoavaliação (melhorias propostas pela CPA e plano de melhorias dos cursos - incorpora avaliações externas. Os resultados podem interferir na proposta a ser apresentada e em praticamente todos os indicadores listados anteriormente).

9.2.2. Participação da Comunidade Interna

São realizadas reuniões de planejamento com os diversos setores da IES, estudo e levantamento de suas demandas e elaboração do orçamento, que é submetido ao Conselho Superior.

Ainda, na discussão e planejamento do orçamento, os gestores de cada área, entendidos como Coordenadores de Curso e gestores dos núcleos e setores da IES (inclui o NUEAD) e CPA são os responsáveis pela participação na elaboração do orçamento e, também, no acompanhamento dos resultados planejados. Essa metodologia favorece a discussão financeira das singularidades das áreas/cursos ofertados.

Assim, todo o processo conta com a ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), possibilitando a tomada de decisões internas.

9.3. PLANOS DE INVESTIMENTOS

No período 2019 - 2023, a FAESF/UNEF implantará cursos de graduação e cursos de pós-graduação *lato sensu* previstos neste PDI. Dessa forma, os investimentos estarão relacionados à disponibilização da estrutura para atender à proposta de criação e desenvolvimento desses cursos.

Os investimentos estão direcionados especialmente à implantação das políticas estabelecidas neste PDI para o período 2019 - 2023, particularmente, as relacionadas à iniciação científica e à extensão.

Os investimentos também estarão direcionados para a ampliação da infraestrutura física e acadêmica, incluindo novos espaços exigidos para o funcionamento dos cursos; aquisição do acervo específico dos cursos, assim como a sua expansão e constante atualização; para a expansão dos equipamentos de informática e dos recursos audiovisuais e multimídia.

O PDI 2019- 2023 prevê ainda recursos para investimentos na capacitação e formação continuada do corpo docente, tutores e do corpo técnico-administrativo, e na autoavaliação institucional.

Além disso, a FAESF/UNEF incluiu no seu plano de investimentos as seguintes estratégias:

- Continuidade de renovação e atualização de todos os microcomputadores de pesquisa, acesso e consulta à internet, destinados ao corpo discente e localizados na biblioteca;
- Continuidade na aquisição semestral de novos livros e periódicos;
- Continuidade de aquisições de equipamentos de áudio, vídeo e projeção a cada semestre letivo, a fim de atender à demanda decorrente do acréscimo de turmas e cursos;
- Renovação do reconhecimento de cursos;
- Realização de qualificação e capacitação permanente do segmento docente, tutores e técnico-administrativo;
- Continuidade dos cursos de pós-graduação, qualificação e extensão a distância (EaD);
- Implantação de novos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

9.4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (05 ANOS)

PREVISÃO DE RECEITAS					
RECEITAS	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Anuidade / Mensalidade (+)	53.615.040,00	57.702.060,00	61.978.800,00	64.980.300,00	76.496.100,00

Bolsas (-)	4.289.203,20	4.616.164,80	4.958.304,00	5.198.424,00	6.119.688,00
Diversos (+)	857.840,64	923.232,96	991.660,80	1.039.684,80	1.223.937,60
Financiamentos (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inadimplência (-)	8.042.256,00	8.655.309,00	9.296.820,00	9.747.045,00	11.474.415,00
Serviços (+)	198.375,65	213.497,62	229.321,56	240.427,11	283.035,57
Taxas (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total	**42.339.797,09**	**45.567.316,78**	**48.944.658,36**	**51.314.942,91**	**60.408.970,17**

PREVISÃO DE DESPESAS					
DESPESAS	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Acervo Bibliográfico	2.540.387,83	2.734.039,01	2.936.679,50	3.078.896,57	3.624.538,21
Despesa Administrativa	1.259.953,44	1.355.998,41	1.456.501,80	1.527.037,05	1.797.658,35
Encargos	10.723.008,00	11.540.412,00	12.395.760,00	12.996.060,00	15.299.220,00
Equipamentos	3.753.052,80	4.039.144,20	4.338.516,00	4.548.621,00	5.354.727,00
Eventos	482.535,36	519.318,54	557.809,20	584.822,70	688.464,90
Aluguel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento (compra de imóvel)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção	1.876.526,40	2.019.572,10	2.169.258,00	2.274.310,50	2.677.363,50
Mobiliário	2.412.676,80	2.596.592,70	2.789.046,00	2.924.113,50	3.442.324,50
Pagamento Pessoal Administrativo	2.116.989,85	2.278.365,84	2.447.232,92	2.565.747,15	3.020.448,51
Pagamento Professores/Tutores	5.361.504,00	5.770.206,00	6.197.880,00	6.498.030,00	7.649.610,00
Pesquisa e Extensão	1.608.451,20	1.731.061,80	1.859.364,00	1.949.409,00	2.294.883,00
Treinamento	804.225,60	865.530,90	929.682,00	974.704,50	1.147.441,50
Valor Total	**32.939.311,28**	**35.450.241,50**	**38.077.729,42**	**39.921.751,97**	**46.996.679,47**

RESULTADO					
RESULTADO	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
TOTAL	**9.400.485,81**	**10.117.075,29**	**10.866.928,94**	**11.393.190,94**	**13.412.290,70**

ANEXOS

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FUNCIONAMENTO											
Código	**Curso**	**Atos Legais**	**Modalidade**	**Vagas Anuais**	**Valor CC**	**Ano CC**	**CPC Faixa**	**CPC Contínuo**	**CPC Ano**	**Valor Enade**	**Enade Ano**
54738	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	Educação Presencial	100			5	415	2018	4	2018
1261743	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	Educação a Distância	2.500							
1205380	ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2019	3	279	2019	3	2019
1188182	BIOMEDICINA	Bacharelado	Educação Presencial	200	3	2015	3	283	2019	2	2019
1405099	BIOMEDICINA	Bacharelado	Educação a Distância	600	5	2019					
1455271	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	Educação a Distância	1.800	4	2019					
54742	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	Educação Presencial	100			3	215	2009	3	2009
54743	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	Educação Presencial	100	5	2019	5	439	2018	4	2018
1281082	DESIGN DE INTERIORES	Tecnológico	Educação Presencial	200	4	2019	4	314	2018	3	2018
1383201	DIREITO	Bacharelado	Educação Presencial	150	4	2017					
1405195	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	Educação a Distância	500	4	2021					
1280252	ENFERMAGEM	Bacharelado	Educação Presencial	140	4	2015					
1330450	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2016					
1261159	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2019	4	316	2019	3	2019
1405139	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	Educação a Distância	2.500	4	2018					
1330448	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2016					
1405140	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	Educação a Distância	1.250	4	2018					
1279506	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2015					
1279507	ENGENHARIA MECÂNICA	Bacharelado	Educação Presencial	180	3	2015					
1279508	ENGENHARIA QUÍMICA	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2015					
1405101	ESTÉTICA E COSMÉTICA	Tecnológico	Educação a Distância	1.875	4	2019					
1261158	FARMÁCIA	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2019	4	309	2019	3	2019
1405106	FARMÁCIA	Bacharelado	Educação a Distância	2.000	5	2021					
1280250	FISIOTERAPIA	Bacharelado	Educação Presencial	150	4	2022					
1405107	FISIOTERAPIA	Bacharelado	Educação a Distância	600	5	2019					

1454429	GESTÃO AMBIENTAL	Tecnológico	Educação a Distância	15.800	4	2019					
1513356	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	Educação a Distância	7.500	4	2022					
1261747	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	Educação a Distância	1.540	4	2015					
1281084	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	Educação Presencial	150	3	2015					
1513417	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	Educação a Distância	200	5	2021					
1284623	GESTÃO HOSPITALAR	Tecnológico	Educação Presencial	150							
1281083	LOGÍSTICA	Tecnológico	Educação Presencial	150	4	2015					
1405143	LOGÍSTICA	Tecnológico	Educação a Distância	1.875	4	2019					
1280251	NUTRIÇÃO	Bacharelado	Educação Presencial	200	4	2022	4	306	2019	3	2019
1279509	ODONTOLOGIA	Bacharelado	Educação Presencial	130	4	2015					
1261746	PEDAGOGIA	Licenciatura	Educação a Distância	2.500	4	2015				2	2021
1513209	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	Educação a Distância	1.500							
1405145	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	Educação a Distância	10.000	4	2018					
1261745	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação a Distância	2.500	5	2015					

Fonte: Cadastro e-MEC e INEP, 2022.